

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E DOIS** -----

----- Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes, respetivamente Primeira Secretária, e Segundo Secretário, ambos em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César). -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pelo Senhor Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luis Alberto Lucas Lopes, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires

Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Jorge Manuel Jacinto Marques, Rosa Lourenço, Luis Manuel Inês Cavaco, Ana Paula da Silva Viseu, João Filipe Fernandes Roseta dos Reis, Maria João Bernardino Correia, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Susana Maria da Costa Guimarães, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Manuel Campos Lopes.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD) e Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP).-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal João Filipe Fernandes Roseta dos Reis.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Lopes.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves.-----

----- Mafalda Ascensão Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Perira de Sousa Gomes. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Homem. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 46/2017, de 16 de maio de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Injustificar as faltas da Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS) à 127ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (82ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de dezembro de 2016 e à 129ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (84ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 20 de Dezembro de 2016. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP) e António Modesto Fernandes Navarro à 139ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (91ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 2 de maio de 2017. -

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina, Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, Carlos Castro, Catarina Vaz Pinto, João Paulo Saraiva, João Afonso, Jorge Máximo, Paula Marques e Catarina Albergaria. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, caros Vereadores, público presente, Senhores Jornalistas, creio que ainda não estão, Senhores Assessores e público presente, estamos em condições de começar a Sessão, já temos quórum, que é uma boa notícia porque, como sempre, quanto mais depressa, começarmos, mais rápido andamos na nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Tenho aqui algumas informações a dar-vos que são relevantes. -----

----- A 1ª informação a dar-vos é que foram distribuídas duas Recomendações do Bloco de Esquerda, em princípio, a propósito dos pontos a 4 e 6 da nossa Ordem de Trabalhos, mas, naturalmente, foram entregues hoje de manhã, foram distribuídas à hora de almoço, as pessoas não tiveram tempo de estudar esta matéria, portanto eu, desde já, digo ao Bloco de Esquerda que estamos em condições de ver isto para a próxima reunião e não agora, porque é preciso dar tempo a que as forças políticas possam reagir, possa também trazer as suas ideias. De qualquer maneira, estas já deram entrada, já estão numeradas, poderão, nas vossas intervenções de hoje, dar

conhecimento dos seus conteúdos, mas, naturalmente, a Mesa não as irá pôr à votação, uma vez que acabaram de entrar e ninguém teve tempo de ver esta matéria, não foram a nenhuma Comissão e estas matérias são de grande responsabilidade e têm que ser vistas com cuidado. -----

----- Senhores Deputados, sendo assim, nós íamos começar por dar a palavra ao público que é sempre um ponto que a gente gosta desta nossa Ordem de Trabalhos. Hoje temos apenas 2 pessoas inscritas, eu vou dar a palavra, pedia o vosso silêncio.----

----- Há aí um silêncio ao fundo da sala, um *bruhaha*, eu a pedia um bocadinho de silêncio ao fundo da sala, se fazem favor.-----

#### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O primeiro pedido de intervenção é a Senhora Doutora Graça Almeida, em nome da Maria dos Anjos Carvalho Mendes Morim e é um problema relacionado com problemas de ventilação e extração de fumos, é enfim um problema de queixa, de reclamação por um dispositivo de ventilação eventualmente mal colocado.-----

----- Toda a gente que já teve problemas de ruído e de ar condicionado e de cheiros a entrarem pela cada adentro é sensível certamente a estas questões, portanto, vamos ouvir com atenção a Senhora Doutora Graça. Faz favor.”-----

----- **A Múncipe Senhora Doutora Graça Almeida**, em nome da Maria dos Anjos Carvalho Mendes Morim, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Muito boa-tarde.* -----

----- *Dada a escassez de tempo vou ser o máximo possível de sucinta...*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Desculpe só um bocadinho, eu vejo, continuo a ver pessoas de pé, de costas para a Mesa a falarem uns com os outros, desculpem lá, Senhor Deputado Magalhães Pereira, tenha paciência e sentem-se. Senhores Deputados que estão a entrar ocupem os vossos lugares e peço respeito para com o Público que está a usar da palavra, neste caso a Senhora Doutora Maria da Graça.” -----

----- **A Múncipe Senhora Doutora Graça Almeida**, em nome da Maria dos Anjos Carvalho Mendes Morim, residente na Rua Ana de Castro Osório, nº 10, 3º C, 1500-039 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Muito obrigada.* -----

----- *Desde 2013 que existe esta questão da Ventax que foi ilicitamente e ilegalmente colocada numa janela do terceiro andar D no edifício da Rua Ana de Castro Osório, 10, em Lisboa.* -----

----- *Cada vez que há fumos intensos, cheiros a grelhados, a fritos, muitas vezes a altas horas da noite, é colocada essa ventilação a trabalhar. Isto faz com que a Senhora Dona Maria dos Anjos tenha na sua casa, em horas de descanso inclusive, intensos cheiros a grelhados e outros.*-----

----- *Não poderia estar ali, aliás, há na ARS de Lisboa e Vale do Tejo um Relatório Técnico que diz que “Os sistemas de exaustão devem drenar em conduta própria, até à cobertura” de acordo com o Artigo 113 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.* -----

----- Novamente depois, dado que não se conseguiu um efeito útil, foi-se para os Julgados de Paz, que também há decisão que diz que a Administração deveria tomar diligências, não o fez. -----

----- Depois desde 2014 que há processo de intimação para a retirada daquela Ventax, mas o proprietário teima em não o fazer e cada vez que é intimado torna-se mais agressivo, inclusive relativamente pondo a Ventax em funcionamento. -----

----- Relativamente a todas estas questões a Câmara e o processo camarário continuava com a intimação, até que a determinada altura consideraram que era possível a legalização, algo que é ilegal, está contra a Lei e no entanto há essa possibilidade, segundo a própria informação do Processo Camarário nº. 1426/PUAL/2014 em que há referência dessa possibilidade de legalização. -----

----- Desde 2013 até esta data tudo continua igual e há de facto uma senhora com já alguma idade, doente, com fibromialgia, e que tudo continua igual e com graves prejuízos para a sua saúde. -----

----- Tenho documentação para entregar corroborando tudo o que afirmei.-----

----- Depois algo que não é tão forte, pelo menos para a saúde mas de facto também é uma situação ilegal no mesmo edifício é relativamente a uma alteração de uso de um espaço que é comum e nem sequer está em fração autónoma, mas que a Câmara também acha que é possível de legalização e que vai contra inclusive as próprias regras de alteração da propriedade horizontal. Não me vou espraiar relativamente a esta situação, a outra de facto é bem mais urgente, mas deixava então à Mesa toda a documentação que aqui tenho.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Dona Maria da Graça, eu estava a fazer sinal que realmente terminou o seu tempo e de qualquer maneira acho que ficou bem clara aqui a reclamação que aqui trouxe. O procedimento, agora o normal, nós recolhemos essa informação e a Mesa faz um ofício à Câmara para pedir explicações em concreto, depois os faremos chegar e pelo menos todos os Senhores Deputados foram testemunhas do que disse aqui e vamos ver o que é que a Câmara agora nos pode responder. -----

----- Pode deixar aqui na Mesa e muito obrigada. -----

----- Temos agora a segunda e última pessoa inscrita, que é a Senhora Dona Helena Espvall, espero não estar a trocar o seu nome, que nos traz uma questão também relacionada com um pedido de licenciamento de obras em Alcântara.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Helena Espvall**, residente na Rua Dos Lusíadas 58, 3 Esquerdo, 1300-372 Lisboa, no da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada, tenho medo de falar em público e além disso ainda não falo muito bem português, mas estou aqui hoje devido a um assunto que acho muito importante. -

----- Chamo-me Helena Espvall, sou sueca mas sou residente em Lisboa há quatro anos. Há um ano comprei um apartamento em Alcântara, na Rua dos Lusíadas, em frente da nossa casa fica um lindíssimo palacete abandonado, com indisputável valor histórico e arquitetónico. Foi a sede de Firma Vieillard & Touzet, autores da Central Tejo, a Garagem Auto Palace e muito mais.-----

----- *Este palacete absolutamente merece ser restaurado, deveria ser um crime deixar um prédio assim ao abandono. Um vizinho disse que no passado havia planos para renovar o prédio para fazer moradia para estudantes, ótimo! Mas fiquei chocada e triste quando eu soube, há poucos dias, que agora há planos avançados de demolição para dar lugar a mais um hotel, só ficará uma fachada, dois andares mais vão ser adicionados, o prédio vai ser expandido lateralmente, o jardim será destruído, o palacete vai ficar totalmente desfigurado, essencialmente destruído!*-----

----- *O projeto vai ser votado já na quinta-feira, eu não consigo compreender, parece uma injustiça que o público ainda não foi informado! O prédio não tem placa de comunicação prévia, não há aviso nenhum! Os meus vizinhos também não sabiam nada e ficaram em choque como eu!*-----

----- *É mesmo legal como um projeto que teria tanto impacto na vizinhança, como um processo que tem sido tão escondido ao público? Acho errado sacrificar o património histórico para fazer ainda mais alojamento turístico, não faz sentido nenhum!*-----

----- *Eu vivo em Lisboa porque adoro a arquitetura portuguesa, imploro que façam mais para a salvaguardar e que votem não a este projeto! Obrigada.*-----

----- *É a Proposta n.º 254/2017 e o Processo é o n.º 1548/EDI/2016. Obrigada.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dona Helena, eu acho que em primeiro lugar temos que a felicitar por vir trazer aqui um problema tão atual da nossa Cidade. O seu português é excelente e acho que é particularmente importante como uma pessoa jovem e que gostou e gosta desta Cidade nos vem aqui chamar a atenção para este problema.-----

----- A Proposta a que a Senhora Dona Helena se refere está agendada para a próxima Reunião de Câmara, é a Proposta 254/2017, eu atrevia-me a sugerir ao Senhor Vereador Manuel Salgado, que eventualmente a discussão da proposta em causa em Câmara não fosse já aprovada esta semana, sem primeiro podermos ter esclarecimentos à Mesa da Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia de Alcântara sobre este processo para que efetivamente as coisas não sejam feitas sem conhecimento dos moradores a quem o assunto tanto interessa, por isso estou a fazer o pedido oralmente, vou reforça-lo por escrito, vamos ver como é que as coisas se procedem.-----

----- Muito obrigada pela sua participação, trouxe essa voz jovem e inconformada e nós precisamos disso cá! Obrigada.-----

----- Senhores Deputados terminámos a intervenção do público.”-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 139 DE 02.05.2017**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E vamos agora entrar nas outras questões da Ordem de Trabalhos vamos, em 1.º lugar, temos uma Ata para aprovar, é a Ata 139 de 2 de Maio vou pôr a consideração. -

----- Vou pôr à votação **Ata 139 de 2 de Maio de 2017**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.”-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 139, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.”-----

----- Ata n.º 139, Sessão Extraordinária, realizada em dois de maio de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), Augusto Gama Albuquerque (PS), Ricardo Saldanha (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), João Filipe Roseta dos Reis (PS), Maria João Correia (PS), Margarida Saavedra (PSD), Vasco Morgado (PSD), Paulo Campo Lopes (PSD), António Modesto Navarro (PCP), Carlos Silva Santos (PCP), Deolinda Carvalho Machado (PCP), Lúcia de Sousa Gomes (PCP), Ricardo Robles (BE), João Diogo Moura (CDS-PP) e Catarina Gouveia Homem (IND).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

---- “Eu tenho que me corrigir aqui de um lapso, aliás de dois lapsos. -----

----- O primeiro é um lapso de falta de cortesia da minha parte por não ter alertado os Senhores Deputados que nesta Sessão, ao contrário do que tem vindo a ser habitual, a Mesa não é de um só género e é, pelo menos, constituída por um Senhor e duas Senhoras e, portanto, queria dar as boas vindas o nosso colega Nelson Antunes aqui na Mesa e ficamos muito satisfeitos por que haja homens e mulheres à frente da Assembleia Municipal.-----

----- A 2ª questão Senhores Deputados, eu queria colocar-vos esta questão, que ninguém, penso que estamos todos ainda chocados com as notícias do atentado da noite passada em Manchester, eu não tive tempo de redigir um voto nem ninguém o teve, poderemos fazê-lo para a semana com mais calma, mas eu penso que obedecendo àquela nossa necessidade de exteriorizar em nome daqueles que representamos o repúdio que temos por estes atos, eu ia-vos pedir um minuto de silêncio em honra das vítimas do atentado de Manchester e para a semana poderemos então aprovar um texto sobre o assunto.-----

----- É, naturalmente, uma homenagem muito singela, apenas testemunhando que a vida para quando estas coisas acontecem e temos o dever de, por uns segundos, refletir e solidarizar-nos com as vítimas. Para a semana, certamente, teremos um voto então redigido sobre esta matéria.”-----

----- **PONTO 2 – PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATO INCLUÍDOS NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I, REDUZIDA EM FUNÇÃO DE VÁRIOS GRUPOS MUNICIPAIS NÃO TEREM APRESENTADO TEMAS DE PERGUNTAS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Posto isto, vamos entrar na parte das perguntas à Câmara. Eu e não vejo ainda o Senhor Presidente da Câmara, mas estava cá o Senhor Vice-Presidente, estão cá vários Vereadores. Estamos em condições de poder começar as perguntas à Câmara.---

----- Pergunto aos assessores da Câmara se podem chamar quem não está na sala, para não começarmos esta parte da Reunião sem a Câmara estar em condições de responder. -----

----- O formato da Sessão, como sabem, é formato de pergunta/resposta, portanto, é o que, aliás, está escrito aí na convocatória. Cada Senhor Deputado faz a pergunta, ou perguntas, seguindo-se de imediato a resposta da Câmara. Havendo mais do que um Deputado do mesmo grupo ou do conjunto de Deputados Independentes inscritos, há uma 2ª ronda, se a Câmara não tiver tido tempo de responder a todas as questões colocadas pode haver cedências de tempo se algum Deputado quiser voltar a repetir a pergunta, terá que se inscrever para uma ronda seguinte. -----

----- Portanto, nós temos quatro partidos inscritos e vamos dar a palavra por ordem das inscrições para uma 1ª ronda. Quem é que tem as inscrições? Senhor Deputado Nelson Antunes se faz favor. -----

----- O Partido Social Democrata apresentou 5 temas já vamos ver nesta 1ª ronda quais são os temas que a Senhora Deputada vai apresentar. -----

----- Eu pedia a atenção, depois, aí da Câmara para ver quem é que responde.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Senhora Presidente, eu congratulo-me sempre com a pluralidade do género, mas a Mesa desde o princípio foi constituída por plural, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo foi o Secretário, 1º Secretário da Mesa, portanto, eu julgo, a Senhora Presidente está distraída, mas oh Senhora Presidente eu julgo que, desde o princípio, a pluralidade de género existiu e ainda bem que existiu, portanto, é só para reiterar isto. -

----- Eu trouxe hoje duas perguntas aqui à Câmara que é a seguinte. -----

----- A 1ª sobre um despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, 128/P/2009, que me parece corretíssimo, em que determina, a certa altura que a altimetria dos edifícios em áreas históricas e consolidadas sejam efetuadas por topógrafos acompanhada do termo de responsabilidade desse e obedecendo a uma série de itens. -----

----- Ora acontece que, precisamente nas zonas históricas, os levantamentos feitos por topógrafos apanham, muitas vezes, construções clandestinas. Construções clandestinas e, sobretudo, em altura, que não estão consignadas em projeto aprovado e, muitas vezes, não estão consignadas sequer em volume de obra que nem sequer têm desenhos. -----

----- Isto tem criado, em muitas situações, um grave problema para o deferimento processos, porque, eventualmente, os arquitetos, e quem de direito, constroem a sua proposta com base nestes levantamentos. -----

----- Eu pergunto ao Senhor Vereador se, de facto, sobretudo nas unidades de intervenção local, existe ou não, à partida, cláusulas que salvaguardem esta situação, ou que garantam, à partida, que qualquer munícipe, ao fazer este levantamento e ao contratar um topógrafo pode, eventualmente, fazer o seu pedido conforme aquilo que



existe, independentemente ou não dos serviços da Câmara virem, muitas vezes, a supor, porque muitas vezes não há obra desenhada de construções clandestinas.-----  
----- Isto é particularmente sensível em termos de volumetria e em termos de cêrcea e é uma situação que tem levado a que muitos processos se arrastem na Câmara durante muito tempo.-----  
----- E a pergunta que eu faço é exatamente aonde e como é que estão acautelados estas situações. -----  
----- A outra, eu peço à Câmara que ponha duas, o Senhor Presidente não está cá, é uma pena, porque era ao Senhor Presidente que eu me ia dirigir, mas peço que me ponha... Peço a atenção dos Senhores Deputados, Senhores Vereadores, deste buraco, que tem cerca de um metro de profundidade, que existe na rua Rodrigo da Fonseca desde Fevereiro. É um buraco profundo que está em plena via pública como os Senhores verificam.-----  
----- Bom, eu fiz este pedido à Câmara como sabem há duas semanas, mas qual não foi a minha surpresa ontem, na comunicação social, soube da notícia do Senhor Presidente da Câmara ter ido visitar, ao Hotel Ritz, uma estrela *pop*, que não queria, aparentemente, ir à Câmara de Lisboa por questões de discrição. Eu pensei comigo mesma, bom, eu não tenho memória de nenhum Presidente da Câmara, em função ou enquanto essa função, ter ido a Hotel algum de Lisboa visitar quem quer que fosse, que não fosse em representação oficial ou que não estivesse revestida de eventuais interesses públicos. Portanto pensei, não! O Presidente da Câmara de Lisboa, certamente, como Presidente, não fez isso. -----  
----- Portanto, das três uma, ou o fez como particular e, particularmente, o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa pode fazer o que quer que seja, que nós não temos nada com isso, ou a dita estrela tinha tanto interesse para o turismo que a Associação Turismo de Lisboa entendeu, nem mais nem menos, do que mandar o seu Presidente ao Hotel Ritz fazer uma visita de cortesia à dita estrela, é curioso que o Presidente da Câmara é o Presidente da Associação Turismo e, portanto, enfim, parece-me um bocado excessivo, ou então a outra que me parece mais normal, é que este buraco que está na via pública desde Fevereiro constitui, efetivamente, uma falta de insegurança e um grave risco para as pessoas que circulam ali, porque como os Senhores vêm, está exatamente no meio da rua, não tem qualquer espécie de iluminação à noite e está em plena faixa de rodagem da esquerda.-----  
----- O que eu deduzi e gostava que a Câmara confirmasse é que, indignado com esta situação, o Senhor Presidente resolveu ir, ele próprio, visitar o local que por acaso é na mesma rua do Hotel Ritz e talvez, quem sabe, o Senhor Presidente da Câmara se tenha cruzado com a dita estrela *pop* exatamente em frente a este buraco que estaria, com certeza, surpreendida como é que em Lisboa, capital do turismo, é possível numa zona daquelas haver um buraco destes há 4 meses e tenho a certeza absoluta que a pergunta que eu ia fazer é: quando é que este buraco vai ser tapado? Vai ter resolução imediata porque no interesse dos lisboetas, no interesse da população e na defesa daquilo que é a segurança pública, aliás, devo dizer-vos que temos uma taxa de proteção civil, e está lá há 4 meses, o Senhor Presidente, com certeza, na qualidade de

Presidente que se deslocou à rua Rodrigo da Fonseca, para constatar desta situação e rapidamente resolver o problema, se se encontrou lá com a estrela ou não, não sei, mas tenho a certeza absoluta que foi essa a justificação da deslocação do Senhor Presidente. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vejo que não esgotou as questões, mas levanta questões relevantes. -----

----- Agora pergunto que é que responde? É o Senhor Vereador Manuel Salgado, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, boa tarde Senhores Deputados e todos os presentes. -----

----- Em relação à 1ª questão, efetivamente, o PDM de Lisboa estabelece, no número 5 do artigo 42º, que a Câmara Municipal pode divulgar, a título indicativo, desenhos do alçado da frente rua para efeito explicitação do disposto na alínea B do número 3, na alínea A do número 4, normas relativas à altura das fachadas. -----

----- Isto trata-se de uma faculdade e não de um dever. O dever é quando entra um projeto, vir informado com um levantamento feito por um topógrafo que ateste a altura do edifício e dos confinantes. -----

----- A Câmara tem estado a desenvolver o levantamento dos alçados e das frentes de rua, fê-lo logo quando fez o plano de salvaguarda da Baixa em que todos os alçados foram desenhados, fê-lo no plano da Madragoa em que todos os alçados foram desenhados, está a fazê-lo no plano de salvaguarda da colina do Castelo e está a fazê-lo, e que está praticamente concluído, e está a fazê-lo no plano de pormenor e salvaguarda do Bairro Alto e Bica. E, portanto, esta informação, passa a ser a Câmara que a fornece, para evitar todo e qualquer equívoco. -----

----- Não tenho nota, efetivamente, esta questão que foi levantada pela Senhora Deputada Margarida Saavedra seja, efetivamente, um problema relevante na apreciação de processos na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em relação à 2ª questão que levantou, eu confesso o meu espanto e não consigo perceber a relação entre um buraco e a Madona, mas a Senhora Deputada lá saberá a razão pela qual levanta o problema. Aliás, devo-lhe dizer que quando estive a preparar esta sessão, aparece numa fotografia, pergunta colocada pelo PSD, buraco na Rodrigo da Fonseca, eu perguntei aos serviços: o que é isto do buraco da Rodrigo da Fonseca? E, efetivamente, cheguei à conclusão, pela informação que tive dos serviços, há um problema num coletor que tem que ser reparado e que está à beira de ser reparado, porque estamos, está à espera, neste momento, à espera de sair o visto do Tribunal de Contas para uma empreitada específica de reparação de coletores. Mas, independentemente dessa situação, será intervencionado hoje mesmo, não por causa da dita Madonna, mas porque, efetivamente, e aí agradeço ao PSD alertou para uma situação da qual eu tinha conhecimento. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Senhores Deputados vamos prosseguir com o partido seguinte.-----

----- O PCP também pôs 5 temas, vamos ver quais são os que a Senhora Deputada vai pegar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras, caros e caras colegas e caro público.-----

----- Desde já, e a título de declaração de intenções, se houver alguma delegação para receber o Fassbender, há quem se disponibilize para integrar essa delegação de boas vindas, nomeadamente, eu teria todo o gosto em dar as boas vindas a esta cidade ao Michael Fassbender, não é só Madonna que cá está. -----

----- Não é a 1ª vez e, seguramente, não será a última, que o PCP traz aqui o problema da habitação. Não será a última porque, apesar das declarações de alguns Presidentes da Junta do PS, que até já culpabilizam as próprias pessoas por arrendarem os seus apartamentos da forma que a lei do Governo PS, não só permitiu, como facilitou, não sujeitando os proprietários a qualquer autorização prévia dos Municípios e do Senhor Vereador Manuel Salgado que, ao mesmo tempo que se diz muito preocupado com a questão da habitação, nada faz e não vê o fenómeno da expulsão da classe trabalhadora da cidade de Lisboa, certamente o problema habitacional em Lisboa não deixará de ser assunto central e urgente. -----

----- Urgente, porque todos os dias há notícias de novos despejos em áreas centrais da cidade, porque as rendas e a especulação imobiliária não param de aumentar e a Câmara opta por nada fazer, escudando-se eternamente na alegada incompetência ou falta de atribuições. Incompetência sim, mas não é legislativa, deriva de uma opção de classe que se tem refletido, principalmente, na área da reabilitação urbana. -----

----- Lisboa é uma cidade para ricos, ao mesmo tempo que aqui se instalam os ditos famosos de Hollywood saem os trabalhadores e as suas famílias. Para os turistas endinheirados a política do *bling bling*, com eventos de entretenimento massivos e a descaracterização da cidade. Para os trabalhadores nem casa, nem transportes, nem emprego. -----

----- É uma clara opção por não travar este rumo, apesar das muitas Propostas, quer do PCP, quer da Associação de Inquilinos, do Movimento ‘Morar em Lisboa’ do Movimento ‘Habita’ e até mesmo Propostas e estudos nacionais e internacionais solicitadas por profissionais do ramo hoteleiro. E com 3,3 milhões de euros da taxa turística, a Câmara insiste em investir em medidas que não só resolvem como agravam bastante o problema da carência da habitação acessível. -----

----- Nos últimos 3/4 anos, os preços da habitação para arrendamento aumentaram entre 13% e 36% e para compra subiram até 46%, resultando numa taxa de esforço com habitação situada entre 40% a 60% do rendimento familiar. -----

---- A aquisição de imóveis por capital estrangeiro, representa já 18% dos imóveis de Lisboa.-----

----- No que diz respeito ao arrendamento, a procura era, em 2015, 9 vezes superior à oferta. Em 2016, a renda média era de 830 euros em imóveis usados e 1070 em imóveis novos, isto num país onde o salário mínimo nacional é de 557 euros. Há já Freguesias em Lisboa onde um quinto das casas é destinado ao alojamento local sempre em detrimento do arrendamento próprio e permanente. -----

----- Em 16 de Fevereiro de 2016, o PCP apresentou nesta Assembleia a Recomendação 5/95 quando afirmámos que a defesa das populações e do património histórico de Lisboa, considerando o aumento exponencial das rendas, quer nos imóveis para habitação, quer nos imóveis para o comércio, tem um impacto profundamente negativo, tem conduzido ao encerramento de dezenas de lojas históricas, ao progressivo desaparecimento do comércio local e ao processo de despejo de inúmeros cidadãos, não só das suas casas, como das suas vidas em Lisboa, à degradação acentuada da qualidade de vida dos habitantes de Lisboa com a promoção de um desenvolvimento da cidade insustentável. -----

----- A Câmara deveria então suspender os processos de licenciamento das atividades de novas unidades hoteleiras e proceder a uma avaliação de impacto das existentes na qualidade de vida dos cidadãos e de quem visita a cidade reforçar, reforçar urgentemente os programas destinados ao arrendamento habitacional a custos controlados na cidade de Lisboa, assumindo ações concretas tendentes ao travar do aumento das rendas habitacionais, reforçar os mecanismos de renda apoiada não só às famílias carenciadas, mas também incentivando a fixação da população na cidade e apresentar, no prazo máximo de 6 meses, o plano público de recuperação faseada de edifícios históricos, que estão no domínio público, e a intervenção junto do Governo para a revogação da lei das rendas.-----

----- O Executivo nada fez, dando espaço até à Senhora que veste calças para ir aos bairros sociais para que, de forma demagógica e incoerente, venha reclamar de uma lei que é da autoria do seu Governo de direita e bem sabemos como são perigosos a demagogia e o populismo para quem se estende, desta forma, tapetes vermelhos e foram estes os responsáveis das maiores atrocidades no que diz respeito à habitação e que aparecem hoje como salvadores pelos dois CDS e PSD. -----

----- As reivindicações que o PCP apresentou continuam mais do que atuais, somando-se a muitas outras uma multiplicidade de Propostas destacando-se: estabelecer contrapartidas no licenciamento da construção nova e Reabilitação urbana que obriguem ao desenvolvimento de habitação acessível, não permitir a utilização para o alojamento local, bem como para outros fins, de apartamentos destinados à habitação, sem a prévia autorização municipal da alteração do uso com base no projeto para o qual foi licenciado, limitar os apartamentos para utilização afeta ao alojamento local quando em prédios co alocados arrendados e licenciados para habitação, não permitir a utilização turística afeta ao alojamento local de apartamentos em condomínios sem a prévia concordância dos condóminos. -----

----- Senhores Vereadores, o que vai fazer então a Câmara Municipal para garantir, como é sua obrigação, o direito à habitação acessível?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, pergunto então à Câmara quem é que responde? Os dois? Senhor Vereador Manuel Salgado e depois Senhor Vereador Duarte Cordeiro, Vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- Senhora Deputada, eu para lhe dizer com toda a franqueza, eu não percebi a pergunta, deve ser burrice minha mas, na realidade, foi feita uma declaração de uma série de medidas que deveriam ser tomadas, algumas dependem da Câmara, poucas, outras dependem da administração central, a maior parte dependem da administração central e, portanto, vou-me centrar sobre 2 questões concretas.-----

----- Primeiro, a sua Proposta para que seja congelado o licenciamento de novas unidades hoteleiras, eu devo-lhe dizer que, nos últimos 2 anos, foram emitidas 33 licenças de utilização de unidades hoteleiras, isto corresponde a uma área bruta de 148 mil metros quadrados, 150 mil, se quiserem, em números redondos. O que significa que isto traduzido em número de fogos, daria qualquer coisa como, se tudo isto fosse, deixasse de haver hotelaria em Lisboa e fosse transformado em habitação, daria cerca de 800 fogos, é evidente que 800 fogos era importante, e agora pergunto eu quantos empregos se criaram em Lisboa, pelo facto, de termos o turismo que temos? E quanta riqueza se criou em Lisboa, pelo facto, de termos o turismo que temos?-----

----- Não acredito que, efetivamente, seja por essa via de congelar o licenciamento de unidades hoteleiras que nós resolvemos o problema da habitação em Lisboa. Para resolver o problema da habitação em Lisboa, há sim que investir forte, com os sinais que já demos no PRA, no Programa de Rendas Acessíveis, que é absolutamente essencial.-----

----- Poder-me-á dizer, mas há uma outra questão que é o alojamento local. Como a Senhora Deputada sabe o alojamento local é aprovado como habitação, são edifícios de habitação, o uso que lhe é dado, não depende de licenciamento municipal, nem a lei o prevê que dependa de licenciamento municipal e, portanto, é uma queixa, ou uma pergunta, que a Senhora Deputada estará a fazer ao Governo central e não à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Em relação às lojas históricas, devo dizer que foi dado um sinal muito importante e em grande parte, ou em grande medida, deve-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pelo papel que teve na Assembleia da República para proteção das lojas históricas e, portanto, aquilo que poderíamos fazer, nós da nossa parte, fizemos o regulamento, o Governo tomou as medidas necessárias relativamente às lojas históricas e relativamente à questão da habitação, o caminho que temos a seguir e com toda a energia é o caminho da habitação, a custos acessíveis. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, o Senhor Vice-Presidente prescindiu do uso da palavra.-----

----- Eu queria só fazer aqui uma ligeira correção, as medidas Senhor Vereador Manuel Salgado refere como sendo do Governo foram medidas da Assembleia da República. Foram iniciativas dos Grupos Parlamentares e é isso que estamos a fazer também nesta área. Não nos foi questionado, não me compete responder, mas é uma parte muito importante do trabalho da Assembleia da República.-----

----- Também relembrar que a Assembleia da República também aprovou, no ano passado, uma lei que permitiu que 11500 famílias não fossem despejadas por causa das hipotecas, isso também é importante, ou seja, só quero meter aqui mais um dado na equação.-----

----- Entre a Câmara e o poder central do Governo existe também o Parlamento e muitas vezes esta Assembleia se dirige a ele.-----

----- Vamos prosseguir. -----

----- O Partido Ecologista, Os Verdes também tem 5 questões. Desta vez, todos os partidos apresentaram 5 questões de maneira que isto está muito democraticamente distribuído. Se faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada. Apenas uma retificação, nós entretanto deixámos cair um dos temas e passarão a ser 4 de qualquer forma, obrigada.-----

----- Senhor Presidente Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara, Os Verdes trazem quatro temas.-----

----- O primeiro é sobre o Orçamento Participativo.-----

----- Em oito anos, foram 105 os projetos que venceram o Orçamento Participativo. Desses projetos, 63, ou seja, mais de metade, não estão completos. Aliás, mais de trinta estão ainda em estudo. -----

----- Temos assistido a algumas situações em relação aos projetos vencedores, como a sua execução derrapar no tempo, serem geograficamente deslocalizados ou as suas verbas serem parcialmente desviadas para outras obras em curso. -----

----- Além disso, tem sido difícil para os cidadãos em geral e para os deputados desta Assembleia acompanharem o ponto de situação dos projetos, por falta de informação disponibilizada.-----

----- Por isso mesmo, Os Verdes propuseram, em Março de 2016, que a CML providenciasse informação atualizada sobre o ponto de situação dos projetos vencedores do Orçamento Participativo, indicando o que já foi efetivamente executado e qual a calendarização expectável para os que continuam por realizar. Propusemos igualmente que a autarquia divulgasse essa avaliação a esta Assembleia e aos munícipes.-----

----- Perante isto, e uma vez que esta informação, passado mais de um ano, continua a não nos chegar, Os Verdes pretendem saber:-----

----- Qual o motivo para o atraso de tantos projetos no âmbito do Orçamento Participativo?-----

----- E qual a razão para a CML não estar a cumprir a recomendação aprovada por unanimidade nesta Assembleia em Março de 2016?-----

----- O segundo tema é sobre a auditoria ao processo da Segunda Circular. Esta auditoria foi anunciada em Setembro, quando a Câmara suspendeu as empreitadas de requalificação por suspeitas de conflito de interesses, mas só começou no início deste ano, tendo o vereador das Finanças garantido que em Abril o inquérito estaria pronto. -

----- Estamos quase no final de Maio e até agora não há informações sobre essa auditoria.-----

----- Perguntamos, por isso, se a auditoria já está concluída e quais as conclusões.-----

----- O terceiro tema que trazemos nesta sessão de perguntas é sobre o Parque Florestal de Monsanto, mais uma vez.-----

----- Depois de termos realizado aqui nesta Assembleia o debate sobre Monsanto e de terem sido aprovadas as recomendações, Os Verdes alertaram para o facto de agora ser necessário concretizá-las, nomeadamente não permitir mais políticas de delapidação do parque, algo que foi consensual entre todas as forças políticas e os participantes no debate.-----

----- Passado pouco tempo, deparamo-nos com mais um abate de árvores para construção de um campo de rugby no Bairro da Boavista, representando uma clara violação das recomendações aprovadas.-----

----- Esta situação mostra desrespeito pelo Parque Florestal de Monsanto, pelos cidadãos e pelas organizações que se pronunciaram contra a destruição de Monsanto e por esta Assembleia, o que nos parece totalmente inaceitável.-----

----- Monsanto continua à mercê destes ataques e a Câmara não os quer travar.-----

----- Assim que Os Verdes tiveram conhecimento deste abate entregaram um requerimento à Câmara, logo no dia 31 de Março e levantaram esta questão em plenário. Nunca obtivemos resposta, apesar de ter sido ultrapassado o prazo regimental para o Executivo nos responder. Também aqui em plenário a Câmara ignorou as nossas perguntas e não disse uma palavra sequer sobre a situação. Perante isto, no dia 10 de Maio voltámos a insistir e entregámos um novo requerimento.-----

----- Portanto, hoje as questões que temos a colocar ao Executivo, e que esperamos desta vez obter resposta, são:-----

----- Em primeiro lugar, qual a razão para a CML não nos ter respondido ao requerimento, nem às questões colocadas em plenário?-----

----- Como se explica que este crime ambiental tenha sido cometido, em claro incumprimento das recomendações do debate sobre Monsanto?-----

----- Quantas árvores foram abatidas?-----

----- E pretendemos também saber se vai ser construído outro campo nas imediações das instalações do CIF - Club Internacional de *Foot-Ball*?-----

----- Por fim, o quarto e último tema que trazemos é sobre os pontos de recolha de rolhas de cortiça. -----

----- Como se lembrarão, Os Verdes apresentaram uma recomendação para que a Câmara ponderasse a instalação de pontos de recolha de rolhas de cortiça, que promovesse a recolha junto de estabelecimentos e que impulsionasse iniciativas junto das escolas como forma de sensibilização e de promoção da cortiça como material ecológico. Apresentámos esta proposta porque consideramos que é irracional e insensato não fazer a recolha deste material, que é de origem natural e reutilizável e reciclável a 100%. -----

----- Esta recomendação foi aprovada por unanimidade em Outubro, ou seja passaram já sete meses e o que Os Verdes querem saber é qual o ponto de situação da implementação destes pontos de recolha, o que já foi feito junto dos estabelecimentos e das escolas, e quando se prevê que estes pontos de recolha sejam instalados na cidade de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada, vejo que já apresentou os quatro temas, sem prejuízo de poder voltar a insistir nalgum deles se não se sentir satisfeita com as respostas e eu vou agora dar a palavra à Câmara. -----

----- Pergunto ao Senhor Vice-Presidente quem é que responde, Senhor Vereador Jorge Máximo, Manuel Salgado e Vice-Presidente. Senhor Vereador Jorge Máximo se faz favor. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Deputada. -----

----- Eu gostaria de, eu fiquei um pouco estupefacto, com a intervenção da Senhora Deputada relativamente à questão do Orçamento Participativo porque, a menos que tenhamos a falar de uma realidade diferente, eu não entendo verdadeiramente, quer os números quer a realidade que transpareceu das suas palavras. -----

----- Tenho aqui a convicção e dir-me-á, com certeza, de outra conhecerá que com certeza não conheço, o processo com maior escrutínio, transparência e mais detalhe em Portugal que o Orçamento Participativo de Lisboa, no domínio dos orçamentos participativos. -----

----- Devemos ter, claramente, o melhor *site*, a melhor informação, a mais detalhada, a com mais estatísticas e com mais fundamentação. Eu não conheço nenhum outro tão bom como o nosso, tanto é que sim que somos verdadeiramente sendo sistematicamente referenciados como uma boa prática em matéria de orçamentos participativos, nomeadamente desde as transformações que fizemos recentemente no portal de Lisboa Participe. -----

----- Já a situação.... Não, pode haver isso em todo o lado, isso até na NASA, de vez em quando acontece.... Não sei....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----



----- “Senhor Vereador se não se importa, prossiga.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Depois, relativamente às taxas de execução, nós conseguimos sempre ver, caso queiramos, o copo meio vazio ou meio cheio. A Senhora Deputada viu o copo meio vazio, mas eu vou-lhe ler as interpretações da minha maneira como eu vejo a realidade atual. -----

---- Nós temos 105 projetos vencedores, neste momento. Destes 105, 17 são projetos que foram anunciados vencedores em novembro do ano passado, portanto, ainda nem sequer, ainda estão numa fase preliminar de avaliação. Portanto, na realidade temos 92 processos em execução de Orçamento Participativo. Destes 92, temos 45 completamente concluídos, temos 10 já contratualizados e em obra, temos 9 delegados em Juntas de Freguesia aqui processos, todos eles, escrutinados pela Assembleia Municipal e, portanto, são delegados e, portanto estão a ser executados e são realidades efetivas brevemente. Temos 3 em execução, 9 em obra e, verdadeiramente, temos 12 que ainda não estão executados. E destes 12, há alguns que eu podia dizer que já estão a ser executados, olhe, vou dar dois exemplos que têm a ver com os pelouros que tutelo: uns projetos que a corridas, nós só temos 100 corridas por ano na cidade de Lisboa, mas ainda houve projetos vencedores na área das corridas e que têm a ver com processos relacionados com logística para as corridas que nós temos vindo a incorporar o nosso modelo de Lisboa Capital Europeia do Desporto, mas assumo que ainda não estão executados no sentido daquilo que foi escolhido, mas está em linha com o que diz e a parte do *wi-fi* em Lisboa que foi uma opção relacionada com a estratégia de *Smart cities* que lançamos, mas posso-lhe dizer que, no próximo mês, já estarão, em princípio, 7 praças com *wi-fi* disponível na cidade de Lisboa.-----

----- E isto, estão considerar, se olharmos para esta estratégia, para esta forma de ver as coisas, eu diria que a taxa de execução do Orçamento Participativo anda na ordem dos 85%, dificilmente estará, haverá, no Município de Lisboa, algo que tenha uma taxa de execução tão elevada como esta. -----

----- Agora, é natural, se no Orçamento Participativo, provavelmente o processo mais escrutinável e mais transparente da cidade de Lisboa e mais fácil de ataque político, é natural que se diga que não se faz nada nesta matéria. Mas também devia ser reconsiderado que Lisboa, nos últimos tempos, tem vindo a ter uma aceleração enorme na taxa de execução de Orçamentos Participativos, tem vindo a investir, fortemente, quer nos canais participação e a participação não se consubstancia apenas e só no Orçamento Participativo, temos hoje uma nova visão da participação na cidade, quer com o portal ‘Lisboa Participa’, temos a ‘Lisboa Aberta’ que é hoje uma referência internacional já, assumida na Europa com a parceria de inúmeras cidades europeias. Temos o novo ‘Lisboa Ideias’ que também já está a crescer e temos, batemos recordes sucessivos votação no Orçamento Participativo e a credibilidade está aí, é nessa participação e Lisboa, neste momento ser a cidade que está a liderar o processo da rede das autarquias participativas, ou está em processo de. -----

----- Portanto, a minha opinião é que a melhor forma de avaliar os orçamentos participativos é irem consultarem o *site* ‘Lisboa Participa’, naturalmente, há processos que se já podiam estar concluídos, é verdade, mas nem tudo é perfeito na execução pública. Eu também, nos pelouros que tutelo, também tenho situações que gostaria de já ter completadas e não, assim, não o consegui. Também não há perfeição, mas o que é certo é que deve ser avaliado, também, positivamente o esforço que tem sido feito nesta matéria, nomeadamente nos últimos 2 anos que, na minha opinião, está muito bem avaliado por entidades de fora que assim as pessoas que nos estão a acompanhar nestes processos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, pedia agora ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva que respondesse relativamente à questão da auditoria à 2ª Circular.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- De facto, eu garantir, eu não consigo garantir aquilo que não depende de mim, mas até porque ainda por cima, funciona com autonomia, mas o prazo que estava acordado e que estava definido para que a equipa, para que a Comissão que está a analisar as questões da 2ª Circular, terminasse os seus trabalhos no final de Abril princípio de Maio. Eles, em face do volume documental e dos esclarecimentos que foram pedindo, consideraram que precisavam de mais um mês, esse mês foi-lhes dado e, portanto, eu admito que, já com alguma margem de segurança, nos primeiros 15 dias de junho, nós teremos as conclusões desse mesmo trabalho, eu percebo que temos os prazos para cumprir, mas acho que é mais importante que, mesmo que esses prazos derrapem um pouco, pelo que o trabalho fique exaustivo e bem analisada a questão, que é uma questão que nos importa a todos, e que, para o futuro, nos dará, certamente, um conjunto de pistas para melhorar os nossos trabalhos. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, o Senhor Vice-Presidente sobre a questão do Parque de Monsanto.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, não. Sobre a questão relativamente aos pontos de recolha das rolhas de cortiça. -----

----- Sobre as questões relativas ao Parque de Monsanto, não estando aqui o meu colega Vereador José Sá Fernandes, teremos que....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou: -----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado responderá, pode responder agora o Senhor Vice-Presidente, se não se importa.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então pronto, muito bem.-----

----- Queria responder à Senhora Deputada que a Câmara Municipal já teve um processo de recolha de rolhas, nomeadamente em 99 e em 2000, na altura, numa parceria com o grupo Amorim, onde haviam cerca de 10 zonas de recolha de rolhas e também que, nomeadamente, nas zonas de maior concentração de restauração e nalgumas zonas do Bairro Alto. -----

----- A quantidade de rolhas recolhidas, na altura, neste projeto, não foi muito significativo e os aspetos que foram identificados, na altura, pelos serviços, quer em relação ao furto dos equipamentos quer em relação à insalubridade perto das zonas de recolha, fizeram com que o Município, na altura, desistisse este projeto. Não obstante, quero-lhe dizer que, não só levamos a sério sua a sua sugestão, com estamos a estudar com alguma atenção o modelo do protocolo tipo que existe entre a Quercus e os Municípios, no que diz respeito a poder restabelecer a parceria, e aqui ter outro tipo de apoio para repor a recolha seletiva de rolhas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, agora o Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Senhora Deputada, em relação aos campos de rãguebi no Parque de Monsanto há 2 situações distintas.-----

----- A Associação dos Amigos de Rãguebi de Belém, em que foi aprovado a constituição de um direito de superfície, que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, no dia 31 de julho de 2012, para construir um campo de rãguebi e uma pista de manutenção. É evidente que construir um campo de rãguebi em Monsanto tem que implicar, forçosamente, a remoção de algumas árvores. Não se consegue fazer um campo de rãguebi com um hectare, sem afetar árvores. Isto foi aprovado nesta Assembleia Municipal, quer dizer, foi aprovado na Câmara, proposto à Assembleia Municipal e aprovado na Assembleia Municipal.-----

----- Este projeto tem parecer favorável da estrutura verde da Câmara e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e, portanto, em breve será realizado este campo de rãguebi, porque o projeto foi deferido em fevereiro deste ano.-----

----- E depois há uma outra situação que é do Grupo Desportivo de Direito que, em 2013, foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade, a redução do direito de superfície que estava constituída a favor do Grupo Desportivo de Direito, onde o Grupo Desportivo de Direito previa construir um campo de golfe e foi aprovada uma redução do direito de superfície, com a devolução ao parque de Monsanto de 22119 metros quadrados e, em vez do campo de golfe, são construídos 2 Campos de rãguebi. Esses 2 campos de rãguebi, mais uma vez,

implicam o abate de algumas árvores e são precisamente esses 2 campos de rãguebi que recentemente levaram ao abate várias árvores, mas a maior parte, segundo a informação que nós temos, são eucaliptos.-----

----- Desculpe, são 2 campos de rãguebi encostados ao Bairro da Boavista, mas que, como lhe digo, foi uma redução de um direito de superfície, porque se tivessem feito um campo de golfe, então o número de árvores que eram abatidas era muito superior, e Proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa. Acho que é importante ter isto presente, porque foi, no fundo, uma aprovação que existia desde os anos 90 de um direito de superfície que foi concedido nessa altura e que foi reduzido para, em vez de um campo de golfe, serem construídos 2 campos de rãguebi.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. E agora vamos prosseguir.-----

----- O MPT também apresentou 5 temas, vamos ver quais é que ele vai, na 1ª ronda, apresentar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, caros Deputados, restantes presentes.-----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara, o Partido da Terra coloca 5 temas à discussão sobre os quais gostaria de obter esclarecimentos. -----

----- Nesta 1ª ronda, colocamos 2 dos temas. Abate de árvores em Monsanto para a construção de um campo de rãguebi junto ao bairro da Boavista como, muito bem, já foi apresentado anteriormente pelo Partido Ecologista, Os Verdes.-----

----- O Parque Florestal de Monsanto, ao longo dos anos, tem tido um aumento de pressão sobre o seu património arbóreo. São festas, empreendimentos, alargamentos, terrenos que continuam por devolver o Parque. -----

----- A questão é, conhecendo as limitações de construção e abate de árvores dentro do perímetro florestal, com foi possível construir aí um campo de rãguebi. Não haveria alternativas?-----

----- Segundo tema, a 21 de abril de 2015 foi votado, por unanimidade, a Recomendação ‘Maior o escrutínio público das Recomendações da Câmara Municipal de Lisboa’. Pretendia-se a publicação na Internet da cópia integral de todas as atas das reuniões de Câmara, cujo objetivo tinha como pressuposto melhorar a informação sobre Propostas que serão discutidas em reuniões de Câmara, colocando na Internet os documentos na íntegra ou uma sinopse das Propostas, já agora, saliento que a Assembleia Municipal de Lisboa o tem feito muito bem. -----

----- Questão: até agora nada foi feito. Será que a Câmara tem algo a esconder?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos, então, ver quem é que quer responder à continuação da questão de Monsanto que é já suscitada mas poderá a Câmara acrescentar alguma coisa. E a questão do escrutínio das Reuniões de Câmara. -

----- Quem é que responde Senhor Vice-Presidente? Senhor Vice-Presidente, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, quero agradecer as questões do Senhor Deputado, em relação às árvores de Monsanto, penso que foi dada ainda à pouco a resposta, penso que se trata sobre exatamente os mesmos temas, portanto, não sei se se justifica responder outra vez. -----

----- Na questão em relação às reuniões de Câmara, quer dizer, nós publicamos as atas por princípio, todas as matérias relativas as decisões que tomamos são públicas, quer dizer, eu não sei se se consegue aprofundar um bocadinho melhor a sugestão, no que diz respeito ao que fazem, nós temos todo o interesse em reavaliar, agora temos reuniões descentralizadas, reuniões públicas, publicamos as nossas atas, acho que temos um nível de transparência razoável, quer dizer, não estou a ver em que medida é que haja razão de queixa. -----

----- Mas, de qualquer forma, se o Senhor Deputado quiser fazer Propostas sobre essa matéria for um bocadinho mais concreta, agradecemos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Terminámos a 1ª ronda e agora vamos entrar na 2ª ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras Senhores Deputados. -----

----- Só um pequeno preâmbulo, Senhora Presidente para dizer que nós, por experiência própria, temos muito baixa expectativas quanto à possibilidade de obtenção de respostas concretas e claras em relação às questões que neste formato, temos vindo a formular à Câmara Municipal de Lisboa. Vamos ver se é desta, como digo, temos poucas expectativas. -----

----- São 2 temas Senhora Presidente. -----

----- Primeiro tema: prosseguem há anos, sem que a Assembleia Municipal de Lisboa tenha sido informada das várias fases do seu desenvolvimento, obras ciclópicas no Campo das Cebolas que totalmente destruíram o seu coberto vegetal e que se destinariam à construção de mais um parque de estacionamento automóvel subterrâneo pela EMEL. -----

----- A Câmara pretendeu, entretanto, demolir várias construções existentes no local como demoliu, nomeadamente, um posto de abastecimento de combustíveis e uma oficina automóvel anexa. Entendeu também proceder a um novo arranjo paisagístico, de cuja concretização esta Assembleia também não tem sido informada como, aliás, deveria, além de uma mirífica intervenção na Doca da Marinha, para exposição de embarcações históricas que não se sabe se e quando e em que termos virá a acontecer.-

----- Pergunta-se: face a problemas recentes relativos à presença constante de terrenos contaminados por hidrocarbonetos e abundantes desperdícios contaminantes, em vários locais de Lisboa, como, por exemplo, no Parque das Nações, recentemente, com evidente perigo para a saúde dos lisboetas e da qualidade ambiental, o que fez já a Câmara no sentido de assegurar a não produção de aerossóis e voláteis originados nos terrenos desse posto de abastecimento, e noutros, que se concentrem em habitações, no ar respirável, no interior desse estacionamento subterrâneo e nos lençóis freáticos. -----

----- Pode então a Câmara assegurar a esta Assembleia que tal não ocorreu e não irá ocorrer?-----

----- Número dois: Quando estarão, finalmente, concluídas essas obras, com todos os equipamentos previstos e a funcionar? -----

----- Segundo tema, Senhora Presidente. Vão entrar e comercialização as construções aprovadas no Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito, agora pomposamente chamada de Encosta da Tapada, como a imprensa abundantemente tem noticiado.-----

----- Este empreendimento está enfiado no buraco dessa Pedreira e consta, agora, de cerca de 550 fogos de habitação, com área de 87 mil metros quadrados, mais áreas comerciais e de serviços, com área de 34 mil metros quadrados, gerando, portanto, como é perfeitamente evidente, intenso trânsito. Conhecida que é a dificuldade de acesso a esse local, por sua própria natureza e conceção, e que antes se fazia exclusivamente um estreito arruamento transversal à estrada do Bairro do Alvito e Parque Florestal de Monsanto, passado por vários cemitérios de automóveis e considerando a ligação que a Câmara fazia e, aparentemente faz, desse empreendimento ao plano de Urbanização de Alcântara que, entre outras enormidades, previa a extinção do acesso pelo sul, do lado norte, à ponte sobre o Tejo, para uso reservado de veículos de serviço e de socorro. -----

----- Pergunta-se: irá a Câmara concretizar a extinção ou condicionamento de acesso à Ponte o que, inevitavelmente, determinará a generalização de engarrafamentos em cadeia por toda a cidade.-----

----- 2: não o fazendo, como assegurará então a entrada e saída nesse e desse novo Bairro ou Vila, em condições seguras e com a imprescindível solidez, sem prejudicar mais o trânsito no local, que já de si é excepcionalmente difícil. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Pergunto quem é que responde à questão do Campo das Cebolas e à questão dos acessos na Ponte 25 de Abril. Senhor Vereador Manuel Salgado, em ambos casos.” ----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Como o Senhor Deputado gosta de respostas concretas objetivas e rápidas, posso-lhe dizer que, em relação ao Campo das Cebolas todos os solos, potencialmente contaminados e que foram encontrados, foram

enviados para o Cirver da Azambuja. Não há, neste momento, e posso-lhe assegurar que não há qualquer risco de existência ainda de solos contaminados nesta zona da cidade. -----

----- Quando é que ficará concluída a obra? No 2º semestre deste ano.-----

----- Relativamente à 2ª pergunta: Encosta da Tapada.-----

----- Encosta da Tapada é a execução de um plano de pormenor que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, que é o plano de pormenor da Pedreira do Alvito e nada será alienado, nem comercializado, sem serem feitas as obras de acessibilidades, que estão previstas nesse plano e que foram aprovadas por esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, penso que respondeu às duas questões e nós vamos prosseguir com o outro partido inscrito nesta 2ª ronda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Trago hoje aqui 2 questões.-----

----- A 1ª é sobre a degradação da estação de autocarros interface do metro de Campo Grande. Quem por lá passa verifica, na generalidade das situações, que há uma má higiene e degradação do estado geral.-----

----- A cobertura com placas, enfim, são placas plásticas tem numerosas falhas e outras encontram-se bastante degradadas. O piso de acesso aos autocarros à Padre Cruz, encontra-se, há muito, estragado, não só degradado em geral, mas com buracos, enfim, notórios. A própria estação que tem muitas presenças tem qualquer tipo de conforto ou de apoio, quer em mobiliário de apoio, mobiliário urbano, quer em bancos ou outros apoios. É muito grave a ausência de sanitários neste grande centro de mobilidade, agravada ainda pela existência de estabelecimentos de comidas e restauração no centro, na estação do metro, esta falha de sanitários em toda a rede do Metro é gravíssima e contraria um passado que foi menos gravoso.-----

----- Pergunta-se: quais são as medidas que a Câmara pretende desenvolver para ultrapassar esta realidade?-----

----- A 2ª questão tem a ver com o flagrante e significativo desequilíbrio, agravado pelas atividades da Câmara, entre a procura e a oferta de estacionamento automóvel na cidade que é, claramente, da responsabilidade Municipal.-----

----- Pergunta-se: quais são os parques periféricos previstos a capacidade e o prazo de execução e até o regime de pagamento, mas, para além desta resposta genérica, digam-nos, por favor, para quando o 1º parque periférico. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto ao Senhor Vice-Presidente quem responde.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, bem vindo. -----  
----- É o Senhor Vereador Manuel Salgado? Se faz favor.” -----  
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Em relação, Senhor Deputado, em relação ao Campo Grande, portanto, está prevista uma intervenção de emergência, chamemos-lhe assim, que será realizada no mês de Agosto, porque é a altura em que a estação tem menos carga. Será desenvolvida pela Direção Municipal de Projetos e Obras para reparação da cobertura e que se estima em cerca de 80 mil euros.-----  
----- Independentemente disso, está a ser feito um estudo de fundo, com o Metropolitano de Lisboa, para a reorganização completa do interface do Campo Grande, aproveitando um terreno que ficou liberto, um parque de estacionamento há uns anos atrás, e onde hoje está a ser construída a nova ligação da 2ª Circular à Avenida Padre Cruz, portanto, ficará aí reorganizado o interface com outras condições de funcionamento. -----  
----- Nós admitimos que essa obra seja iniciada no ano que vem, porque é uma contrapartida do promotor do chamado Alvalade XXI, acho que era assim que se chamava, que é toda aquela zona, portanto, construindo um edifício simétrico à atual sede da NOS que está neste momento em apreciação. -----  
----- Quanto à segunda questão dos parques de estacionamento periféricos. -----  
----- Os parques de estacionamento periféricos que estão previstos são: Pedrouços, Pontinha, portanto, junto à Feira Popular que, aliás, são em terrenos fora do Concelho de Lisboa, mas estão ali na fronteira, depois é o aproveitamento de 2 parques que existem, que é o Estádio da Luz e o Estádio José Alvalade, é o Metro da Ameixoeira, Santa Clara, Areiro, portanto, que o é no Casal Vistoso e que é o aproveitamento de 2 caves de estacionamento questão vazias há no Metro da Bela Vista.-----  
----- Quanto à sua pergunta, qual é o primeiro a ficar pronto, eu julgo que o primeiro a ficar pronto, é no fim de julho, o da Ameixoeira que está em obra e está bastante adiantado, sendo que, seguidamente, serão os da Pontinha e que estão neste momento também para início de lançamento da empreitada. Muito obrigado.”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Vamos passar agora outro partido.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado novamente à Mesa e a Senhora Presidente Senhores Vereadores, caros colegas, restantes presentes. -----  
----- Senhor Vice-Presidente, estive agora a consultar o *site* da Câmara, só para confirmar que o conhecimento que tinha era exatamente o que venho aqui pedir, não fosse ontem terem alterado alguma coisa. E constatei que, para além das Ordens Trabalho, só estão a síntese das Atas, não estão as Atas completas, como nós recebemos a transcrição do registo magnético, não estão as Propostas apresentadas, não está documentação toda, só está mesmo as sínteses. Por isso, podiam utilizar um



bom exemplo, que é a Assembleia Municipal de Lisboa, que tem lá todo o conteúdo e de forma facilmente pesquisável, para que exista maior transparência, para que aproximem mais os Municípios ao próprio Executivo, haja um melhor escrutínio e, para além das reuniões serem públicas ou os documentos poderem ser solicitados, é uma forma mais, se calhar, moderna e, talvez, mais universal de comunicação, era essa a dúvida. Efetivamente estão lá as sínteses das atas, mas não estão as atas na sua íntegra.-----

----- E agora vou continuar com os temas que me trouxeram aqui. -----

----- Destaco, para esta ronda, mais um tema. A alteração do sentido do trânsito no bairro do Arco do Cego. -----

---- Apesar de as obras estarem concluídas há pouco mais de meio ano, continua o desassossego com as constantes alterações de sentidos de trânsito. Os habitantes não podem ser balão de ensaio, os trabalhos devem ser feitos de forma séria, sem alterações ao sabor do vento.-----

----- A questão: quando é que esta situação vai acabar? -----

----- E trago mais um 2º tema também para esta ronda, deixando uma para a seguinte ronda, à qual me inscrevo já á Mesa. -----

----- A 17 de novembro de 2015 foi votada por unanimidade a Recomendação ‘Projeto de Integração dos Estudantes no Combate à Solidão’. O projeto pretende aliar a falta de alojamento dos estudantes universitários com o isolamento da população mais idosa da cidade. -----

----- Questão: a Câmara já tomou diligências no sentido de cumprir os pontos deliberativos dessa Recomendação? Em caso afirmativo, quais? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Eu pergunto quem é que responde à questão? Penso que o Senhor vice-Presidente quanto à questão do escrutínio percebeu agora o problema suscitado, pergunto-lhe agora se quer reagir? Senhor Vice-Presidente, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Percebi, pronto, procuramos tentar perceber, acho que as situações ainda assim não são todas semelhantes, na medida em que, algumas das Propostas que nós temos, não é assim tão simples a digitalização do ponto de vista da informação, porque os serviços previamente naquilo que é a base de informação não está digitalizado, portanto não sei se é assim tão evidente ou tão simples, especialmente em matérias relacionadas com o urbanismo, sem estar uma coisa digitalizada, não sei em que medida é que é possível que a outra esteja no que diz respeito, por exemplo, ao suporte das Reuniões de Câmara. Por isso é que nós temos um modelo em que a informação muitas vezes está pública para consulta e os gabinetes dos Vereadores deslocam para consultarem a informação. -----

----- Mas, na medida do possível, do que eu percebi, é que tenhamos como exemplo a Assembleia Municipal no que diz respeito a essa matéria, poderemos fazer a

comparação, e daremos nota daquilo que é possível, ou não, melhorar do ponto de vista da informação a colocar no *site* da Câmara.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Quanto à questão do trânsito no Arco do Cego, pergunto quem é que responde? O Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Portanto, o Senhor Deputado pergunta, ou melhor, reclama quanto aos frequentes alterações dos sentidos de trânsito e pergunta quando é que esta situação terminará. ----

----- Eu gostava de lhe referir que houve 2 razões para as alterações dos sentidos de trânsito. -----

----- A 1ª foi a criação de um circuito de emergência de combate a incêndio que facilite o acesso de viaturas dos bombeiros ao interior do bairro, a partir de diferentes pontos de entrada. Este trabalho foi desenvolvido em conjunto entre a Direção Municipal de Mobilidade e Trânsito e o Regimento Sapadores. -----

----- O 2º foi para responder a contributos apresentados pela população, nomeadamente a solicitar que fosse facilitado o acesso à zona da escola e fosse reduzido o efeito de labirinto, anteriormente existente. Este efeito labirinto tinham um objetivo claro que era tornar o bairro uma zona de coexistência e evitar que ele fosse utilizado como uma zona de atravessamento, de qualquer modo, queria-lhe dizer que está marcada com os o Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, uma reunião com a população no dia 19 de junho às 18 30, em que todos os temas relacionados com as alterações feitas no bairro será abordado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador pergunto se é Senhor Vereador João Afonso que responde à questão do projeto intergeracional, ou se é a Senhora Vereadora Catarina Albergaria, que não a vejo. -----

----- Bom, os Senhores Vereadores não estavam porventura a tomar devida nota da questão, Senhor Vice-Presidente?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tomaremos nota da questão, quer dizer, eu tomei, de qualquer forma responderemos então escrito depois por escrito ao Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então, nesse caso, desta ronda terminámos, e vamos passar à ronda seguinte. -----

----- A Mesa informa que tem pedidos de inscrição do PSD, do PCP e penso que ainda há uma questão do MPT. Exatamente, portanto, ainda temos estas 3 Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- O que me traz hoje aqui está relacionado com um condomínio de luxo que faz sofrer grande parte da cidade, nomeadamente, em Braço de Prata atendendo a este condomínio foi fechado toda aquela zona da cintura do Porto de Lisboa, Infante Dom Henrique, o que obriga aos residentes da Freguesia do Parque das Nações, Marvila, Olivais, que necessitam de, ou porque os seus empregos são perto da zona ribeirinha, a deslocarem-se para dentro da cidade.-----

----- Há que tomar em atenção que não é só o trânsito automóvel, nomeadamente, os autocarros 28, 81 e 10, demoram horas intermináveis a sair da rotunda que passa no Parque das Nações, nomeadamente da Alameda dos Oceanos, para vir para a cintura do Porto de Lisboa. Quando entram, porque não podem, vamos lá, circular pela Infante Dom Henrique num certo troço, nomeadamente, naquele que fica perto de uma rotunda em que há um monumento à cidade de Lisboa, necessitam de ir pela rua Fernando Palha. Aí, os semáforos, só permitem a passagem de 3/4 carros, significa que quem quiser sair destas Freguesias para vir para a zona da ribeirinha tem grandes problemas às 8 da manhã, nomeadamente, se quiser a circular pela Gualdino Pais tem, às 8 da manhã, uma fila de 2 quilómetros para apanhar o Beato.-----

----- Senhora Presidente, a questão põe-se. O porquê de não atender aos residentes, mesmo aqueles que necessitam de circular nos transportes públicos também estão a sentir grandes problemas e é preciso ver que todo o trânsito que vem da retunda junto à Estados Unidos da América e que, precisamente, do trânsito que vem da IC 2 e que vem pela Infante Dom Henrique e Entrepasto, quando desagua na Infante Dom Henrique, são pesados que vão para o centro de inspeções, vão também para o cais e não se consegue transitar àquela hora da manhã, estamos a falar entre as 7 e meia e as 9 e meia da manhã, preferencialmente. E à noite o caos.-----

----- Desde quando é que um condomínio que, muito bem, não ponho em causa a sua construção e os benefícios ou as benesses que poderá trazer, mas o que é certo é que não podemos pôr em causa os residentes naquela artéria da cidade de Lisboa.-----

----- Também tenho a dizer aqui achei muito interessante, o Senhor Vereador Manuel Salgado, isto é só em nota de rodapé, se assim se pode dizer, falar que os solos contaminados no Campo das Cebolas está resolvido. Oh Senhor Vereador, eu sou residente no Parque das Nações e gostaria de perguntar ao Senhor Vereador, quando é que tomam atenção ao Parque das Nações, que não se consegue com os cheiros nauseabundos junto ao Pingo Doce na Avenida Fernando Pessoa que, neste momento, inclusivamente, junto à Marina o cheiro também já se torna, também, bastante acutilante.-----

----- Posto isto terei interesse em o em ouvir o Senhor Presidente, o quem me irá responder, sobre o meu, vamos lá, o meu martírio, todas as manhãs para chegar ao meu escritório, mas não sou a única, eu falo também em nome dos demais residentes, sou das pessoas que circula às 7 e meia da manhã, mas há mais residentes e pessoas

que necessitam de passar naquela artéria. Já não chega, no campo das Cebolas, quando queremos entrar na baixa, aí também, filas intermináveis, o que é que este Executivo pretende para os lisboetas? Que eles andem bicicleta? Senhor Vereador eu tenho bicicleta, mas realmente já tenho uma certa idade e não consigo subir nenhuma colina, portanto, eu ando em plano e levo muitos dossiers comigo, também não os consigo levar na bicicleta, a pé já me sinto um pouco cansada, embora faça ginástica.--  
----- Portanto, é neste sentido que eu peço a este Executivo que nos diga, finalmente, o que é que quer trazer para a cidade de Lisboa. Se é uma cidade só quando buracos, se é uma cidade continuamente em obras, ou quer dar qualidade de vida aos seus residentes? Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto à Câmara quem é que responde? É o Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Deputada, eu não sei se a Senhora Deputada tem a noção de que este loteamento de Braço de Prata, deu entrada na Câmara em Maio de 2004, e que é um processo que, quando chegámos à Câmara, no final de 2007, estava praticamente aprovado, havia que discutir o acerto com o Porto Lisboa relativamente à implantação dos edifícios se avançava mais para os limites, portanto, por cima da Rua do Porto Lisboa e, portanto, ficava dentro de território da APL ou se se continha dentro de terreno do promotor. Que era a antiga Fábrica de Braço de Prata e a decisão que foi tomada foi, fica dentro do terreno do promotor e não ocupa terrenos do Porto de Lisboa. -----

----- Mas esse loteamento desde que foi submetido à Câmara e que foi sempre apreciado e, como lhe digo, foi antes de nós termos qualquer responsabilidade na gestão urbanística da Câmara Municipal de Lisboa, previa exatamente a supressão da via do Porto e a plantação de um Jardim Ribeirinho entre a Doca do Poço do Bispo e, no fundo, o Parque das Nações e é isso que está a ser executado, não na totalidade, mas a 1ª fase, portanto é a construção desse Jardim que pressupõe que seja retirada a via do Porto, que seja utilizado Infante Dom Henrique e, por isso foi reformulado o nó de inserção da Infante Dom Henrique junto à estátua de José de Guimaraes e a utilização da Rua Fernando Palha como via da urbanização. Quando estiver feito o plano de pormenor da Matinha, quando estiver realizado, então é a Alameda dos Oceanos que se prolongará através dos terrenos da antiga petroquímica até, depois, infletir para Norte e passar por cima da linha de comboio até à rotunda da Marechal Spínola.-----

----- É esse o projeto, que não é da nossa autoria, é o projeto que já vinha do mandato do Professor Carmona Rodrigues e do Doutor Santana Lopes e foi apreciado nessa altura, foi aprovado em 2008, portanto, mal entrámos na Câmara Municipal, mas foi uma aprovação de um processo que já vinha de antes e que prevê, efetivamente, estas soluções com as quais, devo dizer, que eu estou totalmente de acordo, acho que é uma

boa solução para a cidade de Lisboa, ganhar um parque ribeirinho naquela zona e reorganizar a circulação daquela forma. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, relativamente, penso que era isto, muito bem. Vamos prosseguir, então, nesta ronda, temos intervenções, Senhor Segundo Secretário. -----

----- Ainda teremos, depois desta ronda, onde está inscrito o MPT, ainda temos uma última ronda porque penso que o PCP inscrever mais um Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. A população de Carnide está hoje em luta, ainda e sempre a lutar, e estamos a lutar contra a política de imposição desta Câmara Municipal, pelo desrespeito pela população, pela falta de diálogo contra o ridículo de se pagar para ter buracos nas ruas, para não se cumprirem com os orçamentos participativos para a falta de um parque de estacionamento alternativo, não existente, para não haver saneamento básico. -----

----- Contra uma política que não ouve as pessoas, mas, acima de tudo contra uma política de quero, posso e mando. Falo-vos, naturalmente, de um Presidente de Câmara que, com toda a tranquilidade, apenas se limita a considerar inqualificáveis as atitudes dos moradores, mas pouco ou nada diz sobre as datas de cumprimento dos seus compromissos. -----

----- Assim sendo, as questões que aqui colocando são simples: solicitamos que nos informem de quando será implementado o parque estacionamento prometido em 2013 no centro histórico de Carnide. -----

----- Quando se iniciarão as obras de requalificação previstas no Orçamento Participativo de 2014, no centro histórico de Carnide. -----

----- Quando será ou endereçado ou olhadas as pessoas olhos nos olhos e quando será efetuado um pedido desculpas à população residente no centro histórico de Carnide. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, pergunto à Câmara quem é que quer responder. Senhor Presidente, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Responderei eu, Senhora Presidente. -----

----- Se há alguém que deveria dirigir-se a esta Câmara, a esta Assembleia, pedir desculpas deve ser o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, que se tivesse um pouco de sentido de dignidade e conhecendo, aliás, a história como ninguém a conhece, poupar-se-ia a ouvir aquilo que terei para lhe dizer. -----

----- É verdadeiramente lamentável que o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide se coloque na posição indigna que se coloca, conhecendo toda a história deste processo. -----

----- E tenho para apresentar o seguinte: em nenhuma Freguesia da cidade de Lisboa a EMEL entrou sem acordo com a Junta de Freguesia e a razão de entrada da EMEL no centro histórico de Carnide resultou de uma reunião descentralizada na Freguesia de Carnide, onde a Câmara foi confrontada com os moradores e pela própria Junta de Freguesia de Carnide, com incapacidade em ter encontrado uma solução parque de estacionamento, o que é verdadeiro, visto a Câmara não dispor de terrenos nem ter concluído nenhuma negociação com terrenos privados, e do alerta deixado por moradores e pelo Presidente da Junta de Freguesia, que corroborou forma enfática, na 1ª fila à minha frente, a inação da EMEL em entrar com uma zona tarifação para proteger a zona do que é o estacionamento abusivo dos não residentes no centro histórico, dada a tarifação em todas as zonas limítrofes.-----

----- Publicamente foi confrontada a administração da EMEL, por mim, questionando-lhes por que razão, é que sendo a tarifação do centro histórico a única solução que nós poderíamos ter no curto prazo para melhorar o estacionamento dos residentes, por que razão é que a administração da EMEL ainda não o tinha feito, perguntei, aliás, se isso dependia de alteração ao regulamento que estava para debate público, e foi-me respondido que não, que a decisão relativamente a Carnide, aliás, já está tomada há muito tempo, a zona já se encontra na zona de expansão há muito tempo e que nunca tinha havido a entrada da EMEL naquela zona, por oposição da Junta de Freguesia. ----

----- Questionei, aliás, nessa altura, de forma direta e clara, se essa oposição, de facto, estava ultrapassada, porque era o que eu estava a ouvir nessa reunião e foi-me, obviamente confirmado que sim. Cheguei ao ponto de brincar e de gracejar com a situação, dirigindo-me ao Presidente da EMEL nos seguintes termos: agora como têm instruções diretas aqui à frente para, a partir de segunda-feira, introduzir os parquímetros, porque é a única solução para podemos melhorar no curto prazo a situação de vida dos residentes, vai ser confrontado pelo Presidente da Junta de Freguesia com o cumprimento desta promessa e com o cumprimento da minha palavra, que eu aqui dei, relativamente ao avanço esta promessa. E foi assim que terminou a reunião descentralizada e foi assim que foi tomada a decisão da expansão da EMEL. -----

----- Ora, o que eu acho é que, o facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide ter cedido às pressões de quem bem entendeu, ter alterado a sua posição relativamente a todo o processo e ter utilizado isto como pretexto político para a sua campanha eleitoral em Carnide, não muda a realidade dos factos. A realidade é que a Câmara tomou esta decisão a pedido do que se passou na reunião descentralizada, por acordo do que se passou na reunião descentralizada, prejudicando a expansão mais rápida da EMEL noutras zonas da cidade, porque a expansão e a capacidade de parquímetros e de meios humanos é limitada, como toda a gente sabe, isso foi transformado de forma imprópria, indigna pelo Presidente da Junta de Freguesia, num momento político para a sua campanha e a sua promoção.-----

----- Eu não vou ao ponto de lhe pedir nenhum pedido público de desculpas, porque não tenho nenhuma expectativa que o faça, não tenho. Perdi, aliás, toda a expectativa quanto ao comportamento do Presidente da Junta de Freguesia de Carnide neste

processo, todo! E querer usar todo este processo, e com a boa-fé que sabe com que ele se passou do lado da Câmara relativamente a este processo, é verdadeiramente impróprio. -----

----- Aliás, eu nunca pedi, percebo que a expansão das zonas da EMEL necessitam de explicação, do diálogo, mas foi feita com o bom espírito, com a boa intenção e com a única intenção de resolver o problema de uma zona, que para aqueles que a conhecem, facilmente veem, é que sendo uma zona enclave no meio de zonas tarifadas, há falta de estacionamento que é efetivo, por falta de parque estacionamento, realidade que nunca neguei, mas não consigo inventar nem terrenos, nem parque estacionamento, não provoço a desonestidade, nem crio ilusões a dizer que tenho soluções na manga que não tenho, quando as tiver terei o maior gosto em ir apresentá-las e, por isso, a decisão foi tomada como a única solução possível no curto prazo, dado o contexto da zona. -----

----- Transformar isto nesta batalha que o Senhor Presidente transformou, é uma opção sua, na qual eu não entro. E quando eu digo e adjetivei de inqualificáveis sim, são inqualificáveis, são inqualificáveis as atitudes de quem vandalizou material público para fazer uma campanha e um *show* político, como o Presidente da Junta quis fazer e o Senhor Presidente tem uma responsabilidade que ninguém tem, é que é detentor de um cargo na administração pública, é detentor de um órgão do Estado Português, e quem ocupa funções no órgão do Estado Português, tem que ter limites à atuação, quanto mais não seja, de não vandalizar aquilo que é a propriedade de todos. -----

----- Confundir isso para fazer a sua campanha política, fará, mas ficará sozinho a fazê-la, não contará comigo para fazer essa campanha, por isso pode continuar espalhando as mentiras, distorcendo aquilo que se passou, distorcendo a história, omitindo aquilo que nós sabemos exatamente o que aconteceu. Fará como entender. ---

----- E fará também relativamente ao Orçamento Participativo e a execução do orçamento e a todos esses problemas, porque há uma coisa que é bom que fique claro, é que a Câmara tem feito um investimento sem precedentes na Freguesia de Carnide, a Câmara tem feito um investimento quer na habitação, nos orçamentos participativos, nas escolas, várias vezes tive a oportunidade de acompanhar a Junta de Freguesia nesse processo em todo o lado. Neste momento, encontram-se em execução orçamentos participativos de 2015 e de 2016 e, verdadeiramente, Senhor Presidente, nunca essa questão da urgência da realização daquele orçamento, foi colocado pela Junta de Freguesia à Câmara, porque senão, o que já teria acontecido era que já lhe teríamos feito uma delegação de competências, como ainda na semana passada aprovámos, relativamente a outras matérias. -----

----- O que nós temos feito, ao longo dos anos, aqui, foi passar mais de 20 milhões de dinheiro do orçamento da Câmara, para delegações de competências próprias, que as Freguesias consideraram que eram urgentes, e esta obra nunca foi incluída pela Junta de Freguesia. Como tal, sobre este ponto ela já estaria resolvida. -----

----- Senhora Presidente, é isto que eu tenho a dizer, é um episódio lamentável, mas não contarão comigo para a campanha política do Presidente da Junta de Carnide.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, vamos prosseguir. -----  
----- Presumo que é uma insistência com uma pergunta?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É outra pergunta derivada da resposta do Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, no que respeita à questão da Rodrigo da Fonseca, agradeceu ao PSD ter posto esta questão e disse que só tinha tomado conhecimento dela ontem. Oh Senhor Vereador fico muito triste, sabe porquê? Esta questão foi levantada no portal ‘A Minha Rua’ em fevereiro, em março, nos finais de abril e em maio. Se o Senhor não tomou conhecimento é porque o portal não serve para nada. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Vereador Manuel Salgado quer reagir? Não quer reagir? Muito bem, temos então a inscrição seguinte.-----

----- O Grupo Municipal do PCP estava a pedir a palavra antes da Senhora Deputada Ana Páscoa? É para o Senhor Deputado Fábio Sousa? Antes da Senhora Deputada Ana Páscoa? Oh Senhora Deputada desculpe lá. É depois! Ok.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais. -----

----- Eu venho aqui levantar algumas questões que dizem respeito à Alta de Lisboa e, como penso que são questões que foram recentemente levantadas também pelos nossos Vereadores na Câmara, mediante requerimentos, mas que como não há ainda solução para estas questões, portanto, eu tenho aqui levantar, sob a forma de pergunta à Câmara.-----

----- Em relação aos Transportes Públicos, é a primeira questão. Continuam os problemas nos transportes com falta de carreiras e autocarros. Verifica-se que ao fim de semana algumas carreiras que servem as Galinheiras não funcionam.-----

----- Problemas de segurança. Falta de policiamento nas ruas devido ao diminuto número de agentes para um território tão vasto. Esta situação reflete-se também nos assaltos frequentes no Parque Oeste junto ao viaduto do eixo norte/sul. Para quando a esquadra prometida?-----

----- Higiene Urbana. Continuam inúmeras queixas por haver uma postura discriminatória entre zonas de bairros sociais e outras zonas, portanto, dentro da Alta de Lisboa. -----

----- Desporto. O Complexo do Alto do Lumiar continua por acabar faltando o pavilhão. O campo antigo do Charneca (que seria o campo da UDAL – União Desportiva do Alto do Lumiar) está ao abandono e as obras prometidas nunca se



efetivaram. A deslocalização do campo de rugby, vencedor do orçamento participativo, para o Bairro S. João de Brito desrespeitou a proposta vencedora.-----

----- No que diz respeito à Cultura. Não existem equipamentos culturais na zona, o que limita a atividade ou o seu potencial neste bairro. A biblioteca está numa loja da Câmara e o prometido centro cultural não apresenta calendário de execução. -----

----- Perguntamos, por isso à Câmara: -----

----- Que nos informe sobre quais as medidas já em curso ou programadas para solucionar estas questões;-----

----- No que respeita às questões suscitadas que não são da competência do município, quais as diligências já efetuadas junto das entidades competentes. -----

----- E já agora gostaria só de dizer que em relação à resposta que o Senhor Vereador Manuel Salgado à bocado nos deu sobre as obras no Campo Grande.-----

----- Senhor Vereador, não vamos repetir aa pergunta, embora, porque o Senhor Vereador apresentou realmente uma solução que nos pareceu bastante complexa, inclusivamente falamos num outro edifício espelho do NOS, que vamos analisar e posteriormente, portanto, depois, voltaremos a esta questão. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, pergunto quem é que responde à Senhora Deputada Ana Páscoa?-----

----- Senhor Presidente da Câmara pode-me dar indicação de quem é que vai responder? Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Vamos lá ver, nós temos um problema de fundo na Alta de Lisboa. É que a Alta de Lisboa, portanto, o programa da Alta de Lisboa está realizado a 50%, a menos de 50%. Falta completar o Eixo Central que, neste momento, estão as ser iniciadas as obras de prolongamento do Eixo Central até à rotunda Norte para, só mais tarde, será feita a ligação até à rotunda do Eixo Norte-Sul.

----- Por outro lado, em termos de habitação, falta, o programa deve estar mais ou menos de 50% em termos de número de residentes e faltam-lhes muitos equipamentos. -----

----- Principalmente, faltam os equipamentos que a Senhora Deputada referiu, em que eu destacaria a questão do Centro de Cultural que acho que, isto agora, obviamente, do ponto de vista daquela área da cidade era importante, incluindo a biblioteca e espero que se possa incluir como um equipamento a realizar no próximo mandato, e sei que é essa a intenção da Senhora Vereadora da Cultura, que tem falado em fazer ali uma das principais bibliotecas da cidade de Lisboa.-----

----- Relativamente à questão da segurança, estamos a trabalhar, exatamente, para ser construída uma nova esquadra, aliás, depois em articulação também com uma esquadra em Santa Clara. -----

----- A questão dos transportes públicos é uma questão crítica. O transporte público, os moradores da Alta de Lisboa gostavam que o Metro servisse a Alta de Lisboa mas,

o Metro atravessará sempre a Alta de Lisboa, é difícil percorrer o Eixo Central e, portanto, há que encontrar outra forma de mobilidade que assegure essas ligações ao longo do Eixo Central. -----

----- Estamos a trabalhar sobre isso, agora que a Carris passou para a jurisdição da Câmara, para a propriedade da Câmara e no sentido de encontrar essa solução.-----

----- Quanto às questões da Higiene Urbana e do Desporto não tenho, não sei se os colegas Vereadores quererão dar resposta. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, se ninguém sinaliza. Senhor Vereador Jorge Máximo, pedia que sintetizasse, então.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à questão do, complexa, do Alto do Lumiar, eu gostaria de dar nota do seguinte. Nós temos vindo a fazer vários investimentos e melhorias no nosso campo na Alta do Lumiar e onde a UDAL tem um contrato-programa já longo e continuado com o Município, onde pratica todas as suas atividades. Ainda recentemente inaugurámos um novo campo, o novo relvado desse campo, tivemos uma reforma completa de todo o complexo, uma recuperação estrutural nos últimos tempos e, portanto, em termos de condições para a prática desportiva está, neste momento, como há muito tempo não estava, desde a sua inauguração, provavelmente. -----

----- A UDAL tem tido a sua atividade desportiva neste equipamento, através de um contrato-programa, que capitaliza cerca de 800 horas de desporto, atribuídas à UDAL, por ano, portanto, não tem tido qualquer problema de desenvolvimento, quer da atividade desportiva, quer da oferta e crescimento da modalidade.-----

----- Relativamente à construção do novo equipamento e dado que o esforço financeiro terá que ser assumido pela Câmara, só faz sentido que, tendo em conta que a oferta está neste momento completamente preenchida, que temos novas condições e melhores condições de oferta nos equipamentos atualmente existentes, só faz sentido avançarmos para a construção de um novo equipamento quando todo o processo de reorganização da zona do Alto do Lumiar, estiver concluída e sistematizada, para que não possamos estar a fazer investimentos que não estão urbanisticamente bem enquadrados nem que vão, de certa forma, suprir nenhuma necessidade que hoje atualmente já está coberta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. Creio que terminámos esta parte, tenha ainda mais dois pedidos de palavra. O Senhor Segundo Secretário vai dar a palavra.-----

----- O Senhor Deputado tem ainda um tema para apresentar e há um pedido de insistência, não sei em qual dos temas, do PSD, a Senhora Deputada Rosa Carvalho da Silva, lá chegaremos. -----

----- Não tenho mais pedidos, ah, tenho um pedido também do Senhor Deputado Flávio Sousa, certamente. Tem tempo e está registado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, restantes presentes. -----

----- Excelentíssima Senhora Vereadora Catarina Albergaria, à pouco fiz aqui uma questão que, e muito bem, o Senhor Vice-Presidente disse que não podia responder porque era do seu pelouro e eu volto a colocar esta questão já que, como se encontra presente na sala, talvez poderá nos elucidar em relação à mesma. -----

----- A 17 de novembro de 2015 foi votado por unanimidade a Recomendação Projeto Intergeracional de Estudantes no Combate à Solidão. O projeto pretende aliar a falta de alojamento dos estudantes universitários com o isolamento da população mais idosa da cidade. -----

----- Questão: a Câmara já tomou diligências no sentido de cumprir os pontos deliberativos desta Recomendação? Em caso afirmativo, quais? -----

----- E o último tema que lhe colocámos nesta sessão de perguntas à Câmara. O projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa apresentado pelo Governo. Tivemos oportunidade de afirmar no recente debate realizado nesta casa, que a cidade merecia mais do que foi apresentado. Uma visão mais ampla deveria ter sido discutida. -----

----- O MPT defende que, pelo menos, a expansão do Metropolitano para a cidade de Lisboa deve ser prioritária. -----

----- Questões: o Executivo está disposto a efetuar pressão sobre o Governo de forma a avançar com um plano de expansão a médio e longo prazo, para além da urgência do mesmo? -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa está disposta a promover um debate alargado à população relativamente às opções, de ampliação do Metropolitano de Lisboa e às novas estações e à localização das novas estações? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado vamos, creio que Vereador João Afonso já tem alguma coisa a dizer, e pergunto quem é que mais responde á última questão do Senhor Deputado Vasco Santos? Senhor Vereador João Afonso, para já”. -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. Creio que o projeto que fala é um Projeto de intergeracional, que se pretendia era promover a intergeracionalidade entre estudantes universitários e pessoas idosas, de facto, houve esse, houve contactos com o Instituto Politécnico de Lisboa para o lançamento de um projeto-piloto, nomeadamente, com o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, a verdade é que a Câmara ficou sem interlocutor do lado do Instituto Politécnico, ao fim de 3 reuniões, tentativas de concretização do projeto, ele ficou suspenso por não termos quem dialogar. -----

----- A verdade é que estes projetos têm surgido ciclicamente, surgiram já na Universidade Nova de Lisboa, surgiram na cidade de Lisboa, já surgiram ISCTE, esta

última iniciativa, parecíamos que tínhamos descoberto um interlocutor entusiasmado e, novamente, ficámos sem quem montar o processo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, não sei se há mais alguém para responder aos Senhor Deputado Vasco Santos, senão passamos à inscrição seguinte.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, certamente, eu não me expliquei bem, aqui há uma falha minha de certeza. O Senhor explicou o que está previsto no plano, está certo, mas eu não foi isso que eu perguntei. O que lhe perguntei foi, que medidas é que a Câmara tomou em termos de trânsito para salvaguardar os Municípios até que os empreendimentos estejam terminados, estejam executados, esta foi a minha pergunta. O plano, essa questão eu não lhe pus. -----

----- Sobre o Parque das Nações, o Senhor disse nada, o Senhor pode estar tranquilo com os relatórios, mas que há mau cheiro, há incómodo há! -----

----- E tenho a dizer mais. Senhor Presidente da Câmara, eu sou loira, não sou a Madonna, mas também tenho direito a alguma tranquilidade, vossa Excelência reconheça-me isto!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, não sei se a Câmara vai reagir, isto foi uma... Não vejo nenhuma sinalização de pedido de palavra. Senhor Vereador Carlos Castro e Senhor Presidente também.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Oh Senhora Vereadora eu gostava só de dizer o seguinte. Senhora Vereadora, não quero cometer nenhuma indiscrição, mas eu encontro-me muito mais vezes com a Senhora Deputada que com a Madonna, muito mais vezes.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Verificamos hoje que a Bancada Municipal do PSD está muito empenhado na música da Madonna, o que é um bom sinal. -----

----- Senhora Deputada relativamente à questão do empreendimento do Braço de Prata importa informar o seguinte: no passado dia 2 de maio iniciou a 2ª fase do projeto de intervenção no empreendimento Braço de Prata e, nesse sentido, foram implementados as novas indicações de circulação naquela área da cidade. Como Vossa Excelência teve o cuidado de dizer, naturalmente, é uma zona que está agora condicionada fruto da intervenção, mas tem sido acompanhado pelo Departamento de Mobilidade do Município havendo, naturalmente, quer na parte poente, quer na parte nascente, todas as indicações necessárias para que os automobilistas façam percurso com as menores perturbações possíveis, sendo certa que essas não se conseguem garantir a 100%, mas de qualquer forma, esse trabalho está a ser acompanhado pelo Departamento de Mobilidade do Município. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. Vamos dar a palavra à última pessoa inscrita, eu queria também dizer à Câmara que o Senhor Deputado Vasco Santos considera que ninguém lhe respondeu à questão do Metro, diz que não precisa de se inscrever novamente, mas diz que esta questão que ficou por responder depois de o Senhor Deputado Fábio Sousa falar, eu pergunto se a Câmara pode também, depois, responder a esta questão que ficou por responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem! Deixar bem claro que, naturalmente, a Câmara Municipal de Lisboa terá sempre, como teve até aqui, na Junta de Freguesia de Carnide, um parceiro no cumprimento da sua missão. Aquilo que nós não podemos e aquilo que não seremos é solidários com nenhum Presidente de Câmara, seja ele qual for, somos e seremos sempre solidários e estaremos sempre ao lado da população e, portanto, dizer antes que danificámos património público, vandalismo e dar exatamente as mesmas justificações que o Senhor Presidente da Câmara deu à comunicação social é que é, no mínimo, inqualificável, porque, de facto, nada foi vandalizado e sabe disso, porque horas depois estavam as máquinas novamente colocadas, com grande aparato policial, até por acaso e, como sabemos, as questões que aqui foram colocadas foram muito simples.-----

----- Portanto, não percebo, porque é que não foram respondidas. A única questão que foi colocada que foi do Senhor Presidente da Câmara que se recusa, naturalmente, a pedir desculpa à população, entendemos. Mas, de facto, nada foi dito sobre quando será implementado o parque estacionamento prometido por esta Câmara Municipal em 2013. E para quando se iniciarão as obras de requalificação dos orçamentos participativos ganhos em 2014, o que nos diz é que estão implementados os 2015 e 2016, então e os de 2014? Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, palavra à Câmara agora. O Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, só um acrescento telegráfico. Não tenho mais nada a acrescentar à minha intervenção. Só dizer que não farei parte, não acompanho e não pratico o tipo de atitude política que foi tido pela Junta de Freguesia de Carnide, neste caso concreto, e os atos ficam com quem os praticaram e que ficam muito bem com eles. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o Metro Ocidental, pergunta do MPT, alguém quer responder?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, eu posso responder a essa matéria, nós tivemos aqui um debate específico sobre isso onde a Câmara apresentou a sua visão, onde foi apresentada a visão do Governo, com que o Governo tem nos próximos anos, foi apresentada a visão da Câmara, e a visão da Câmara é a seguinte:-----

----- Devem ser feitos todos os estudos, todos os projetos e avançarmos com a decisão da continuação da expansão do Metro pela linha vermelha para que ele possa chegar ao lado ocidental da cidade e estamos a lutar e a batalhar para que possamos encontrar as fontes de financiamento para isso. Infelizmente, não dispomos nem de artes mágicas para criar fundos comunitários onde eles não existem, nem dispomos de um nível de demagogia tal, que nos faça prometer a ser que isso vai acontecer amanhã, porque não vai acontecer, Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- O Senhor Deputado Vasco Santos, afinal, ainda pede, novamente, a palavra. Pode ser aí do lugar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente pela resposta que deu em relação ao Metro, mas as nossas perguntas eram mais concretas e mais específicas.-----

----- Perguntámos se a Câmara Municipal de Lisboa estava disposta a insistir com o Governo para que isto tivesse prioridade, mas que também fosse alargado a um médio e longo prazo e não só às obras que, neste momento, estão em definição e qual era a disponibilidade da Câmara Municipal de Lisboa para um debate alargado com a população em relação às opções feitas para este 1ª alargamento. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente se faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado, quero agradecer ao Senhor Deputado esta a oportunidade que me fala sobre se devemos alargar o debate ao prolongamento de longo e médio prazo do metro.-----

----- Senhor Deputado é quando o Senhor Deputado quiser, todos os dias. Aliás, o Senhor Deputado... Não, se não devemos ter um debate sobre o futuro. Fez 2 perguntas. Ouvi as suas perguntas, ouvi as suas perguntas que são duas.-----

----- A primeira é se não devemos falar e enquadrar isto num plano estratégico de médio longo prazo para o desenvolvimento do Metro. Foi isto? Muito bem.-----

----- Oh Senhor Deputado, é que quando quiser e pode fazê-lo já desde hoje. Foi muito útil este debate, aliás, aqui apresentado, feito na Assembleia Municipal, a semana passada, porque Senhor Deputado pode recolher só dos *PowerPoint* apresentados, e eu posso-lhe acrescentar outros tantos e agora, também, por alguns partidos políticos também já criaram uns novos, o Senhor Deputado tem, porventura, uma vintena de planos de expansão do Metro no médio longo prazo.-----

----- Pode, aliás, o MPT organizar todos os debates que entenda. Desde a década de 60, aliás, tem planos de expansão, desde a década de 70, se a memória não me falha, tem planos de expansão superiores àquilo que existe atualmente na cidade de Lisboa. Se o Senhor Deputado quiser fazer esse debate, à vontade. Tem dos anos 70, tem dos anos 80, tem dos anos 90, tem nos anos 2000, tem agora, por parte do CDS, uma nova Proposta. Discuta à vontade, acho ótimo que se discuta. Ouça, acho isso interessantíssimo, mas digo-lhe, eu...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “ Oh Senhores Deputados, o Senhor Presidente está no uso da palavra, agradeça que ouvissem. Senhor Deputado Vasco Santos, vamos ouvir.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “O que me foi perguntado é se não deve ser feito um debate estratégico, eu estou-lhe a dizer que sim, que faça, que se faça o debate, acho isso muito bem.-----

----- Agora, vou-lhe ser muito franco, do ponto de vista propositura política, do ponto de vista, como nós nos dirigimos aos cidadãos, com franqueza, só se for para lhes dar uma ilusão de uma coisa que não vai acontecer no curto e no médio prazo, porque não há qualquer realismo, sobre qualquer fonte de financiamento, para um plano estratégico das dimensões que estão anunciada nos planos estratégicos.-----

----- A Câmara de Lisboa tem a aprovação do plano estratégico 2009 e o plano estratégico de 2009 é, já agora para falar de um que foi apresentado pela vigência do Governo PS. Oh Senhor Deputado se quiser, podemos discuti-lo. Agora, qual é a relevância que eu atribuo, hoje, neste momento, a discutirmos esse plano quando, num plano que define um custo investimento que deve ser superior a 2 mil milhões, quando o país tem as limitações que tem, com franqueza, não me venham colocar as questões de fundos comunitários, com franqueza, isso é não ter, aliás, conhecimento de como funcionam os mecanismos de fundos comunitários e não me parece que nós devemos propor ao país, fazer uma Proposta de que Lisboa absorva todo o Fundo de Coesão durante os próximos 14 anos, os próximos 2 quadros comunitários deixando zero para o resto do país. É a única forma de se concretizar aquele projeto no curto prazo.-----

----- Como não há, acho útil, pode-se debater, acho interessante, tenho a minha ideia já relativamente consolidada sobre os vários caminhos, daí ter apontado que a Câmara concordava com o fecho do anel, por melhoria da eficácia do sistema a Norte e a Sul e, ao mesmo tempo, colocava que se deviam iniciar os trabalhos com a expansão da linha vermelha. É com base numa reflexão de um quadro que, aliás, é o programa apresentado em 2009, aprovado pela Câmara em 2009.-----

----- Em segundo lugar, deve ou não deve ser feito um debate alargado com a população? Sim, Senhor Deputado, com franqueza, admito que sim, acho que deve sugerir essa Recomendação ao Governo, o Metro está na tutela do Governo, está sob responsabilidade. Acho que pode ser feito esse debate, com franqueza, o que eu não gostaria de ver, era lançar um debate para a praça pública sobre um plano de expansão do Metro, criando a ilusão de que uma expansão do volume que aquele que está proposto no plano de 2009, vai ser concretizado em 5, 6, 7 ou 8 anos porque, pura e

simplesmente, não vai, não vai. Qualquer pessoa com um mínimo de realismo, só pode concluir desta forma e, por isso, pode-se fazer esse debate público, se quiser chamar à atenção para que é um debate para o Metro 2040, acho bem. Quer dizer, faça, proponha fazê-lo com o Governo, agora, com franqueza, com esta ressalva, é que isso, criar a ilusão de que esse processo se vai concretizar num espaço curto médio prazo na cidade de Lisboa, na minha opinião, é uma completa miragem, que só criará expectativas nas pessoas que depois, obviamente, não serão cumpridas. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, o Senhor Deputado ainda quer voltar a insistir, faz favor. -----

----- Pode fazê-lo, mas a Câmara também pode não ter mais nada a acrescentar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como é evidente, Senhora Presidente. Mas suponho e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa falou muito bem e em relação ao que disse, mas não respondeu às nossas questões, aliás, até confundiu as 2, as questões e o volto a reiterá-las, só por uma questão de clarificar e eu vou separá-las uma da outra. -----

----- A 1ª é se a Câmara Municipal de Lisboa está disposta, isto é um sim ou não, perante o Executivo, aliás, a Câmara Municipal de Lisboa está disposto, perante o Governo, a tornar este plano de alargamento do Metro para além do que está previsto agora, a médio longo prazo, se está disposto a fazer ações para o Governo para que sejam um plano contínuo de alargamento e não por bolsas como tem sido até agora o Metro. Ponto 1, 1ª pergunta, se a Câmara Municipal de Lisboa está disposta e aqui não estamos a falar de debate, se está disposta a insistir perante o Governo que é quem tem a responsabilidade do Metro, em relação a um plano longo, de um plano longo de alargamento do Metro. -----

----- A 2ª é o debate, tem a ver com as próximas estações que já estão previstas ser construídas pela sua localização ou pela sua opção de localização, são 2 questões. O debate não para o longo prazo, o debate é para a opção destas estações que já estão definidas, que vão ser construídas, qual é a sua localização. -----

----- E acho que agora deixei claro as minhas questões. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, a Câmara já terá respondido, não sei se quer voltar a responder, as perguntas são claras, penso que já, a Câmara já disse o que tinha a dizer, não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa? Senhor Presidente da Câmara, faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, não terei sido claro, estamos dispostos a bater-nos pela contínua expansão do Metro de Lisboa, sim. Eu como todos os anteriores Presidentes



e admito que todos os futuros Presidentes da Câmara, acho que andamos a fazer isto desde que foi criado.-----

----- Segundo, debate público sobre a localização das novas estações, acho que deve ser endereçado isso ao Metro, porque são eles os responsáveis pelo Metro, pela execução. A Câmara já transmitiu a sua posição de princípio de concordância quer com o traçado, quer com a localização das estações.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, terminámos esta fase dos nossos trabalhos.” -----

----- **PONTO 3 – DEBATE AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 48.º DO REGIMENTO, DO SEGUINTE ASSUNTO INDICADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA: OBRAS EM ENTRECAMPOS E NO JARDIM DO CAMPO GRANDE E SINALÉTICA INDICATIVA DE MUSEUS E PATRIMÓNIO HISTÓRICO DA CIDADE; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Vamos passar ao Ponto seguinte. O Partido Socialista pediu para inscrever duas questões numa grelha curta que eu criei e pedia, portanto, agora Partido Socialista para apresentar as suas questões. Evidentemente, foram questões que não entraram nas perguntas à Câmara porque chegaram fora de prazo e, portanto, a Câmara poderá não querer reagir já, mas as questões ficam formuladas e a Câmara depois reagirá quando entender. -----

----- Pergunto quem é que, Senhor Secretário, tem alguém inscrito para isto? -----

----- É a Senhora Deputada Simonetta, uma das questões. Eu digo quais eram. Eram as obras em Entrecampos e no Jardim do Campo Grande e sinalética indicativa de Museus e Património Histórico da cidade.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores funcionários, imprensa. -----

----- Eu, em primeiro lugar, queria dizer que não me atrasei a mandar as perguntas, mas eu mandei as perguntas em tempo, não terão chegado à Mesa a horas, mas eu mandei-as em tempo. -----

----- As questões estão muito simples. -----

----- Primeira questão, e quero começar por me congratular com a Câmara Municipal de Lisboa pela rapidez e eficácia das obras realizadas na Avenida Fontes Pereira de Melo e na Avenida da República e que tornaram este trecho da cidade agradável e um espaço, não só para os automóveis, mas também e, principalmente, para os peões e para os ciclistas e que não provocou os engarrafamentos que os velhos do Restelo previam. Fico contente por isso. -----

----- Porém, perante estas expectativas fantásticas, esperávamos que a continuidade da obra em Entrecampos e no Jardim do Campo Grande, fossem de igual celeridade. Tal,

porém, não está a acontecer. Arrastam-se há meses, abrem-se valas de um lado, fecham-se de outro, levantam-se passeios, fura-se o asfalto, o Jardim continua entaipado e a passagem subterrânea mantém-se fechada, obrigando a dar uma grande volta aos peões que querem atravessar o Campo Grande, principalmente aqueles que têm paragens de autocarro do lado de cá e precisam de atravessar para a Biblioteca Nacional ou para a própria Câmara ou para outros serviços.-----

----- Para quando o fim desta obra de Santa Engrácia no Campo Grande?-----

----- A outra questão é relativa à sinalética da cidade, a sinalética, entre comas, cultural.-----

----- A Câmara tem feito um enorme investimento no seu património cultural, reorganizando, entregando uma parte dos museus à EGEAC enfim, as coisas funcionam muitíssimo bem. Porém, parece ter relegado para 2º plano a sua promoção junto do grande público, quer dos turistas que nos visitam cada vez em maior número.

----- Essa promoção faz-se, muito, à custa de uma boa sinalética cultural, estruturante, que conduza as pessoas pela cidade, através do património, tendo apenas um custo inicial na criação da estratégia dos roteiros, e na sua materialização e design e implantação no terreno. Todo o material promocional e de divulgação que se produza, é apenas complementar.-----

----- A sinalética cultural da cidade é praticamente inexistente e tem sido, muitas, vezes objeto de chamadas de atenção e de promessas de rápida resolução.-----

----- Vou dar um exemplo, entre os muitos, que ultimamente me confrontei no Museu do Teatro Romano, onde se fez, recentemente, um avultado e interessante investimento. Quem lá chega por acaso, tem deixado no livro de reclamações o seu desapontamento pela inexistência de sinalética, o que poderia tê-lo feito perder esta preciosidade. Bastava que no fantástico elevador que sai na Rua da Madalena tivesse a indicação do Teatro Romano, Museu do Teatro Romano, era tão fácil, tem lá até uma parede que servia para isso. -----

----- Quando poderemos esperar ter finalmente uma resposta a esta necessidade comum a todo o património visitável da cidade? Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Eu antes de dar a palavra à Câmara, o Senhor Deputado do CDS-PP inscreveu-se, creio eu, sobre estas matérias, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Penso que estamos, a nível do regimento, e no cumprimento do regimento, estamos num debate e, portanto, como já não são as perguntas, achei conveniente também intervir nesta matéria.-----

----- Relativamente à sinalética e aquilo que foi aqui pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, eu concordo na generalidade, exceto com a questão que está bem gerida a área cultural porque, em Lisboa, temos uma gestão tricéfala, da cultura em Lisboa, entre a Câmara, a EGEAC e a ATL.-----

----- Mas passando à questão da sinalética, nós temos uma catadupa de sinais pela cidade que geram poluição visual e, como disse também a Senhora Deputada, algum património cultural da nossa cidade não está devidamente identificado. Também sabemos que a maior parte dos sinais informativos estão agregados ou acoplados, através do regulamento de trânsito, aos sinais de trânsito e, portanto, há aqui uma questão que temos que ver, que é o cruzamento desta, em 1º lugar, do cruzamento da regulamentação de trânsito com o concurso público de publicidade que ainda há pouco tempo foi aprovado. -----

----- Depois outras questões também deixo para a Câmara: se se deve a sinalética cultural ter colocação autónoma no espaço público, aumentando as barreiras arquitetónicas, ou se se deve manter integrada na sinalética trânsito com previsto no regulamento e, por outro lado, como fazer para atenuar a poluição visual e, simultaneamente, dar-lhes visibilidade. -----

----- Relativamente às obras do Jardim do Campo Grande e de Entrecampos. -----

----- Quanto ao Jardim, o Jardim apresentava vários problemas, várias zonas degradadas, uma ciclovía que era mais uma na pista de BTT, com vários autos por causa dos plátanos e, portanto, aquele relato que a Senhora Deputada também aqui fez, e muito bem, é fidedigno da realidade. -----

----- Eu deixava duas questões, para além da abertura do parque subterrâneo, gostaria também de perguntar para quando o arranjo do parque Canino, que não me parece que esteja incluído nas obras. -----

----- Sobre Entrecampos, uma questão muito em particular, antes falar da obra, este projeto previa, segundo a Proposta apresentada pela Câmara, o abate da totalidade das árvores ali existentes, 28 árvores. Na altura, vários moradores e associações ambientalistas queixaram-se da ausência de informação desta obra e também, obviamente, do abate, o que veio originar a criação de um cordão humano frente à Câmara Municipal de Lisboa local, aliás, onde estão estas, onde cresceram, durante muitos anos, estas árvores. Na altura, lembro-me bem, no dia desse cordão humano, por pressão mediática, que tem sido sempre assim, mas também por causa deste cordão, o Senhor Vereador Manuel Salgado, recebeu estes representantes deste cordão humano e conseguiu-se que voltasse atrás, tendo afirmado, não só aos moradores, mas também à comunicação social, que iria abater apenas 3 destas 28 árvores e outras 5 seriam transplantadas. -----

----- A verdade é que isto também veio provar que a obra não estava planeada que, afinal, era tão simples, não poder abater árvores e, portanto, mais uma vez, não houve qualquer respeito pelo património arbóreo da nossa cidade. -----

----- A verdade é que decorreram vários meses sobre esta promessa do Senhor Vereador e da Câmara e verifica-se o incumprimento da palavra, porque, afinal, foram abatidas a maioria das árvores, não se sabe porquê, os Vereadores, os Vereadores não, os Municípios continuam, há vários meses, designadamente, a enviar *e-mails* ao nosso Grupo Municipal a perguntar o que é que se passa, pensam, mas isso eu espero que a Câmara justifique, que algumas das árvores tiveram que ser abatidas, porque as

próprias obras arrancaram as raízes e, portanto, elas acabaram por morrer. Mas como digo, são questões que pedia que a Câmara aqui nos deixasse, nos confirmasse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Acabou o seu tempo Senhor Deputado. Tempo do MPT? Sim.”----- “

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vou já terminar, Senhora Presidente, passaria já depois desta questão das árvores, pedimos uma explicação por parte da Câmara à obra.-----

----- Nas últimas semanas e meses, temos tido eco de queixas de vários moradores e comerciantes, por causa alteração da obra, isso acontece sempre, é inevitável, uma delas é em relação ao estacionamento no início da Avenida República. Ora bem, este estacionamento, para do resto do Eixo Central, ser muito apertado e os pilaretes, em muitas zonas, não deixarem que as portas do lado do pendura possam abrir, existe também um traço contínuo na faixa *bus* que obriga, a que quem queira estacionar, tenha que violar o Código da Estrada e, portanto, para além de ser um perigo para estas pessoas que saem das viaturas é uma infração o código.-----

----- Por outro lado, deparamo-nos, no cruzamento da Avenida 5 de Outubro, e com a totalidade das Forças Armadas, os semáforos para peões têm agora um tempo semafórico de 8 segundos o que, para uma pessoa com mobilidade reduzida, é totalmente inaceitável e, portanto, queria perceber se este é um problema que deriva das obras, se não voltaram a alterar os tempos semafóricos dos semáforos, mas esta questão é de tamanha importância e, portanto, gostaríamos que a Câmara nos desse aqui uma resposta cabal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, agora sim, a palavra à Câmara.-----

----- Quem é que vai responder? O Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Obrigado Senhores Deputados por terem colocado esta questão.-----

----- Portanto, eu referiria primeiro os temas que foram levantados pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, que têm a ver com obras.-----

----- A primeira das questões é referir que são 2 obras diferentes, 2 empreitadas diferentes. Uma é a obra do Campo Grande, do Jardim do Campo Grande, parte Sul do Jardim do Campo Grande. E outro é a empreitada do arranjo da Praça de Entrecampos que aumentou de extensão. Inicialmente não ia até à Alameda da Universidade, portanto, chegou-se à conclusão que era necessário reformular o nó Avenida da Universidade e aumentou relativamente às áreas que vão ser repavimentadas, incluindo a própria Alameda da Universidade, a Avenida das Forças Armadas e, portanto, tem uma extensão bem maior do que aquela que inicialmente tinha sido prevista.-----

----- De qualquer modo, eu penso que é importante, que é importante que a Assembleia Municipal tenha noção disso, existe neste momento em Lisboa, ou no país, fruto e consequência da crise que vivemos nos últimos 5 anos, um problema muito complicado ao nível das empresas de construção civil. As empresas de construção civil deste país tiveram uma baixa de encomendas muito significativa, em muitas empresas, os quadros saíram, emigraram, as empresas ficaram totalmente desestruturadas, ou quase todas elas desestruturadas e, neste momento, estamos perante uma situação grave, porque, no fundo, a competência e a capacidade que existia em Portugal, neste setor específico, até mais ou menos 2010, em que se fizeram obras importantes em Portugal, nomeadamente, em Lisboa tivemos várias, neste momento, as empresas estão descapitalizadas, estão desorganizados e, quando digo descapitalizadas, é tantos de recursos humanos como de recursos financeiros. -----

----- Isto, daqui resulta que, com o código da contratação pública, nós temos tido muitas situações em que as obras são adjudicadas por preços impossíveis, anormalmente baixos, e prazos impossíveis. Posso só dar 2 exemplos, relativamente recentes, a obra do Martim Moniz, que demorou os anos que demorou e a obra do Capitólio, em que foi necessário substituir empreiteiros, ou obras mais recentes, nomeadamente, de espaço público, como foi o caso da Avenida Rovisco Pais, que demorou eternidades, muito mais do que aquele que devia ter demorado, e como é o caso específico desta obra de Entrecampos, em que temos tido grandes dificuldades para que a obra acabasse em tempo, acabasse em prazos, que já foram sucessivamente adiados. -----

----- Neste momento, o que falta fazer é relativamente pouco, o compromisso que existe e que é obra até ao final do mês de julho, fique concluída, eu espero que, efetivamente, os serviços têm andado a acompanhar em permanência esta obra, que esta situação fique resolvida. -----

----- Queria depois de referir a questão das árvores foi levantada pelo Senhor Deputado do CDS. -----

----- Primeiro, há assim pequenas, há algumas palavras do Senhor Deputado inclui no seu discurso que são falsas e que provocam uma leitura completamente distorcida. O Senhor Deputado diz assim: o projeto previa o abate da totalidade das 28 árvores, bom, para já, não são 28 árvores há muito mais árvores na área que foi intervencionada, há muitas mais árvores que ficaram lá e previa, de facto, o abate de 28 árvores. Mas previa o abate de 28 árvores porquê? Há árvores que estão doentes e, efetivamente há relatórios fitossanitários que chamam a atenção para que há árvores que estão doentes e, há árvores que, ao não serem abatidas, obrigaram a reformular o projeto com prejuízo para o próprio projeto, é preciso ter em conta, com redução das áreas de circulação, com redução de lugares de estacionamento, mas essa medida foi tomada e foi feita, e algumas das árvores que estavam doentes mantiveram-se. -----

----- E eu, a propósito disto, porque acho que este é exatamente o local onde este tema deve ser referido, gostava de dar uma informação os Senhores Deputados, que tem a ver, exatamente, com árvores doentes e com a consequência de queda de árvores e dos prejuízos causados por quedas de árvores, normalmente, em cima de bens e,

felizmente em Lisboa, não em cima de pessoas. Em 2012 houve 108 acidentes com quedas de árvores ou de queda de árvores e a Câmara pagou indemnizações de 21.600 euros; em 2013 houve 85 acidentes com quedas de árvores; em 2014 houve 93; em 2015 houve 49 e em 2016 houve 47. Portanto, quando os serviços da Direção Municipal de Ambiente Urbano fazem estudos fitossanitários, pedem o apoio a laboratórios da especialidade e chegam à conclusão que uma árvore está doente e que deve ser abatida não é porque gostem de abater árvores, nenhum de nós gosta de abater árvores. Mas talvez o Senhor Deputado não se recorde, mas aqui há uns anos, houve um acidente com umas palmeiras que caíram em Porto Santo que, durante uma festam morreram 2 pessoas e os autarcas foram criminalizados por não terem tomado as medidas necessárias. -----

----- Portanto, este é um tema particularmente sério e nós devemos ter muito cuidado quando falamos desta matéria. Eu tenho permanentemente queixas, porque há árvores que estão a ser abatidas, mas há árvores que têm que ser abatidas, porque não têm possibilidades de sobreviverem e se caírem os danos podem ser extremamente gravosos e, portanto, gostava de deixar isto claro, porque muitas vezes faz-se demagogia à volta desta matéria e acho que era importante deixar isto referido. -----

----- Portanto, a questão das árvores, houve 2 árvores que foram abatidas depois do compromisso que eu assumi e foram abatidas por indicação expressa do seu Diretor Municipal de Ambiente Urbano, o Engenheiro Ângelo Mesquita, porque as árvores não estavam em condições de subsistência, os moradores levantaram grandes protestos, porque diziam que as árvores estavam em bom estado fitossanitário mas, entre a opinião de um morador ou a opinião do Diretor Municipal de Ambiente Urbano eu vou pela opinião do Diretor Municipal de Ambiente Urbano. -----

----- Em relação à última questão que foi levantada, que é a questão da sinalética. Eu queria referir que, aqui há uns anos atrás, foi feita uma sinalética no centro histórico, que peca por escassa, que foram uns tótemes que foram feitos e deve ser intensificado e, neste momento, estamos a trabalhar no sentido de intensificar os tótemes com sinalização no centro histórico. Mas não é só no centro histórico, porque estamos a fazer um projeto específico, piloto, para uma Freguesia, em que pretendemos sinalizar equipamentos importantes, o notário, o centro de saúde e marcar a distância, a pé, até esses equipamentos. Porque, de facto, se nós queremos que a cidade seja percorrível a pé, há que criar condições para isso. -----

----- A primeira, são os pavimentos, que é o que se está a fazer, a 2ª é tornar muito claros os caminhos que se têm que percorrer e principalmente ter a noção da distância a que nos encontramos de cada um dos equipamentos. -----

----- Experimentem, como eu faço, com frequência, de percorrer a Avenida da República a pé e verão, a quantidade de pessoas que fazem perguntas, onde é que é a Gulbenkian, onde é que é o centro de saúde, onde é que é a Universidade, onde é que são os vários edifícios relevantes que existem na cidade. -----

----- Isto tem que ser feito, estamos a trabalhar sobre isso, queremos fazer uma experiência piloto, temos em conta a questão que foi colocada pelo Senhor Deputado de, obviamente, não criar obstáculos no espaço público, isso é fundamental, mas é

possível fazer estas intervenções sem aumentar os obstáculos que existem e criando uma cidade que seja mais amigável para as pessoas e onde seja mais fácil andar a pé. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados terminámos este Ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Vamos passar ao Ponto seguinte.”-----

----- **PONTO 4 - DEBATE AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 48.º DO REGIMENTO, DO SEGUINTE ASSUNTO INDICADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA: PRECARIEDADE NA EGEAC; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação n.º 2/142 apresentada pelo BE** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação n.º 2/142 apresentada pelo BE** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Um Ponto inscrito pelo Bloco de Esquerda que tem, portanto, a palavra. Não sei quem é que está inscrito. Senhor Deputado Ricardo Robles.-----

----- Senhores Deputados, sobre este Ponto foi distribuída uma Recomendação, O Senhor Deputado irá apresentá-la, mas a Mesa já deu indicação de que, tendo sido apenas hoje, precisa de tempo a ser apreciada, será inscrita em próxima reunião.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa é geradora de precariedade e falo de forma indireta, como sabe, concedendo de apoios a entidades em que o trabalho que utilizam é precário, mas também, com isenções e benefícios fiscais a entidades que também recorrem a esse tipo de contratação.-----

----- Mas, sobretudo, quero-lhe falar da contratação e da forma direta em que a Câmara Municipal é responsável e gera precariedade. Falo-lhe da contratação direta trabalhadores em regime de precariedade, falo-lhe das Empresas Municipais onde o trabalho precário ainda é uma regra e falo-lhe, com certeza, dos fornecedores de serviços, dos concursos em que a Câmara consulta entidades privadas, em que depois adjudica esses serviços e onde a precariedade é uma regra e, portanto, é um *outsourcing* da precariedade.-----

----- E se o trabalho precário configura uma ilegalidade, como sabe, então não pode haver precários na Câmara Municipal de Lisboa nem nas empresas com quem a Câmara Municipal de Lisboa trabalha. Essa tem de ser uma regra de ouro e deve ser cumprida.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa anunciou, na passada sexta-feira, foi notícia ontem, na segunda-feira, que vai passar, vai estudar uma forma de penalizar, nos concursos públicos, as empresas que recorrem a trabalho precário, a trabalho ilegal.

----- Mas a questão fundamental é se isto resolve alguma coisa ou não. A resposta é: não resolve. Porque perpetua esse problema, porque o que propõe, e o que foi explicado pelo Senhor Vereador, é que passe a haver uma ponderação onde se é valorizado mais o que tem menos precariedade, a empresa que recorra menos a trabalhadores precários, ou é penalizada empresa que recorre a trabalhadores precários. Mas, sabendo à partida que, num concurso para adjudicação de serviços, o valor do preço da adjudicação tem de continuar a ser o fator ponderativo com mais força, isto passa a ter, como compreende, um efeito perverso, porque pode chegar a premiar empresas que, com preços muito baixos, preços esmagados, recorrem muito a precariedade, sendo penalizadas, ligeiramente, no concurso por terem trabalhadores precários continua a ser-lhes adjudicada a empreitada ou o serviço que prestam à Câmara.-----

----- Por isso, o 1º desafio ao qual tem de responder é eliminar as empresas que não cumprem a lei. Se não cumprem a lei, se não respeitam os trabalhadores, então não podem trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa, não servem para trabalhar com o Município, porque não respeitam os trabalhadores destas empresas.-----

----- O 2º desafio que lhe quero lançar, relaciona-se com a pergunta mais difícil que teve para responder nos últimos meses e à qual nunca nos deu resposta. E a pergunta é: Senhor Presidente, precisamos que nos diga quantos precários há na Câmara Municipal de Lisboa, quantos precários? Diga-nos, responda a esta pergunta.-----

----- Já entregámos vários requerimentos, um em janeiro sobre a precariedade no MUDE, zero resposta; uma pergunta em março, quantos precários há na Câmara Municipal de Lisboa em vários regimes, a pergunta foi detalhada, resposta zero.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

-----“ Eu pedia-lhe para terminar, acabou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vou terminar, eu tenho 4 minutos Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra retificou:---

----- “Tem mais um minuto, efetivamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra continuou:-----

----- “O Senhor Vereador disse-nos, numa resposta à entrevista, que era dez ou vinte precários, não sabia bem, mas eram entre 10 a 20 na Câmara Municipal de Lisboa. Estas contas estão mal feitas, estão erradas, não foram feitas com responsabilidade que merecem.-----

----- Pergunto-lhe se nestas contas estão os trabalhadores das Empresas Municipais ou se o Senhor Presidente não responde pelo tipo de contratação que é feita nas Empresas Municipais.-----

----- Por isso, para terminar, falo-lhe no programa que conhece que «é o programa de regularização extraordinária do Estado o PREVPAP. Como sabe a DGAL Direção



Geral das Autarquias Locais obriga-se a fazer um levantamento junto das Autarquias, sobre os precários, até 31 de Outubro.-----

----- E a pergunta que lhe quero fazer é se vai esperar até ao dia 2 de Outubro para responder quais são os precários na Câmara Municipal de Lisboa, porque é preciso responder a esta pergunta se queremos arranjar soluções para a Câmara Municipal de Lisboa e sobre o regime de precariedade que continua a imperar na Câmara Municipal de Lisboa, porque a contratação em regime precário é uma contratação ilegal e não pode existir e, portanto, no combate à precariedade, Lisboa não pode ser uma exceção e, por isso, queremos um Município com precariedade zero que respeite os trabalhadores.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente quer responde? É o Senhor Presidente ou é o Vereador...”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “É o Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, mais uma vez.-----

----- Agora percebi melhor, porque é que o Bloco de Esquerda quis pôr novamente nesta reunião e na agenda esta sua cruzada, e bem, porque, de facto, no conceito acompanhamos o Bloco de Esquerda, estamos de acordo, aliás, somos pioneiros como vai perceber como da minha do meu, portanto o Bloco de Esquerda vem um pouco mais tarde que nós sobre esta matéria.-----

----- Mas deixe-me dizer-lhe, talvez deixarem-me falar, porque eu também ouvi com atenção.-----

----- Oh Senhora Presidente peço desculpa, eu pedia que parasse o cronómetro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhores Deputados não vale a pena entrarmos no campeonato de que m é que chegou primeiro, vamos prosseguir os trabalhos.-----

----- Senhor Vereador, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou:-----

----- “É que eu percebo o incómodo de o Bloco de Esquerda, ter lido uma entrevista que eu dei a propósito do seminário internacional sobre recursos humanos. Em que, depois, essa entrevista é, digamos, apanhada por uma série de outros órgãos de comunicação social que vão, no fundo, detalhar um pouco que é que eu estava a propor.-----

----- É um pouco isto, é o facto de o Bloco de Esquerda que aparece, normalmente, nestas coisas, tenta ser o grande farol sobre alguns assuntos, e este é um deles, e quando alguém os ultrapassa, faz o que acabou de fazer aqui hoje. E o que é que acabou de fazer aqui hoje? Levanta questões sobre a precaridade no Município, eu vou-lhe responder, para começar, sobre os factos.-----

----- O que é facto, é que foi aprovada uma deliberação, em Câmara, que nos dá 60 dias para levantamos, de forma exaustiva, a precaridade apresentada, aliás, pelo PCP. Coisa que nós estamos a fazer, porque nós não fazemos de forma leviana nenhuma consideração sobre esta matéria, estamos a analisar em profundidade as questões e, portanto, a seu tempo, traremos a informação completa. -----

----- O que eu disse é que os dados de que eu disponho hoje, existem muito poucos casos de precariedade na Câmara Municipal de Lisboa, até porque, como os Senhores sabem, tão bem ou melhor do que eu, a Câmara de Lisboa foi pioneira a terminar com cerca de 900 casos de precaridade que existiam em 2009, incorporando, por tribunal arbitral, 846 trabalhadores com contrato definitivo. -----

----- Depois disso, como todos sabem, houve um bloqueio às entradas para a Função Pública e a Câmara Municipal de Lisboa viu-se impossibilitada de abrir uma série de concursos e quando os pode abrir, tinha, de facto, um défice de operacionalidade que teve que o colmatar com o acordo global, do Município de Lisboa e de todas as suas forças partidárias e das forças sindicais, para contratar um conjunto de pessoas, por contratos de prestação de serviços, para resolver o problema operacional até que o concurso tivesse terminado e, portanto, essa questão está quase toda resolvida, há apenas uns 2 ou 3 concursos ainda a correr, para resolver as últimas situações sobre essa matéria. E todas as situações que nós tínhamos de precaridade nessas áreas foram resolvidas. -----

----- Houve um conjunto de outras que, entretanto, pela dinâmica necessária dos serviços, algumas fugiram um pouco ao controlo, estamos a falar, como eu disse, entre 10 e 20 situações e, portanto, é a informação que nós temos, à data de hoje, sobre o Município de Lisboa. -----

----- Já lá vamos às empresas, porque a questão que Senhor Deputado traz aqui hoje é a questão da EGEAC e o que eu lhe posso dizer com a informação que detenho, à data de hoje, é que não há qualquer precaridade. O que estamos a falar é de um conjunto de contratos a prazo que existem na EGEAC que estão alicerçados, estão justificados e fundamentados. Por um lado na substituição de trabalhadores que estão ausentes por motivos vários. Por outro lado, em atividades sazonais coisa que é completamente compreensível, sabendo qual é a atividade da EGEAC, que tem Festas da Cidade, que são sazonais, que tem um conjunto de atividades de rua, que são sazonais e que, portanto, não fazem sentido, terem outro regime que não seja a contratação a prazo. Por outro lado, há atividades de natureza excecional que têm a ver com situações em que a opção é exatamente essa, nomeadamente, todos aqueles, um conjunto de trabalhos que têm a ver com, que estão ligados à criatividade, e que não faz sentido estar a contratar pessoas em contratos em definitivo. Por outro lado, há um acréscimo de novas atividades que decorrem quer da, digamos, de um impulso e de uma nova capacidade financeira e operacional que a própria empresa tem e, portanto, não tem a estabilidade necessária para se perceber estamos a falar de necessidades definitivas ou não e, por outro lado, a empresa acaba de receber, no ano passado, 13 novos equipamentos, com um conjunto de pessoas que foram do Município, mas também com uma folga que tem a ver com o facto de queremos dar um novo impulso a essa

nova atividade e, portanto, ser necessário contratar mais algumas pessoas, mas também esse sistema ainda não está estabilizado. -----

----- E é por isso que existem 66 pessoas contratadas a prazo, haverá sempre algumas dada a atividade sazonal, como eu disse, às atividades criativas. Mas o número um pouco mais alto advém disto que eu estive a dizer, receberam 13 novos equipamentos, o sistema ainda não estabilizou, foi preciso refrescar e dar sangue novo a esses novos equipamentos e, portanto, quando o sistema estabilizar, certamente, alguns desses contratos, os que se vierem a verificar que são necessidades permanentes, serão passadas a definitivas. -----

----- Mas, portanto, com os dados que temos hoje e, após um levantamento que ainda não está exaustivamente concluído, posso dizer que a EGEAC, à data de hoje, não tem situações de precaridade. -----

----- Quanto às outras Empresas Municipais estamos a fazer esse mesmo levantamento e, portanto, como ainda não temos concluído, ainda não trouxemos aqui os valores e os resultados em definitivo desse nosso levantamento. -----

----- Mas também posso-lhe desde já antecipar que, quer a EMEL, que teve um acréscimo de zonas de intervenção e, portanto, esse acréscimo de atividade ainda não teve o tempo necessário de estabilização para passar a esses contactos definitivos, portanto, há aqui um conjunto de mudanças que justificam estes valores de contratos a prazo e, portanto, não estamos a falar, de todo, de situações de precaridade. -----

----- Quanto àquilo que eu disse sobre o que é que vamos fazer com aquilo que é a nossa responsabilidade com os nossos fornecedores, que é algo que eu nunca tinha ouvido falar de forma tão exaustiva e de forma a incorporar nos sistemas concursais, o Bloco de Esquerda, mas ainda bem que nos acompanham sobre essa matéria, estamos completamente disponíveis para trabalhar com o Bloco de Esquerda e todas as outras forças partidárias, aliás, também como o disse nessa entrevista, com as outras forças sociais, os sindicatos, as associações empresariais, o 3º setor, para podermos olhar para essa questão da precaridade, em todos aqueles que se relacionam connosco e sermos nós os indutores, aliás, como já fomos, não em relação à precaridade, ou como já estamos a ser, não em relação à precaridade, mas nos pagamentos pontuais, que é outra questão que tem enormes repercussões económicas, enormes repercussões empresariais, quer a cidade de Lisboa, quer em todo o país perceba...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador já ultrapassou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Vou terminar Senhora Presidente. -----

----- Mas já o fizemos, estamos a fazê-lo e vamos continuá-lo e estamos disponíveis para fazê-lo, como é evidente, com a abrangência total de todos os interessados em abordar esta matéria. -----

----- Agora, é falso que o Município de Lisboa tenha políticas precaridade e que tenha no seu seio, situações de precaridade de forma expressiva que não resultem das situações que eu referi. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. O Bloco de Esquerda pediu a palavra novamente.-----

----- Eu informo que o Senhor Vereador dispôs de tempo dos Independentes e do PNP, e o Bloco de Esquerda pediu a palavra para um esclarecimento, portanto é nos 3 minutos adicionais.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Senhor Vereador, quando lhe é perguntado na entrevista sobre quantos precários existem na Câmara Municipal de Lisboa, é taxativo e diz que são muito poucos, entre 10 ou 20 e, portanto, é claríssimo. Agora está-nos a dizer que, em Câmara, houve uma Proposta do PCP para fazer um levantamento exaustivo e rigoroso. Eu acho bem que se faça um levantamento exaustivo e rigoroso, mas vai ter que esperar que o levantamento seja feito para dizer que são entre 10 ou 20, porque eu acho que vai ter uma surpresa e, portanto, havemos de ver esse levantamento exaustivo e rigoroso.-----

----- E depois, o que lhe quero dizer é que na EGEAC e, portanto, eu acho que o Presidente da Câmara tem que responder pelas condições dos trabalhadores nas Empresas Municipais e sobre todas as Empresas Municipais, mas podemos falar sobre a EGEAC em particular, há situações de precariedade há muito tempo e não têm a ver com a flutuação das atividades na rua, das Festas de Lisboa. Eu dou-lhe um exemplo, no cinema São Jorge há trabalhadores precários, a trabalhar a recibos verdes há 8 anos e à 5 anos, a fazer sempre a mesma coisa, pagos a recibos verdes e, portanto, isto é precariedade pura e dura, falsos recibos verdes, ilegalidades Senhor Vereador.-----

----- Portanto, informe-se bem porque a informação que tem não é correta e é preciso resolver estes problemas com urgência, a informação que prestou agora é errada e não corresponde à realidade.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente, antes de responder ao pedido de esclarecimento, a Mesa informa que há um pedido de palavra também do PCP, penso que talvez seja melhor ouvirmos o que o PCP tem a dizer e depois a Câmara responde no fim porque, provavelmente, como a Câmara já tem pouco tempo será melhor assim, se não vê, inconveniente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Sobre a precariedade na EGEAC, o que nós sabemos é que é muito residual o número de trabalhadores precários, estamos a falar de falsos recibos verdes, existencial sim, alguns recibos verdes verdadeiros, existem ainda situações que merecem atenção, é o caso da informática em que o trabalho é executado por uma

empresa exterior à EGEAC e que aí tem 2 trabalhadores em permanência, número esse, hoje, muito escasso para a atividade e número de equipamentos.-----

----- Decorrente da última transferência de equipamentos a CML para a empresa, EGEAC, verifica-se que algumas funções são exercidas por empresas externas, já era desta forma na Câmara Municipal, nomeadamente, os assistentes de equipamentos vigilantes, bilheteira e receção, a maior parte destes casos têm horário completo e 6 dias semanais. -----

----- O que nós defendemos e propusemos da Câmara e defendemos aqui é, de facto, o levantamento rigoroso e exaustivo das situações e uma informação também à Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Eu não percebi se alguém se inscreveu, o PNPN pediu para falar sobre este assunto, não. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra agora.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado. -----

----- Relativamente a este tema, verdadeiramente, só posso concluir que o Bloco não acerta uma, não acerta uma. -----

----- Porque convém termos alguma memória, não é preciso irmos anos muito longínquos, o Bloco, de forma cíclica, vai trazendo aqui, é um bocadinho pirilampo, aparece e desaparecem o tema da precariedade.-----

----- Eu já aqui me encontrei a discutir o número quando o Senhor Deputado me confrontava e dizia: veja Senhor Presidente, estão aqui mais de 400 precários na Câmara de Lisboa. E chegávamos à conclusão, olharmos para as listas, impressionados, e concluíamos que correspondiam a verdadeiras situações de prestação de serviço, aliás, uma parte importante nos Órgãos de Apoio ao Município, seja a Assembleia, seja da Câmara Municipal, seja onde fosse. -----

----- Agora, o Senhor Deputado vem com uma nova iniciativa de vir apelidar e de vir identificar que há aqui uma política de precariedade com várias pernas, uma das quais, relativamente à precariedade efetiva assumida pelo Município, isto é, o Município como contratante, em situação ilegal, de pessoas. E o que nós dizemos é: não, isso não acontece. -----

----- Mas o que nós dizemos, porque é fácil perceber, é que aquilo que pode ser uma situação correta num determinado momento, se se prolongar, porque se transformou numa necessidade permanente, tem que ser avaliada e deve ser corrigida em permanente, por isso é que a Proposta do PCP é uma Proposta razoável.-----

----- O que é absolutamente claro, é que este Município, este Executivo, este Município não, peço desculpa, este Executivo não aceita nenhuma lição relativamente a política de contratação na Administração Pública, nenhuma, nenhuma! Porque, não só foi aquele que mais regularizou a situação dos precários, como fomos aqueles que, ao longo de todos estes anos da troica, fomos aqueles que mais apostaram na

contratação e na dignificação do serviço público, porque nós utilizamos todas as margens que tínhamos e levamo-las até ao limite, para reforçar os efetivos dentro da Câmara Municipal de Lisboa, dentro das áreas críticas. E os Senhores Deputados façam a justiça só de comparar o que é que se passou na evolução dos efetivos nas áreas nucleares, e eu posso, quase que me atrevera a arriscar a frase aqui, que a Câmara Municipal de Lisboa foi a maior empregadora pública, em número de contratações, ao longo destes anos em que tivemos sob programa de assistência. E fizemos uma opção, uma opção deliberada, de qualificar o serviço público na cidade de Lisboa. -----

----- Mas o Bloco de Esquerda vai ainda mais longe, vai um bocadinho para fora de pé, que é: quando tenta arranjar a crítica às Propostas que se faz sobre como é que nós podemos reforçar e estimular através do nosso poder a ação externa. -----

----- Oh Senhor Deputado, eu acho que o ouvi bem, mas dizer que a Câmara Municipal de Lisboa deve sujeitar à verificação do cumprimento da legislação de precaridade a sua contratação, eu acho que isso é tudo, é de um irrealismo tão grande, que eu acho que o Senhor Deputado não deve ter bem visto, o Senhor Deputado não deve ser bem visto a dimensão daquilo que propôs. O Senhor Deputado propõe agora que nós não contratemos uma empresa de construção civil sem antes nós, Câmara Municipal, que não temos competência de avaliar a legalidade da contratação de outra empresa, se verifique se todos os trabalhadores desta empresa estão em condição legal ou ilegal? -----

----- O Senhor Deputado quer que a Câmara assuma a responsabilidade de toda a autoridade das condições de trabalho? O Senhor Deputado quer que a Câmara...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “ Oh Senhores Deputados O Senhor Presidente está a responder. -----

----- Oh Senhores Deputados desculpem-me! Senhor Presidente, desculpe só, Senhor Presidente. -----

----- Oh Senhores Deputados, o Senhor Presidente está a responder, os Senhores Deputados têm que ouvir, tenham lá paciência e, depois, se precisarem de alguma coisa, pedirão a palavra. -----

----- O Senhor Presidente pode continuar.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Oh Senhor Deputado, eu ouvi-o e permita-me ter a minha opinião sobre a sua Proposta. -----

----- A sua Proposta era: a ideia da Câmara não vai funcionar, não vai funcionar porque não vai suficientemente longe. Mas eu tenho aqui uma grande ideia e a grande ideia é: a Câmara deve sujeitar e submeter a sua contratação à verificação do cumprimento da lei por parte da entidade a que adjudica. Eu estou-lhe a dizer qual é a consequência disso. É ridículo, é ridículo, é impossível e é uma coisa inimaginável quem não pensou 10 segundos na Proposta, isto é, o Senhor Deputado quer que a Câmara Municipal de Lisboa se transforme na Autoridade das Condições de Trabalho junto de todas as empresas com as quais dialoga, retirando as competências à

autoridade das condições de trabalho. Oh Senhor Deputado! Isso não cabe na cabeça de ninguém!-----

----- Porque se não há, como é que alguém imagina que a Câmara de Lisboa vai, como é que alguém imagina, oh Senhor Deputado, olhe! Oh Senhor Deputado ouça, ouça uma coisa. Eu percebo bem, todos percebemos bem, eu percebo bem, pá! Oh Senhor Deputado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhores Deputados! Eu peço desculpa, mas eu pedia também para o Senhor Presidente também concluir porque está a terminar o seu tempo. Já cedido por várias forças políticas e nós vamos voltar a este tema para a semana, porque temos 2 Recomendações para votar, portanto, não esgotamos hoje aqui a matéria. -----

----- Senhor Presidente se faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhora Presidente, eu já teria concluído se não me tivessem interrompido.-----

----- Eu percebo muitíssimo bem que o tempo da campanha eleitoral exige que, de cada vez que aqui se chega, tem que se ter assim uma Proposta mais radical e uma frase mais bombástica para tentar fazer um momento político, isso eu percebo bem.----

----- Oh Senhor Deputado, mas 10 segundos de pensamento sobre a matéria permitem logo perceber o seguinte: a aferição da legalidade, ou não, dos vínculos contratuais depende, em 1ª instância, da Autoridade das Condições de Trabalho e, em 2º lugar, dos Tribunais. São os Tribunais que vão definir, não estou a falar do caso a Câmara...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhor Presidente, agora é que esgotou mesmo a seu tempo agora é que esgotou mesmo a seu tempo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra continuou: -----

----- “No caso da Câmara, o que eu estou a dizer é no caso das entidades externas, é estas entidades que têm a competência pela lei, para o fazer. Fazer com que a Câmara o substitua é sem sentido. O que eu digo é que relativamente à Câmara nós temos a consciência e a confiança de não termos essas situações e o que nós comprometemos á avaliar que, perante a situação concreta...-----

----- Senhor Deputado ouça só. -----

----- Perante a situação...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhor Presidente peço desculpa, mas eu já chamei à atenção já esgotou o seu tempo Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Oh Senhora Presidente, eu fui interrompido inúmeras vezes durante a minha intervenção não consegui expor o meu raciocínio, e peça, Senhora Presidente, um

minuto de tolerância, senão isto é impossível, eu não falo. Vale a pena falar se não tiver condições! -----

----- Eu só peço um minuto para o seguinte. -----

----- O que nós vamos fazer é avaliar se contratos de prestação de serviço que foram celebrados como verdadeiros contratos de prestação de serviços podem, por alguma circunstância, ter mudado a sua natureza relativamente às funções que são desempenhadas, isto é, se as necessidades passaram a ser definitivas. -----

----- Oh Senhor Deputado, mas não venha com a demagogia simples, do exemplo de que há contratos de prestação de serviços há 4, 5, 6, 7, 8 anos até pode haver há 10, até pode haver a 15. -----

----- Senhor Deputado, isso não significa que essas funções não sejam verdadeiros contratos de prestação de serviços e que se devam manter como contratos de prestação de serviços. -----

----- Se tiver uma contratação horária de determinado tipo de serviços, por exemplo, numa piscina, de pessoas que desempenham funções em vários equipamentos, que desempenham funções pontuais em vários, pode ter esses contratos por esse tempo. -----

----- A questão, o critério da lei, são necessidades permanentes, certas, regulares e permanente para determinado tipo de contrato que não possam ser satisfeitos. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhores Deputados eu lembro aos Senhores Deputados aquilo que o Senhor Presidente da Câmara também já lembrou, lembro aos Senhores Deputados que há uma parte importante de contratos de prestação de serviços, feitos com a Câmara Municipal de Lisboa, que são os gabinetes de apoio às forças políticas, quer na vereação, quer na Assembleia Municipal e esses contratos, por definição, têm que ser a prazo, porque terminam quando acaba o mandato. É preciso ter isto em conta, porque ainda são bastantes pessoas e é preciso ter isto em conta que ainda são bastantes pessoas e, portanto, não vamos voltar outra vez ao tempo em que os contratos que prestação de serviços se transformavam em trabalhadores permanentes e iam ficando na Câmara por via de entrada através gabinetes. -----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira está-me a pedir a palavra já ninguém usa o telefone e, portanto, se faz favor, o Senhor Deputado Magalhães Pereira quer palavra para?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É uma interpelação à Mesa, Senhora Presidente. -----

----- Para saber se o relógio da Mesa passou a ser elástico e se isso também se passa com todas as outras forças políticas aqui representadas. Ficámos a saber que podemos prolongar aquilo que for necessário, sob o pretexto de que está a ser interrompido, Muito obrigado Senhora Presidente.” -----



----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado tem toda a razão. Eu chamei à atenção quando devia chamar, mas depois ocorreu-me e, por isso, não voltei a interromper, ocorreu-me que o Bloco de Esquerda tinha feito a pergunta ao abrigo de um pedido de esclarecimento. Como sabe, o nosso regimento permite mais 3 minutos para responder ao esclarecimento. Foi só por esta razão, foi só por esta razão, oh Senhor Deputado, Os Senhores Deputados são testemunhas que eu sou muito rigorosa com a questão dos tempos, independentemente de quem esteja a falar. Não estou a fazer baldas a ninguém. Procuro sempre pedir se cedem tempos, se não cedem tempos e eu ocorreu-me isso e não interrompi, porque vi que havia aqui esta folga e, portanto, não estava aqui a dar nenhum tratamento de favor a ninguém, estava apenas a dar os 3 minutos, nem sequer os gastou todos.-----

----- Portanto, Senhores Deputados, peço desculpa, agradeço as chamadas de atenção e, naturalmente, entendo-as como uma forma de corrigir erros que possa cometer, mas creio que, desta vez, não o terei feito, é o meu juízo, posso estar a julgar mal.-----

----- Senhores Deputados, terminámos este Ponto da nossa Ordem de Trabalhos, este assunto vai, naturalmente prosseguir, brevemente, noutra reunião.”-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO, DA AGENDA ESTRATÉGICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LISBOA, APROVADA PELA CML ATRAVÉS DA PROPOSTA 17/CM/2017; GRELHA B - 60 MINUTOS;**-----

----- (A apresentação em *power point* da intervenção do Senhor Vereador João Afonso fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “E vamos passar agora sim, ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos que já estava para ser agendada há bastante tempo que é da maior importância para todos.-----

----- Trata-se da apreciação da Agenda Estratégica do Desenvolvimento Social de Lisboa, o Senhor Vereador João Afonso tem um tempo adicional, intencionalmente colocado por mim na grelha para a apresentar, não, a grelha é a grelha B, portanto, tem o tempo necessário para apresentar esta matéria, é a grelha do PAOD e, portanto, vai apresentar esta matéria.-----

----- Chamo a vossa atenção, não é rigorosamente necessário fazermos nenhuma votação, uma vez que esta matéria, nos termos legais, não é da competência da Assembleia Municipal, mas embora não seja a nossa competência a sua aprovação, entendemos que é da nossa competência saber o que é que se passa e estamos aqui para isso.-----

----- Senhor Vereador João Afonso.”-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero começar por agradecer a oportunidade que esta Assembleia me dá para apresentar o Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa, acima tudo agradecer a todos os parceiros, todos os membros do

Conselho Local de Ação Social que participaram sua elaboração e que o aprovaram e que agora tenho a honra de aqui apresentar. -----

----- Começar por lembrar o que é a Rede Social de Lisboa, Rede Social de Lisboa é uma emanção de uma lei, uma lei portuguesa, que estipula que todos os Municípios têm, por obrigação, que constituir a rede social, as suas redes sociais, cujas finalidades são promover o desenvolvimento social integrado, combater a pobreza e a exclusão social. Os instrumentos das redes sociais são o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os planos de ação que levam à execução destes planos de desenvolvimento. No fundo, todas as redes têm o mesmo desafio que é a resolução de problemas concretos da comunidade e em parceria. -----

----- É um instrumento essencial de coordenação e de articulação entre os parceiros, ou seja, todos os programas de financiamento por via da Segurança Social tem que ter um voto favorável da rede de parceiros. Os seus princípios, está aqui também o número do Decreto de Lei, é o 115/2006 de 14 de Junho. Os princípios das redes sociais são a parceria, a participação, a integração, a articulação, a subsidiariedade, a inovação e a igualdade de género. -----

----- Continuando a fazer esta pequena memória do que são e os órgãos da rede social são 2. Um que é o Conselho Local de Ação Social, no fundo, é a estrutura ao nível de cidade e as Comissões Sociais de Freguesia que se articulam e funcionam ao nível das diferentes Freguesias. O funcionamento é em plenário e em grupos de trabalho, quer ao nível do Conselho Local de Ação Social- CLAS - e das Comissões Sociais de Freguesia. -----

----- Em Lisboa, o Conselho Local de Ação Social tem 466 parceiros, o que não significa que é o mesmo número que temos de parceiros, juntando todos aqueles que fazem parte de Comissões Sociais de Freguesia, ou seja, nas 18 Comissões Sociais de Freguesia estão constituídas em Lisboa, algumas também ainda estão em Constituição, ultrapassamos mais de 8 centenas de parceiros ao todo, ou seja, se por um lado o trabalho direto pode-se identificar com estes 466 parceiros, na verdade, na implementação do Plano de Desenvolvimento Social, poderemos contar com muito mais entidades e passeios para a sua concretização. -----

----- Começando pelo segundo Diagnóstico Social de Lisboa 2015/2016, que foi o seu tempo de elaboração. O Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa, o primeiro, começou em 2013 a 2016, começámos o trabalho de elaboração deste plano, deste diagnóstico, com bastante antecedência com o objetivo que ele terminasse, em simultâneo, com término do Plano de Desenvolvimento Social. -----

----- Começámos, no fundo, o Diagnóstico Social de Lisboa, tem 2 momentos, um que é a sinopse que é, no fundo, uma tentativa, uma síntese dos principais temas que nos preocupam na cidade de Lisboa e um outro que, no fundo é o documento que junta toda a informação. Em e 9 de Abril de 2015, nós constituímos uma árvore, um índice, em que identificámos todos estes temas. Entre uma sinopse o todo o diagnóstico, há algumas diferenças e há um nível de detalhe de aprofundamento das questões que, para quem, de facto, deseje ter a informação plena, em sinopse tem a informação que, eu diria, permite perceber as motivações para o plano, no diagnóstico no seu todo, tem

a informação de detalhe que permite um trabalho mais aturado e depois da implementação do Plano de Desenvolvimento Social, a maior importância. -----

----- Do segundo Diagnóstico Social de Lisboa, foi elaborado já durante os anos de 2015 e 2016, temos algumas grandes questões que aqui trouxemos alguns exemplos. A diminuição da taxa de abandono escolar, que apresentou uma acentuada redução entre 1991 e 2011, ou seja, nos 20 anos entre os Censos, vimos uma acentuada diminuição. Registamos um aumento significativo dos grandes idosos, entre 2001 e 2011. O aumento do desemprego entre 2001 e 2011 e depois, com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o acentuar destes números durante os anos de crise de 2013/2014 e que aqui também avaliamos. O aumento da taxa do risco de pobreza, se virmos bem, e fomos aplicando estas percentagens, quando falamos quem uma em cada 5 pessoas deste número, que esteve em risco, que esteve realmente em risco de pobreza, situação de pobreza, estamos a falar de 20 mil pessoas na cidade de Lisboa estiveram, não só em risco mas, efetivamente, em situação de pobreza. E também os dados sobre a violência, também bastante significativos, entre a violência psicológica e a violência física, números que talvez venham a verificar ainda mais graves, se pensarmos também na violência sexual que, em breve, teremos os resultados do Observatório, do estudo que estamos a desenvolver sobre a violência sexual em Lisboa. -----

----- Bom, como é que isto foi feito, foi feito juntando um trabalho, eu diria, não inovador, mas que se conseguiu concretizar, pela 1ª vez, em que juntámos os dados do Município de Lisboa, do Instituto de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e demais entidades. Depois, um conjunto de inquéritos que foram feitos a todos os parceiros do Conselho Local de Ação Social, mas, em particular, às Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia, mas a ambas as entidades e, portanto, permitiu-nos ter uma cobertura total do território da cidade de Lisboa e trouxemos aqui só duas análises, ou seja, sobre a representatividade das problemáticas sociais, aquilo que é identificado pelas juntas de Freguesia e Comissões Sociais de Freguesia que responderam, são 22 no total. Mas aqui é o que eles identificam, como é identificado pelas Freguesias, como problemáticas sociais predominantes da Freguesia e creio que a nossa perceção não se distingue, mas ao nível local e ao nível de cidade, que é a questão do envelhecimento, a questão do desemprego, estamos a falar de um inquérito que é feito em 2015 e a questão da saúde mental, a questão da família. Depois, se formos ver, quais são as insuficiências das respostas, aquele que é um dos grandes problemas que é o acompanhamento psicológico e psiquiátrico na saúde, ou seja, as questões da saúde mental, que se prendem também com as questões do envelhecimento e com as demências, a insuficiência da resposta pública a este problema. A questão do desemprego, ou seja, na situação de crise, qual era o panorama e a incapacidade do poder local autárquico, das juntas de Freguesia, em a obter respostas junto da sua capacidade de intervenção e depois, obviamente, aqueles que são mais prementes, os cuidados continuados ou as questões da saúde comunitária junto da toda a população.

----- E chegamos aqui ao Plano de Desenvolvimento Social 2017/2020 só para vos explicar que não é um processo imediato, ou seja, não chegámos do diagnóstico ao plano, não foi um processo de cima para baixo, não foi um processo feito em gabinete, não foi um processo feito com um conjunto de peritos, foi também com um conjunto de peritos, mas foi com todas as organizações, mas foi também com a comunidade. Tentámos fazer um processo, eu diria, de participação a diferentes escalas e com diferentes modelos que os levasse, de facto, a um Plano de Desenvolvimento Social que correspondesse e desse resposta àquilo que é a perceção das necessidades, à identificação das necessidades, àquilo que a população e as instituições e as organizações procuram. -----

----- Portanto, em abril de 2015, ainda estávamos longe de terminar o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social anterior, lançámos o índice, e o trabalho de chegar ao índice não foi imediato, ou seja, houve muito trabalho de apuramento entre as 3 instituições que constituem a Comissão Tripartida de Lisboa e, permitam-me também apresentar os cumprimentos ao Doutor Sérgio Cintra e à Doutora Isabel Saldida que, comigo, partilham a Mesa da Comissão Tripartida e que agradeço, também a eles, a oportunidade de estarmos aqui, e este índice foi a feito a partir de uma discussão de o que é que era a realidade, quais eram os dados, portanto, foi um 1º trabalho de identificação de dados e de cruzamento de informação que nos permitiu apresentar um índice que foi aprovado em sede do Conselho Local de Ação Social. -----

----- De este índice, passámos um trabalho de junção de dados e de análise de dados, mas, ao mesmo tempo, foi lançado um inquérito, em 2 fases, eu diria que, em 2 tempos....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador, peço desculpa de interrompê-lo, mas foi chamado à atenção à questão dos tempos, nós estamos neste momento, já a usar os 3 minutos de cedência do PNPN , portanto, tenha isso em conta.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Está bem, então, rapidamente. -----

----- Este foi todo o trabalho que foi feito com os vários parceiros e que nos levou, de faz em fase, acabando num processo de consulta a todos os parceiros sobre os objetivos e as ações que se prendiam para Plano de Desenvolvimento Social.-----

----- Temos uma conclusão de um Plano de Desenvolvimento Social anterior, temos uma fase de diagnóstico social e temos, finalmente, chegado ao Plano de Desenvolvimento Social. -----

----- O nosso Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa está estruturado em 4 eixos, um que é a questão de reforço da própria rede social, no seu todo, no Concelho Local de Ação Social e nas Comissões Sociais de Freguesia, uma grande preocupação na territorialização do Plano de Desenvolvimento Social não só uma preocupação de cidade, mas uma preocupação a cada uma das Freguesias. Depois, 3 eixos de atuação, um que é os grandes públicos, a questão do envelhecimento, dos idosos, e outro que é

as crianças e jovens, são os 2 polos de preocupação das famílias na cidade de Lisboa. Depois, os públicos específicos, das preocupações, dos públicos vulneráveis, a violência doméstica, a deficiência, a saúde mental, os comportamentos aditivos e os sem-abrigo, nos quais há grupos de trabalho em permanência na rede social a trabalhar. E, por fim, as questões da promoção da empregabilidade, como grande preocupação que vem do período anterior à execução deste plano e que, de facto, é o período de recuperação da economia na cidade de Lisboa, mas também da procura de emprego para aqueles que perderam o trabalho e que então a sofrer o problema do desemprego de longa duração ou de entrada no mercado de trabalho.-----

----- Bom, essas são as ações, este documento vai ser distribuído a todos os Senhores Deputados mas, no fundo, o que nós temos é: os objetivos gerais, objetivos específicos e, depois, missões e ações para cada um destes trabalhos, para cada uma dos eixos foram criados, ou sub-eixos, foram criados grupos de trabalho que iniciaram a sua tarefa, vão fazer um plano de ação para o período de implementação, e um plano de atividades ano a ano que leva a concretização destes objetivos. -----

----- É um trabalho que só é possível com a participação de todos os parceiros da rede social e que creio que, efetivamente, levará a uma melhoria das condições de vida e à qualidade de vida da cidade de Lisboa. Muito obrigado a todos por este momento.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- A Mesa regista aqui 3 pedidos de palavra, tenha aqui pedidos de palavra, em 1º lugar, do Partido Socialista, depois do MPT e do Deputados independentes. -----

----- O Senhor Presidente da 6ª Comissão quer falar já? Muito bem, se os Senhores Deputados não se importam, dou a prioridade ao Senhor Presidente da 6ª Comissão. ---

----- Senhor Deputado do PAN, foi aqui o meu Secretário que se enganou, não era MPT mas sim PAN, peço desculpa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, apenas uma nota sobre este assunto. Que esta Proposta e a respetiva agenda estratégica e documentos relacionados, entre os quais agora, o Senhor Vereador referiu este outro, que será entretanto distribuído, foram avaliados, ponderados e debatidos em sede de 6ª Comissão, em março passado, sendo concluído, unanimemente, que a Proposta se destina, como a Senhora Presidente bem referiu, a uma importante informação, mas não carecia de parecer específico para essa Comissão, Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, pelo esclarecimento que deu, Senhor Presidente da 6ª Comissão. -----

----- Vamos, agora sim, dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais cidadãos e cidadãs. -----

----- O Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017/2020, é um documento de grande importância para a construção de um futuro mais justo e solidário da cidade. Temos de começar por dar os parabéns a toda as e todos os que se empenharam com determinação e inteligência para que fosse possível chegar aqui, quer os que estão na Câmara Municipal, na Santa Casa Misericórdia de Lisboa, no Centro Distrital de Lisboa de Segurança Social e entre os parceiros do Conselho Local de Ação Social, 466 entidades. -----

----- A Rede Social de Lisboa reúne representantes toda a cidade visando a promoção do planeamento social integrado e participado. Nos 2 últimos anos as 466 entidades que a compõem, trabalharam um documento que visa definir um caminho para a igualdade e o bem-estar na cidade, num compromisso comum às diversas organizações participantes. Deste trabalho e da análise elaborada no Diagnóstico Social de Lisboa resultou Plano de Desenvolvimento Social Lisboa 2017/2020.-----

----- O plano deve articular-se com o Diagnóstico Social traduzindo os problemas e as prioridades por este inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações estratégicas capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e coletivos detetados.-----

----- O plano prevê a criação de sinergias e mecanismos de articulação com os programas, ou planos, instrumentos de planeamento sectorial e com os instrumentos de gestão territorial, aos níveis local e nacional, constituindo-se como instrumento potenciador da inclusão e da coesão sócio territorial. -----

----- Este é o 2º plano da Rede Social de Lisboa e representam, não só, a consolidação do trabalho até aqui desenvolvido, mas também o seu progresso e desenvolvimento, tratando-se de um instrumento de planeamento social pensado para as pessoas e em função do território que prevê a implementação de ações territoriais e locais envolvendo todos os parceiros. -----

----- Importa também lembrar que este não é um plano isolado. O presente mandato ficou marcado por uma nova dinâmica na cidade em matéria de direitos sociais. O Executivo Municipal percebeu o momento que o país atravessou, até finais de 2015, com o agravamento das condições socioeconómicas, nomeadamente, o aumento do desemprego e a diminuição dos apoios sociais. Tornou-se claro para o Executivo que a coesão e a inclusão são condições básicas para o desenvolvimento da cidade. -----

----- O plano é um compromisso estratégico da cidade, para a cidade, a médio prazo, um traçar da rota para a igualdade e bem-estar, um compromisso comum dos membros do Conselho Local de Ação Social que, na Rede Social de Lisboa, assumem a responsabilidade social de forma partilhada, trabalhando de uma forma mais disciplinada e orientada no desenvolvimento de projetos concretos e a ancorados nos territórios das Freguesias da cidade de Lisboa.-----

----- Dele resultam um conjunto de medidas e ações que durante os próximos 3 anos serão prioritárias, nos quais se prevê o combate à violência doméstica, o reforço das respostas de apoio à deficiência, às problemáticas de saúde dental, aos

comportamentos aditivos e ainda o incremento apoio à população sem-abrigo. Prevê-se ainda a criação de respostas de promoção da empregabilidade local, não só pela formação e capacitação das pessoas desempregadas, mas também pela valorização da comunidade local e do tecido empresarial.-----

----- São total de 125 medidas que, no final destes 3 anos, deixarão Lisboa mais justa, solidária, coesa e respeitadora da dignidade humana de todos os residentes. Disse.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhor Vice-Presidente, colegas Deputados Municipais, imprensa e público em geral. -

----- O PAN regista, com agrado, todo o trabalho que foi feito pelos vários parceiros, a vontade expressa de, todos juntos, tentarem fazer o melhor por Lisboa e que, ao fim de 2 anos, o CLAS tinha aprovado o Diagnóstico Social 2015/2016 e o Plano de Desenvolvimento Social 2017/2020, assumindo-se este, como um esforço estratégico para uma cidade mais justa e digna, contribuindo para o reforço da coesão social e territorial.-----

----- O esforço para o incremento de processos participativos, ainda que estejam longe de ter envolvido a generalidade das organizações do território e a população, sentimos a falta de mais participação, conhecer o que pensam e dizem os restantes 57 por cento das organizações que integram o CLAS e que se mantiveram à margem deste processo participativo. Tiveram conhecimento do processo participativo em curso o que os impediu de participar, o que precisa de acontecer para se sentirem parte deste processo e assumirem a sua responsabilidade nesta rede social.-----

----- Sentimos também a falta de uma base mais muito mais alargada de participação da população, nos seus diferentes contextos e grupos, valorizamos quem participou e o contributo que deu, mas parece-nos que o número de participantes é, por enquanto bastante diminuto. -----

----- Sentimos também falta da criação de um sistema de informação e comunicação que integre uma unidade de monitorização social do território com bateria de indicadores comuns. De um sistema de avaliação participado do real impacto da rede social na vida das pessoas e da cidade, para isso não conta tanto o número de ações que fazemos, mas sem mudança que as mesmas proporcionam na vida de cada um. ----

----- Sentimos igualmente a falta da operacionalização de um planeamento, de um plano de ação concreto para implementar as estratégias preconizadas onde esteja definido o que cada parceiro faz e de recursos dispõe. -----

----- Sentimos também falta de uma visão de chegada, não é importante apenas identificar os problemas e tentar resolvê-los, devemos ter mais ambição na definição de objetivos, nomeadamente, aquilo que resultará na felicidade das populações, não basta as populações terem na ausência de dificuldades é importante que nós trabalhemos e as populações percecionem que estamos a trabalhar também para a sua felicidade e um processo participativo deverá também contar com estes aspetos para o futuro. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, caros Vereadores, caros colegas Deputados. -----

----- Gostaríamos, antes de mais, de saudar a Câmara Municipal de Lisboa pela elaboração da Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social 2017/2020 que hoje estamos a apreciar nesta Assembleia Municipal. Saudar também o Vereador João Afonso e a equipa de projeto pela HDS, particularmente a Doutora Teresa Craveiro e a sua equipa, assim como aos vários técnicos da rede social, pela elaboração deste segundo plano da Rede Social de Lisboa que se segue o PDS 2013/2015. -----

----- Gostaríamos também de salientar o facto de a Rede Social de Lisboa contar, hoje, com 466 entidades empenhadas em levar a cabo este compromisso estratégico, a médio prazo, para a cidade de Lisboa. Organizações que, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, assumem, de forma partilhada, com este documento estratégico, a responsabilidade para atingir uma cidade mais justa e digna. -----

----- Este documento é, assim, mais do que um levantamento de necessidades, a definição de um conjunto de prioridades que irão guiar a atuação do Município, nesta área, nos próximos anos. É de ressaltar também o modelo participativo, diagnóstico efetuado em todas as Freguesias, através de um inquérito sobre as problemáticas e prioridades sociais das Freguesias de Lisboa, vários *workshops* participativos e encontros com vários públicos-alvo, sem-abrigo, idosos, desempregados ou crianças e jovens. -----

----- Do diagnóstico até às ações houve, assim, um processo de auscultação de todos os parceiros, assim como uma aposta em novas áreas de atuação, como a promoção da empregabilidade e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, e ainda, também, uma aposta na territorialização da própria estratégia de intervenção profundamente articulada com as várias Comissões Sociais de Freguesia da cidade.

----- Assim, e parafraseando as próprias palavras da Câmara Municipal de Lisboa no final deste relatório, estamos certos que juntos irão fazer o vosso melhor por Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Na verdade, estamos aqui presente sobre um documento que é uma exploração técnica e participativa da reflexão conjunta sobre os problemas sociais na cidade de Lisboa. -----

----- Por certo, já me ouviram aqui dizer que a cidade de Lisboa não tem sido a mais feliz nesta questão social, particularmente, porque a Segurança Social não assume as suas responsabilidades na cidade, são transferidas parcialmente para a Misericórdia de Lisboa, que as assume como misericórdia e, naturalmente, exige muito mais ao Município para tentar juntar estas 3 boas vontades para resolver problemas. -----



----- Na verdade, fizeram uma reflexão e há uma reflexão diagnóstico, uma sinopse objetiva, com dados quantificados, não muito alargada, mas suficientemente objetiva, para concluir sobre um diagnóstico não muito favorável na cidade. -----

---- Penso que fizeram um esforço importante de participar e alargar a participação e, apesar de não ser obrigatório, nós poderemos que a Assembleia Municipal também vai enriquecer não só numérica, mas também em Propostas, esta participação.-----

----- Mas queremos dizer que, nestes textos de organização e de reflexão próprios deste setor, é muito claro, já houve aqui um Deputado que levantou a questão, de que quando os objetivos gerais, os objetivos específicos e as medidas, são inscritas com o verbo no infinito, alguma coisa vai mal no reino do planeamento. Isto é uma Recomendação, nós estamos concordantes com o objetivo geral, mas quando passamos ao objetivo específico, temos que passá-lo a números, temos que quantificar e se a medida, a medida, se for uma ação, tem que dizer uma ação, temos 3 anos para a cumprir é na 1ª parte ou na 2ª parte deste mandato. -----

----- Eu recomendava uma continuação do trabalho, excelente, feito de reflexão no verbo infinito, temos que fazer, promover, capacitar, formar, estão cá os verbos, mas temos que dizer, formar quantos? Vamos criar quantos? Tentar objetivar e dizer claramente qual é a meta, o objetivo específico tem que ter uma meta e uma meta diz ou em percentagem do que tem ou em número absoluto. E, por outro lado, também já aqui foi alguém, um Deputado terá lembrado, qual é o ganho em saúde social que temos? Qual é o ganho? O que ganhámos? Não foi só o que fizemos, nem são o verbo objetivo, o verbo infinito dizer: vamos promover. Vamos promover o quê? Quando? Como? Quanto? Este é o desafio para o futuro, porque senão, o documento pode ficar, que é excelente e traduz num trabalho, ser acusado de ser um documento teórico, doméstico e, mais tarde, nós não sabemos dizer se a empregabilidade, um dos eixos, ganhou alguma coisa sobre este nosso trabalho coletivo de conversarmos os dos outros. Ganhou de certeza, quê? Quanto? Como? E se não ganhou, porquê? -----

----- Portanto, eu aqui deixo uma sugestão da minha modesta, mas já longa experiência em planeamento, também planeamento em saúde, que a ideia dos objetivos específicos e das medidas têm de ser quantificadas. Eu bem sei que são 135 medidas, mas só no verbo infinito, a maior, eu se fosse uma ação, eu sabia, um, se são duas ações, são duas ações, dois e um, três. -----

----- Nós sabemos avaliar e qualificar o resultado de. Para já não dizer, que também já aqui foi lembrado, quem é, quem dos 3, que fica com a tarefa, mais importante, coordenar? Quem é que financia? De onde vem o dinheiro? Que dinheiro vamos gastar? Que participação vamos ter? -----

----- Portanto, está assim, é uma boa reflexão, mas não é, ainda, um bom, um muito bom documento, necessita de continuar a trabalhar e, nisso, saúdo o Senhor Vereador para, com a equipa que tem essa experiência, mas é uma experiência muito ainda secretária, é preciso ir mais longe e quantificar e qualificar o desempenho. -----

----- Terão sempre o apoio do PCP é para ações concretas quantificadas e qualificadas em qualquer campo. Não pode é dizer, vamos monitorizar os sem-abrigo, está certo,

só? Vamos monitorizar os sem-abrigo, se houver alguém que diga em pormenor, o que isso vai representar, eu agradecia que isso tivesse no papel. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não sei se a Câmara quer reagir, tem aí um minuto dos independentes e penso que também tem alguns minutos do PS, portanto, pode falar se faz favor Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Começar por agradecer a presença de todos os técnicos da Câmara Municipal, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Instituto de Segurança Social aqui presentes, constituem a Comissão de Acompanhamento do Executivo da Rede Social de Lisboa e também parte dos técnicos que estiveram envolvidos neste trabalho, por parte do Município, agradecer a sua presença e, acima de tudo, agradecer o seu trabalho. -----

----- Agradecer aos Senhores Deputados as suas intervenções que, acima de tudo denotam interesse e uma visão otimista sobre este trabalho. -----

----- Algumas das questões que colocam, alguns dos problemas que colocam são, efetivamente, aqueles que todos nós conhecemos. Os problemas da quantificação, os problemas da métrica e que estão refletidos, também, neste documento do Plano de Desenvolvimento Social, ou seja, no anterior Plano de Desenvolvimento Social, definimos um referencial estratégico, que pretendemos implementar neste Plano e que nos vai permitir quantificar efetivamente, ou seja, mais que quantificar ações, que essa esperemos que, numa 2ª fase, e que espero de ter oportunidade, depois, de vos dar conhecimento no plano de ação, nos planos de atividades, acima de tudo, no Plano de Ação para a criação do Plano, ao longo do seu período de vigência, dos seus 4 anos, há uma primeira tarefa, que foi pedida a cada um dos grupos de trabalho, que é a definição do Plano de Ação, ou seja, esse tipo de métricas, de que, número de atividades, pessoas que se pretendem atingir, é possível. -----

----- Com o Plano de Desenvolvimento Social estratégico, o que nós pretendemos é definir, quantificar quais são os problemas e permitirmos que, num próximo Plano de Desenvolvimento Social, de facto, se definam objetivos mais ambiciosos, de facto, daquilo que se pretende alcançar, mas não é esse o momento que estamos a viver e não foi um momento que conseguimos alcançar. -----

----- O Plano de Desenvolvimento Social foi, de facto, uma aprendizagem de trabalho em comum, foi a criação de instrumentos de trabalho em conjunto que, para uma estrutura que congrega 464 organizações, que cada uma tem o seu trabalho, cada uma tem a sua atividade, cada uma saberá de si, mas saber que trabalhar em conjunto é, de facto, um sucesso. -----

----- É, de facto, uma exigência para o Município trabalhar e promover esta articulação, há um compromisso por parte da Santa Casa Misericórdia de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa e do Instituto de Segurança Social de racionalizar os

seus meios para dar resposta a estas exigências que nos colocam e o processo de participação não é um processo, é isso mesmo, ou seja, criar instrumentos que levem à criação de condições de confiança para que os parceiros participem e digam o que pretendem. -----

----- Nós, por um lado, esperávamos mais, por outro lado, ficámos muito satisfeitos ao longo do processo, de perceber que era um processo, foi um processo em crescendo, ou seja, a participação foi em crescendo, o que significa, para nós, que estivemos envolvidos neste trabalho, que fomos criando condições de confiança que levou a que cada parceiro fosse descobrindo e fosse identificando o seu momento de participação, ou seja, desde o 1º questionário, ao processo no momento Delphi, o numero de parceiros foi sempre em crescendo. -----

----- Acreditamos, quando trouxemos a comunidade para trabalhar também e fizemos momentos de auscultação em direto com grupos, com focos de grupo, também viemos reforçar a opinião daquilo que é os dados de cada uma das organizações, daquilo que é a informação de Juntas de Freguesia, em direto com as pessoas.-----

----- É um processo de validação, eu creio que muito já foi feito pela Rede Social de Lisboa, acreditamos que muito será feito e esse trabalho poderá ser acompanhado por esta Assembleia Municipal e estaremos disponíveis para trazer informação sobre os Planos de Ação e os Planos de Atividades de cada um dos grupos de trabalho e eles próprios poderão vir cá explicar o que pretendem, com certeza, se para tal forem convidados, mas também para acompanhar-vos e dar-vos informação sobre a motorização de trabalho que vai ser feito. Mais uma vez obrigado pela vossa atenção.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Terminámos este Ponto da nossa Ordem de Trabalhos que não tem nenhuma deliberação para tomar, mas era mais para a Assembleia Municipal tomar conhecimento desta tarefa. -----

----- Vamos passar o Ponto seguinte.” -----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DOS PONTOS A E B DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 245/CM/2017 – PROJETO DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S. A. (CARRIS), E A DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO E DO FISCAL ÚNICO SUPLENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 22.º-A, 25.º E NO N.º 3 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO E NA ALÍNEA A) DO N.º 1 E N.º 3 DO ARTIGO 413.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- (A Proposta nº 245/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 245/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Vamos passar o Ponto seguinte que é a apreciação dos Pontos A e B da parte deliberativa da Proposta 245/Cm/2017, que tem a ver com o Projeto de Alteração dos Estatutos da Carris e a designação do fiscal único e do fiscal único suplente.-----

----- Eu pedia ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva para fazer a apresentação da Proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, este é um momento, o primeiro de uma larga sequência, nesta fase de 2 grandes momentos que a nos convocam a decidir a deliberar no caso da Assembleia Municipal, sobre aquilo que eu reputo, ou que este Executivo reputa, de uma das mais importantes, senão a mais importante, das conquistas a do mandato autárquico que decorre, que é, por um lado, o regresso da Carris à sua casa, acrescento eu, de onde nunca devia ter saído. O parar, e aí nesta parte de certeza que o PC acompanhará muito mais, o estancar, o acabar com o processo de privatização dessa mesma Carris.-----

----- Portanto, o que temos aqui hoje para vos propor nesta Proposta 245/CM/2017 é, por um lado, a aprovação, deliberar sobre os estatutos da Carris, os novos estatutos, os estatutos que configuram, digamos, a vida da empresa ao facto de, neste momento, ter um acionista único que é o Município de Lisboa e, portanto, conforme a um novo enquadramento jurídico-legal, o setor empresarial local.-----

----- Esse enquadramento, como todos sabemos, é um enquadramento que tem como lei, a Lei nº50 de 2012. Por outro lado, tem alguns, digamos, tem algumas particularidades que decorrem do Decreto-Lei 86D de 2016, que é o Decreto-Lei que passa para a esfera Municipal a empresa Carris e, por outro lado, quisemos nós que estes estatutos seguissem o modelo dos estatutos das Empresas Municipais do universo Municipal de Lisboa e, portanto, refletissem aquilo que é o modelo, mais ou menos comum, com uma ou outra especificidade, que os estatutos das nossas Empresas Municipais têm.-----

----- Por outro lado, a nomeação do fiscal único, quisemos aqui também adotar uma perspetiva de continuidade e de estabilidade da empresa e, portanto, a nossa Proposta é manter, agora, num estatuto diferente de fiscal único como a Lei nº50 estabelece aquele que era o revisor oficial de contas da própria empresa e que tem vindo a acompanhar a empresa nos últimos anos, aliás, critério sobre o qual não está em deliberação, mas critério idêntico seguido para o Conselho de Administração e depois critério idêntico, não no conteúdo, mas na forma, para a constituição da Mesa por parte de dirigentes municipais e pessoas ligadas ao Município de Lisboa que não está hoje aqui em votação, repito.-----

----- O que também vos queria dizer é que foram feitas algumas Propostas por parte dos Deputados da oposição no decurso da reunião que aprovou esta Proposta em

Câmara Municipal. Que a Proposta, as Propostas que vêm do PCP, nomeadamente a criação do Conselho Consultivo, nós estamos de acordo com o princípio, não houve, considerámos que não seria o momento de o aprovar, porque decorre uma reapreciação do Decreto-lei 86D na Assembleia da República e, portanto, virá de lá uma Proposta do Conselho Consultivo, pareceu-nos que era errado estar a fazer uma 1ª abordagem ao assunto agora, e depois outra, vamos fazê-la toda de uma única vez e, portanto, por isso não termos votar favoravelmente, mas acompanhamos o princípio. -----

----- Por outro lado, foram feitas algumas Propostas por parte do CDS, uma que, apesar de redundante relativamente àquilo que estava na nossa Proposta, nós adotámo-la e, portanto, foi adotada e foi incorporada nesta mesma Proposta, faz parte da sua versão final. Por outro lado, houve outras Propostas do CDS contrárias à Lei e, portanto, inaceitáveis por nós, tanto mais, e já agora um comentário de natureza política, que é para isso, também, que cá estamos, o CDS, aliás, no Governo de direita, aprovou na Lei nº50, essas mesmas restrições relativamente, nomeadamente, ao papel da Câmara e da Assembleia sobre as empresas municipais e agora também como nos têm vindo a habituar, diz uma coisa e o seu contrário com toda a facilidade, coisa que não espanta, de acordo com aquilo que tem sido o critério seguido pelo CDS. -----

----- Para terminar, como eu já referi, mas já agora fechando o assunto, o PCP votou contra, toda a oposição votou contra, o PCP votou contra pela razões da municipalização, não somos parceiros do ponto de vista da vida das ideias e do modelo, já somos sobre uma outra questão que já aqui referi que é, termos impedido que a direita, que também votou contra, tivesse privatizado uma empresa fundamental para a mobilidade da cidade e que, com essa privatização, tivéssemos ficado com contrato de concessão que fazia com que a empresa concessionada, segundo aquilo que eram as ideias da direita, não evoluísse, conseguisse com a performance, conseguir que ficasse com a performance que tinha em 2014, salvo erro, ou final de 2013, e que dessa forma não fosse possível nem colocar nenhuma ambição na empresa e naquilo que é a mobilidade da cidade, para que pudéssemos servir de forma, com maior qualidade e mais eficácia, o Município de Lisboa. -----

----- Hoje parece que tudo isto foi uma realidade muito distante, mas eu não me canso de a recordar aqui, e em todos os momentos em que politicamente possa dizer que a direita, com todas as suas ideias sobre esta matéria, neste momento, só não privatizou a Carris, porque nós não deixámos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Vamos perguntar agora, há um Parecer Conjunto da 1ª e 8ª Comissões Permanentes. O relator é o Deputado Municipal João Valente Pires, pergunto se quer apresentar o Parecer? O Senhor Deputado vem apresentar o Parecer. -----

----- Senhores Deputados quanto à Recomendação do Bloco de Esquerda, nas mesmas circunstâncias da Recomendação apresentada ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, ela

será agendada em reunião posterior, uma vez que foi distribuída apenas hoje, e não houve tempo de todos a analisarem convenientemente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa propõe uma alteração de estatutos da Carris que decorre dos imperativos legais vindos com a sua passagem para a esfera empresarial local do Município de Lisboa. -----

----- Nos termos do estabelecido no Decreto-Lei 86D de 2016 e uniformizando os estatutos desta empresa, com os estatutos das restantes empresas municipais.-----

----- A designação do fiscal único decorre igualmente do disposto no artigo 26º da Lei nº50 de 2012. Nesta designação do fiscal único e fiscal único suplente, chamo à atenção dos Senhores Deputados para o facto de se terem nomeado os anteriores revisores oficiais de Contas e revisores oficiais de contas suplentes, promovendo a, estabilidade e evitando quebras no funcionamento normal da empresa que necessariamente, ocorreriam caso se tivessem alterado os nomeados. Nesse sentido propõe-se que esta Assembleia vote favoravelmente esta alteração estatutária bem como a nomeação do fiscal único e fiscal único suplente, propostos pela Câmara Municipal de Lisboa. Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Rocha (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. Hoje foi uma tarde quente e não foi só por estarem 30 graus lá fora, foi uma tarde interessante e, enfim, o Senhor Vereador falou tanto de direita e esquerda que eu me senti levemente interpelada. -----

----- Disse que este era um marco importante, e é! Esta questão da Carris vai marcar a cidade de Lisboa, está a marcar não só este final de mandato, mas os próximos que se seguiram. E vai marcar a Carris, vai marcar a cidade politicamente, vai marcá-la económica e financeiramente e vai marcá-la do ponto de vista do contrato social que é feito entre o Executivo e os municípios.-----

----- Politicamente, da Relação do Executivo com as outras forças que compõem a autarquia, nos seus diversos órgãos, eu tive o cuidado de ver a discussão que teve lugar na Câmara Municipal, na reunião do Executivo e politicamente dessa discussão, nomeadamente, com os partidos mais à esquerda, nomeadamente, com o PCP e nós hoje já tivemos aqui uma amostra disso, eu retirei algumas frases bastante sintomáticas do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cerca de 2 assuntos que já se perceberam vão ser bastante relevantes, e já foram mencionados aqui.-----

----- Um é do Conselho Consultivo e sobre o Conselho Consultivo o Senhor Presidente, é uma pena que não esteja cá, mas disse uma coisa muito interessante e que, sobre o Conselho Consultivo, respondendo ao Senhor Vereador do Partido Comunista, disse o seguinte: concorda até que o Conselho Consultivo, mas ele não pode estar pejado, e estou a citar, ou como Fórum de representação sindical. Portanto o Senhor Presidente da Câmara está bastante preocupado que o PCP, nomeadamente,

queira fazer do Conselho Consultivo um fórum de representação sindical, isto foi o que ele disse em reunião do Executivo. -----

----- Quando à questão da contratação coletiva e também em resposta ao PCP, disse: eu não acompanho a apreciação sobre o acordo de empresa, ou seja, com as forças à sua esquerda, nós já vimos que o Senhor Presidente da Câmara tem graves divergências relativamente ao Conselho Consultivo e relativamente à questão da contratação coletiva, ou seja, nós vemos aqui, politicamente, problemas potenciais ou então concessões potenciais. -----

----- Do ponto de vista financeiro e, em 2º lugar, o Senhor Presidente também nessa reunião, disse o seguinte: diz que precisa de uma otimização do financiamento de todo o sistema de mobilidade, porque nós não temos estruturalmente duas empresas com, porque nós temos estruturalmente duas empresas com situações diversas do ponto de vista financeiro e que é uma empresa cuja atividade natural produz receitas e gera *cash flows* positivos anuais e uma empresa cuja atividade normal de serviço público exige financiamento do serviço público. -----

----- Ora o trabalho que está a ser feito é um trabalho de avaliação de como é que este conjunto de entidades se deve organizar para prestarmos o melhor serviço e também para maximizarmos os recursos financeiros disponíveis para a política de mobilidade, e ou seja, o que é que o Presidente Medina está a dizer? Está a dizer que no universo da Câmara tem 2 Empresas Municipais, uma que é assim uma espécie, e vou dizer o nome não se ofendam, de vaca leiteira, que é a EMEL; e tem outra, deficitária cronicamente, que é a Carris e cabe à EMEL sustentar a Carris, portanto, trouxe as duas para o universo da Câmara, e põe uma a sustentar a outra. Isto disse o Senhor Presidente, porque estive a citá-lo. -----

----- Ora, portanto, uma produz receitas e a outra consome-as. O PSD pergunta-se se é esta a vocação da EMEL, financiar a Carris? É a 1ª pergunta. É uma pena que o Senhor Presidente não esteja aqui para nos responder. -----

----- A 2ª é se a EMEL vai cobrar cada vez mais para cobrir as necessidades, cada vez maiores, na Carris? -----

----- Em 3º lugar, eu tinha dito que havia aqui um problema de contrato social e o contrato social já não é dentro do universo da Câmara, é a relação entre a Câmara e os Municípios. Quando o Senhor Presidente se gaba de ter uma empresa cuja atividade natural produz receitas, oh meus amigos! Isto não foi nada natural, porque eu lembro-me bem de nós termos discutido os estatutos da EMEL e temos ampliado, enormemente, o objeto aqui nesta Assembleia, portanto, isto não foi natural, isto foi criado, de natural não tem coisíssima nenhuma. Isto foi pensado, com estatutos alterados nesta Assembleia, a EMEL tornou-se tão eficaz como a máquina fiscal. Qualquer residente em Lisboa, ou que trabalhe em Lisboa, sabe da eficácia da EMEL, aliás, nós tivemos hoje aqui uma discussão com o Senhor Presidente de Carnide, que atesta bem. Eu conheço muito bem porque morei 8 anos na zona, a semana passada foi a Carnide, eu não tinha dificuldade em estacionar, eu acho que tinha 30 lugares à espera e a seguir paguei o parquímetro agora aquilo estaciona-se, está vazio. -----

----- Portanto, nós hoje assistimos àquilo que são as contingências políticas desta situação. A questão da EMEL é que, atualmente, é uma renda para parquear o carro, é um custo incomportável para a maior parte do orçamento das famílias da classe média, essa é que é verdade. -----

----- Em termos do contrato social é preciso que este Executivo assuma, perante os seus Municípios, com carro que vão ser saqueados para pagar a Carris. Em suma, do ponto de vista do contrato social é um embuste. Financeiramente vai ser a ruína da CML e politicamente, somos nós que, através da EMEL, vamos pagar a Carris e a geringonça. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais .-----

---- Apenas umas breves notas sobre esta proposta, o projeto de alteração dos Estatutos da Carris, a designação do fiscal único e do fiscal único suplente. -----

----- Como foi referenciado, esta questão decorre da transmissão da posição contratual detida pelo governo no contrato de concessão de serviço público para a Câmara. A integração da Carris no sector empresarial local implica a alteração dos estatutos, desadequados face ao novo enquadramento legal. -----

----- É bem conhecida a posição do PCP sobre a municipalização da Carris, que aliás, ainda agora o Senhor Vereador na apresentação da Proposta fez essa referência, porque o PCP entende que o serviço que esta empresa presta não se limita à cidade de Lisboa e, como tal, deveria continuar na posse do estado central. Mas não é sobre este tema que importa agora falar, pois já foi sobejamente aqui debatido. -----

----- Em sede de Câmara Municipal, o PCP propôs alterações à proposta, atendendo, também, que está a decorrer na Assembleia da República a discussão da apreciação Parlamentar sobre o Decreto-Lei 86D de 2016 que, algumas das matérias propostas e em discussão nesta questão dos estatutos, a serem aprovados, iriam alterar o projeto de estatutos, ou o estatuto que vier a ser aprovado sede de Câmara. -----

----- Portanto, quando eu dizia, portanto, o PCP apresentou alterações à Proposta da Câmara e basicamente essas alterações são a 3 níveis: primeiro, visavam a criação de um conselho consultivo, justificado pelo facto de as questões de mobilidade não poderem ignorar a área metropolitana de Lisboa, conselho esse com uma constituição ampla tendo em conta os diversos interesses e que pudesse responder também a questões ambientais, e de melhor serviço aos utentes dos transportes públicos. -----

----- Propusemos também um artigo visando a manutenção das empresas participadas dentro da esfera pública. -----

----- Também em sede de Câmara propusemos alterações respeitantes aos direitos dos trabalhadores, ao nível da promoção nas carreiras e na valorização dos salários, quer da Carris, quer das Empresas participadas. -----

----- Esta última alteração visa garantir aos trabalhadores uma estabilidade laboral e condições de trabalho dignas com uma política salarial que não apenas faça refletir nos trabalhadores, os ganhos de produtividade, como compense a taxa de inflação e



promova a justa valorização dos salários, no entanto, o modelo de financiamento que se pretende adotar e que será, portanto, brevemente discutido, será usado contra os trabalhadores, pressionando para não repor os salários congelados desde 2009 e também contra os utentes pressionando para o não alargamento da oferta e a não correção tarifária. -----

----- Portanto, estas alterações não foram consideradas na votação em Câmara, pelo que, aliás, ainda há pouco o Senhor Vereador também fez esta referência pelo que o voto do PCP nestas condições não pode ser outro que não o voto contra esta Proposta 245/2017. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- A Proposta n.º 245/CM/2017 trata da proposta de alteração aos estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., (Carris) e em nossa opinião não serve a reorganização do sector empresarial local no sector da mobilidade, conforme defendido nesta Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda através da Recomendação 02/130 (BE) que tratava da Reestruturação do Sector Empresarial Local dedicado à Mobilidade.-----

----- Mesmo com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de Dezembro, o mesmo não observa prazo para a alteração dos Estatutos da Carris face à sua passagem para o sector empresarial local do Município.-----

----- Como todos nós sabemos encontra-se na Assembleia da República o processo de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de Dezembro, que pode ditar alterações substanciais ao modelo de governação do mesmo, designadamente através de um órgão consultivo ou em matéria de protecção de direitos laborais dos trabalhadores do ‘Grupo Carris’. -----

----- A importância da opção pela municipalização da Carris deve levar a uma maior ponderação de todas as situações possíveis no quadro do processo de apreciação parlamentar do citado Decreto-Lei. -----

----- Contudo e apesar das exceções previstas para a Carris relativamente às restantes entidades do sector empresarial local, a opção por um número superior a 3 administradores prevista na proposta em apreciação, prevê igualmente a possibilidade de designação de até 5 administradores, podendo todos ser administradores executivos, o que a nosso ver nos parece excessivo. -----

----- Em matéria de ilegalidade da proposta, não podemos deixar de apontar o artigo 20.º, n.º 2 da mesma, na medida em que faz depender da Câmara Municipal de Lisboa, a sua alteração por aumento de capital social, visto que se traduz numa alteração aos Estatutos e esta cabe, nos termos do artigo 22.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto na sua redação atual.-----

----- Ponderadamente e tendo em conta os eventuais efeitos do endividamento da Carris na dívida total do Município, designadamente nas situações prevista no artigo 54.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, não nos parece admissível

que a Carris se possa endividar sem a anuência desta Assembleia Municipal, designadamente por recurso à faculdade prevista no artigo 20.º, n.º 5 do projeto de Estatutos em apreciação. -----

----- Assim, o Bloco de Esquerda tem considerado inoportuno que a designação do fiscal único das entidades do sector empresarial local seja feita por livre proposta da Câmara Municipal, em procedimentos de ajuste direto, pese embora seja uma faculdade prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a mesma não assegura a necessária independência e transparência, pelo que sem melhor solução legal, entendemos que a designação do fiscal único deve ser precedida de concurso público. -

----- Assim, o Bloco de Esquerda declaram votar contra os pontos a) e b) da parte deliberativa da Proposta n.º 245/CM/2017 que versa sobre o ‘Projeto de alteração dos Estatutos da Carris, e a designação do fiscal único e do fiscal único suplente’. -----

----- Ao mesmo tempo, e para terminar, apresentaremos uma declaração de voto neste sentido e também já apresentámos uma Proposta de Recomendação que pretende promover uma alteração de estatutos às entidades que integram o setor empresarial local do Município de Lisboa, garantido a paridade na representação do género e que nós achamos que deve começar já por esta Proposta 245/2017, o que não prevê essa igualdade de género nos seus órgãos sociais. Para além de que há outras entidades, como a EMEL, que é composta exclusivamente por indivíduos do sexo masculino e, portanto, acho que a Câmara Municipal deve dar um salto em frente e fazer uma alteração aos seus estatutos das várias Empresas Municipais locais e é isso que votaremos na próxima Sessão. E é tudo o que tínhamos a colocar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Nesta discussão sobre a proposta de alteração aos estatutos da Carris importa, desde logo, lembrar que Os Verdes discordam da municipalização da Carris, continuando a defender que se devia manter sob responsabilidade da Administração Central, não concordando com a entrega da empresa a uma única Câmara, quando o seu raio de ação se estende por seis municípios e, por isso mesmo, é preciso tratar a mobilidade do ponto de vista metropolitano. -----

----- Sobre a alteração aos estatutos importa também dizer que, numa altura em que se aguarda a apreciação parlamentar do decreto-lei que transferiu a Carris para a Câmara de Lisboa, parece-nos que seria muito mais lógico e sensato ter esperado por essa discussão no Parlamento. Até porque se a Assembleia da República aprovar as propostas aí apresentadas, isso vai obrigar a uma nova revisão dos Estatutos. -----

----- Sobre o artigo 22º dos Estatutos da Carris, Os Verdes não podem acompanhar a redação proposta que determina que a gestão da Carris deve ter em consideração alguns condicionalismos e finalidades, entre eles, e passo a citar: ‘a evolução da massa salarial adequada aos ganhos de produtividade e ao equilíbrio financeiro da empresa’. -----

----- Ora, isto parece-nos completamente errado porque está dependente dos apoios e da gestão que seja feita na empresa. Imaginemos que as opções seguidas resultam na

degradação da empresa. Por que razão têm os trabalhadores que ser penalizados por esse facto?-----

----- Por isso mesmo, defendemos que a melhoria das condições de trabalho e das remunerações deve ser um objetivo em si, sem fazer depender da situação da empresa. Até porque, como bem sabemos, nestes casos, quando a situação corre bem, há uma minoria que é favorecida, e raramente são os trabalhadores, quando corre mal, são os trabalhadores que são chamados a pagar a fatura. -----

----- Portanto, discordamos que recaiam sobre os trabalhadores eventuais perdas da empresa pois não são eles, nem têm que ser, os responsáveis pela sua gestão.-----

----- Além disso, esta proposta poderá servir para justificar que nunca será o momento ideal para aumentar salários nem concretizar outras reivindicações.-----

----- Também sempre defendemos que era fundamental não permitir concessões ou privatizações, e manter a gestão pública da empresa. No entanto, o artigo 27º contempla a possibilidade de concessionar ou privatizar serviços ou empresas participadas, como a Carristur e a Carrisbus, o que é errado e vai contra o que sempre defendemos. -----

----- Por fim, também nos parecia positiva a previsão da criação de um conselho consultivo, tal como o PCP propôs na reunião de Câmara, por termos o entendimento de que deve haver um exercício partilhado das competências, envolvendo a Área Metropolitana de Lisboa, os vários municípios e os representantes dos trabalhadores. Mas o executivo tem outro entendimento sobre isto, inviabilizando esta proposta. -----

----- Perante isto, e não obstante a nossa posição contra a municipalização da Carris, era importante que a alteração aos estatutos refletisse e salvaguardasse questões fundamentais para garantir o seu bom funcionamento, afastar hipóteses de concessão e privatização, envolver as várias entidades a nível da área Metropolitana e valorizar os trabalhadores. -----

----- Mas mais uma vez, quando a Câmara é chamada a decidir, opta por se opor a uma gestão pública, que vá ao encontro dos interesses das populações e que respeite os trabalhadores, razões pelas quais Os Verdes discordam deste projeto de alteração aos Estatutos da Carris.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Penso que o debate foi particularmente esclarecedor, pelo menos permitiu-nos de centrá-lo naquilo que são, efetivamente, os temas em discussão com exceção, talvez, de uma intervenção. O que estamos efetivamente a discutir é matéria de alteração aos estatutos da Carris para dar cumprimento e concretização a uma alteração política particularmente clara e que foi querida por todos os Municípios, querida há muitos anos pelo Município e que, efetivamente, é aquela que oferece melhores condições para gerir, de forma integrada e de forma estruturada, uma política de transportes para a cidade de Lisboa, uma aspiração de há muitos anos e que, felizmente, foi possível travar o ímpeto privatizador e que, dificilmente traria um bom resultado, que o anterior Governo procurava introduzir e que, podemos discordar ou não do modelo de

concretização, o que é facto é que inegavelmente não podemos deixar de olhar para este resultado como resultado positivo e agora tomar as medidas que são necessárias para tentar implementá-lo.-----

----- Agora tentar procurar trazer ao debate uma matéria que apenas remotamente com ele se encontra complexa, mas que deve ser colocada em cima da Mesa sem demagogia, efetivamente, olhando para a cidade como devendo ter uma política de transporte, uma política de mobilidade integrada, era o exercício que teria ficado melhor o Grupo Parlamentar do PSD e que o podia ter feito com o respeito que os Municípios dele merecem.-----

----- Efetivamente, se olharmos e procuramos associar a política de mobilidade da cidade de Lisboa, esquecendo que política transportes públicos é uma realidade que tem de estar indissociavelmente ligada à política de ocupação do espaço público ou transporte automóvel, não seria muito difícil perceber a razão pela qual é possível articular efetivamente estas 2 políticas, a razão pela qual é possível, efetivamente, ter uma política mais restritiva na utilização do automóvel no centro da cidade e que, por isso é que é também indispensável, termos uma abordagem integrada, volto a dizê-lo, e uma abordagem estruturada em que encaminhamos em direção ao transporte público que é aquele que socialmente, ambientalmente e até de uma perspectiva de gestão do transporte, é mais sustentável e, co-respetivamente ter como consequência, a proteção dos residentes e a proteção dos residentes garantindo àqueles que, inegavelmente, necessitam de espaço para estacionar à porta de casa, o conseguem fazer e, portanto, tomar de forma, volto a dizê-lo, demagógica e até ameaçadora a ideia de que há uma voragem sem controlo da política de estacionamento da cidade de Lisboa, quando aquilo que temos é precisamente o inverso, é com particular clareza a identificação de quais são as zonas em que temos que proteger os residentes, residentes esses, recordemos, e não é de mais recordar, são os primeiros a ser protegidos, uma vez que têm acesso ao dístico de estacionamento que custa o euro por mês, um euro por mês, e que lhes garante a possibilidade de, efetivamente, usufruírem do espaço público na envolvente das suas residências, efetivamente, não perceber isto é não perceber o debate que tem decorrido ao largo de longos anos e em que manifestamente só os residentes aqueles que, em 1º lugar, vêm solicitar a intervenção disciplinadora do estacionamento e, obviamente, necessitam de alternativas de mobilidade, alternativas de mobilidade, essa que só conseguimos construir de forma estruturada através dos transportes públicos e é esta quadratura, não é uma quadratura do círculo, é um exercício relativamente razoável, racional de perceber quando não se quer fazer demagogia sobre um assunto que é estruturante para a cidade e, por isso há que estar de braços abertos para o regresso da Carris e há que continuar a ter uma política disciplinada, estruturada, pensada para disciplinar o estacionamento na cidade de Lisboa, não são incompatíveis, antes pelo contrário, são 2 realidades totalmente complementares. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, estamos sem quórum, portanto, ou os vossos líderes de bancada chamam alguém que possam chamar, que esteja lá fora, ou temos que interromper a Sessão. Portanto, eu pedia para... Podermos continuar a ouvir os discursos, mas não podemos tomar deliberações, portanto, eu pedia para tomarem providências, por favor.-----

----- Já terminámos as intervenções neste Ponto é o Senhor Vereador agora que tem que responder, usar da palavra pode, não podemos é tomar deliberações, portanto eu pedia diligências nesse sentido para termos quórum na sala.-----

----- O Senhor Vereador pode responder.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem. Eu responderei com todo o gosto.-----

----- Como eu disse, este é o primeiro de 2 momentos de discussão sobre a Carris, o outro é muito mais, eu diria, substantivo e não vamos esgotar hoje, certamente, essa mesma abordagem que tem a ver com o Plano de Atividades para 2017, o Plano de Investimentos até 2019 e o Contrato de Concessão que dá um horizonte temporal até 2037.-----

----- Mas, evidentemente, é com todo o gosto que eu que vou responder a algumas questões, e vou começar pelo fim, pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, para lhe dizer que, de facto, é muito mais o que, aliás, serve para o PCP, sobre esta matéria e, como já foi dito por diversas vezes, serve no sentido só que as questões, esta questão é idêntica, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa sobre esta matéria. -

----- O princípio daquilo que é a gestão pública do transporte e da mobilidade numa cidade, partilhamo-lo, podemos ter conceções diferentes da forma como executamos e como operacionalizamos, isto também é salutar porque não precisamos de ser todos iguais, mas eu diria que essa aproximação é importante e não a podemos perder de vista nesta abordagem, aliás, não a estamos a perder de vista, pela forma como colocaram as questões, e algumas delas fazem os todo o sentido, é evidente que a mobilidade da cidade não é indissociável, de forma nenhuma, e tem que estar completamente integrada e articulada, com a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Isso é para nós uma questão também fundamental e é uma questão que estamos a trabalhar nela, desde logo na construção no contrato inter-administrativo com o próprio Governo que vai agilizar a gestão com a Carris, o Metro, a Soflusa e a Transtejo, nomeadamente, mas também os outros operadores, e com a Área Metropolitana de Lisboa, para podermos...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Oh Senhores Deputados podem sentar-se tranquilamente, a Mesa está a vigiar os acontecimentos e já temos quórum.-----

----- Desculpe Senhor Vereador, mas estava a ver aqui uma certa perturbação, já temos quórum na sala, portanto, agradecia que agora pudessem não sair de preferência.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem, eu vou ser rápido, também, para vos dizer que é, obviamente, que a Área Metropolitana de Lisboa e a gestão integrada da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa é para nós uma questão fundamental que temos que trabalhar e articular e, portanto, essa também não é uma questão que nos separe, nomeadamente, nos princípios, pode, eventualmente, a forma não ser aquela que, na questão que nos aproxima mas isso também acho que é natural, encontraremos pontos de convergência, com certeza. -----

----- Relativamente a porquê agora antes da análise do resultado da apreciação do Decreto-Lei, eu já disse isso na Comissão, vou reafirmar aqui, disse isso em Câmara, o Município já esteve demasiado tempo, aliás, esteve a fazer o seu trabalho e portanto, também não seria muito fácil trazermos estes documentos antes, mas pareceu-nos, a nós, que seria contraproducente esperar que esse processo estivesse concluído, porque ele não nos parece que vá afetar a substância do Decreto-Lei e, portanto, podemos sempre fazer essa alteração, mas a Carris não podia esperar mais. Porquê? Porque a seguir a esta aprovação dos estatutos e do fiscal único e que é possível, com o parecer do fiscal único, trazer e levar à Câmara o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, só aí é que é possível, portanto, este paço tinha que ser dado rapidamente. O contrato de concessão também tem que ir à Câmara vir aqui à Assembleia, depois tem que ir a Autoridade Metropolitana de Transportes, a seguir ao Tribunal de Contas e só depois é que a Câmara pode passar um cêntimo para a Carris e, portanto, seria muitíssimo arriscado estarmos a protelar esta situação e foi por isso, e só por isso, que nós aceleramos este processo.-----

----- Parece-nos a nós que, ponderadas as diferentes questões que estão em análise, seria de todo a mau, seria muitíssimo mau, penalizador para a própria empresa que ela tivesse que estar à espera de todo este processo burocrático para poder ter acesso àquilo que é o Fundo de Mobilidade do Município de Lisboa, aprovado nesta Assembleia.-----

----- É óbvio, também, que nos aproxima, não queremos concessionar a Carris nem o serviço público de transportes da cidade, enquanto nós tivemos peso no Executivo e será sempre a nossa posição, não vamos, consideramos que é um instrumento fundamental da mobilidade na cidade e tem que ser gerido pelo Município de Lisboa, tem que ser gerido por aquilo que... -----

----- Já passou o meu tempo?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra esclareceu:

----- “Senhor Vereador, temos estado a gerir os tempos com tempo cedido por forças políticas, mas é para chamar a sua atenção, apenas.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito bem. Não percebi muito bem qual foi, a Deputada Cláudia Madeira, a questão de nós estamo-nos a opor á gestão pública, não, nós queremos gestão pública, queremos é que ela seja municipal e, portanto, era essa as respostas que eu queria dar sobre esta matéria. -----

----- Agora quanto ao Deputado José Casimiro. Sobre a apreciação parlamentar já disse, sobre os 3 a 5 administradores, como sabe, estamos a nomear 3

administradores, naquilo que é a realidade atual da Carris, parece-nos que é só necessário 3 administradores, mas nós estamos a repensar o processo, aliás, todo o sistema de mobilidade municipal e, portanto, havemos de trazer, a seu tempo, alguns ajustamentos e pareceu-nos que esta possibilidade de crescer até 5, caso as necessidades se verifiquem, o podemos fazer.-----

----- Portanto, não nos parece que isso tenha qualquer problema de estar contemplado, não o estamos a utilizar, como já perceberam. Não! Se a Carris ganhar novas competências, se calhar, não faz não faz sentido, eventualmente até pode haver fusões, isso agora, não é uma questão que nos pareça importante. -----

----- Os efeitos da dívida da Carris, não vai haver endividamento da Carris que não seja endividamento de curto prazo para fazer face a algumas das necessidades de curto prazo. A Lei 50 é que, não fomos nós que inventámos que é a Câmara que tem que se pronunciar sobre a questão do endividamento, e tem que decidir do endividamento da Carris. É a Lei 50 que o impede, é a Lei 50 que lá dá essa competência, portanto, se calhar se querem alterar essa matéria tem que levar essa questão à Assembleia da República para podermos alterar, coisa que a nós nos faz nenhum, mas nenhum problema, que seja a Assembleia Municipal a decidir este tipo de coisas, parece-nos é que isso deve ser, nós temos é que cumprir a Lei sobre essa matéria, não pode ser aqui em sede de estatutos que vamos contrariar a Lei. -----

----- Relativamente ao fiscal único a questão da continuidade parece-nos mais do que óbvia, nós próprios, no Município, estamos a fazer um processo concursal para admitir o fiscal único. A Lei permite, como disse, e nós não quisemos criar aqui nenhuma questão que nos trouxesse depois alguma dificuldade e, portanto, pareceu-nos importante continuar com a pessoa que está, há largos anos, como revisor oficial de contas na Carris. -----

----- Por último, a intervenção da Deputada Sofia Rocha do PSD. Para dizer que, de facto, o grande problema com o PSD é uma questão de modelo de cidade. É que, de facto, o PSD tem um modelo da cidade dos carros, da cidade em que os interesses individuais, aparentemente, sobrepõe-se a tudo o que são interesses coletivos, mesmo que, depois do final, cada um dos indivíduos seja penalizado. É o conceito de cidade é claramente esse! É que os interesses coletivos têm que se sobrepor aos individuais, de forma equilibrada, mas têm que se sobrepor e, portanto, os Senhores querem estacionamento em todo o lado, mas é só aqui, porque depois, quando estão no poder, não querem estacionamento em todo o lado, porque se olharmos para os nossos Municípios lá está a tarifação e a taxaço para impedir que haja estacionamento selvagem, para impedir que os residentes não possam estacionar, para impedir aquilo que os Senhores aqui atacam e defendem noutros lados, só por uma questão de oportunidade política e de oportunismo político mais do que oportunidade, que é o que, de facto, os tem caracterizado sobre esta matéria. É, de facto, uma questão conceptual, os Senhores querem uma cidade de carros, uma cidade túneis, uma cidade que não é para as pessoas, que é uma cidade para os carros. Nós queremos uma cidade em que há carros, em que a transporte público, mas, essencialmente é para as pessoas e daqui não vamos sair, quer os Senhores esperneiem, quer os Senhores encontrem, de

forma mais ou menos eleitoralista, uma outra questão que pode sensibilizar alguns, mas desta ideia de cidade, nós não saímos e os Senhores vão ficar eternamente colados àquilo que era a destruição de um dos maiores capitais públicos que existia de gestão de cidade, que era uma empresa pública e que agora vai ser municipal e vai permitir de forma integrada e mais eficaz...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhores Deputados deixem o Senhor Vereador terminar por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito bem.-----

----- É contra a vossa vontade? É! E vai continuar a ser. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, Senhores Deputados, creio que o Senhor Vereador terminou.-----

----- Havia vários sinais da bancada do PSD relativamente ao tempo que o Senhor Vereador utilizou. Como sempre utilizou tempo disponibilizado pelas bancadas, como o nosso regimento prevê, e os relógios vão verificando isso e, portanto, só quando aparece a faixa vermelha em baixo do ecrã e que nós estamos mas sem tempo cedido por ninguém e é nessa altura que eu costumo interromper. Quando há informação de bancadas que cedem tempo esse problema não se coloca.-----

----- Tenho aqui uma questão a colocar-vos, que queria pôr à vossa consideração, que é o seguinte: nesta Proposta, a 2ª questão, que é a designação do fiscal único e do fiscal único suplente, em sede de Câmara foi votada por voto secreto, trata-se da designação de 2 pessoas. Acontece que essas pessoas são designadas através da sua pertença a uma sociedade, a nossa jurista entendeu que isto não requeria voto secreto, portanto, estou na dúvida se devemos adiar esta parte e fazer uma votação por voto secreto na próxima semana, ou se podemos votar seguindo a interpretação da jurista do meu gabinete que entendeu que, sendo fiscais indicados pela sociedade, não vamos fazer voto secreto esta sociedade ou outra qualquer. -----

----- Portanto, se este entendimento da minha jurista é bom? Eu pergunto se alguém se opõe a este entendimento? Ninguém se opõe ao entendimento e, portanto, poderemos passar à votação. -----

----- Neste ponto, então, vamos passar à consideração da Proposta do Ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos, a Proposta nº245/CM/2017.-----

----- A Proposta tem uma parte deliberativa com 3 pontos, estou a ver se encontro aqui a redação. Uma parte deliberativa com 3 pontos, o ponto 3º é exclusivo da Câmara, não nos diz respeito, portanto, eu vou pôr à votação, separadamente, o ponto A) que tem a ver com a aprovação dos estatutos e o ponto B) que tem a ver com a designação do fiscal e do fiscal único. -----

----- Voto do **Ponto A) da Proposta nº 245/CM/2017 – ‘alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A. (Carris), e a designação do fiscal único e do fiscal único suplente’**. O Ponto A) da Proposta 245/CM/2017 foi



**aprovado por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Voto do **Ponto B) da Proposta n.º 245/CM/2017 – ‘alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A. (Carris), e a designação do fiscal único e do fiscal único suplente’**. O Ponto B) da Proposta 245/CM/2017 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PAN, PNP e 6IND. -----

----- O BE indicou que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito.” -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *Considerando que:*-----

----- (i) *A Proposta n.º 245/CM/2017, no que tange à proposta de alteração dos estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., não serve o desiderato de reorganização do sector empresarial local no sector da mobilidade, conforme defendido nesta Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda através da Recomendação 02/130 (BE) – Reestruturação do Sector Empresarial Local dedicado à Mobilidade (disponível em <http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006779,000076/index.htm>);*-----

----- (ii) *Pese embora a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de Dezembro, o mesmo não contempla prazo para a alteração dos estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. em função da sua passagem para o sector empresarial local do Município de Lisboa;*-----

----- (iii) *Se encontra pendente na Assembleia da República o processo de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de Dezembro, que pode ditar alterações substanciais ao modelo de governação do mesmo, designadamente através de um órgão consultivo ou em matéria de proteção de direitos laborais dos trabalhadores do “Grupo Carris”;*-----

----- (iv) *A importância da municipalização da Carris aconselhava a uma maior ponderação de todos os cenários possíveis no quadro do processo de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de Dezembro;*-----

----- (v) *Independentemente de tudo quanto vai já dito, e apesar das exceções previstas para a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. relativamente às restantes entidades do sector empresarial local, a opção por um número superior a 3 administradores prevista na proposta em apreciação prevê a possibilidade de designação de até 5 administradores, podendo todos ser administradores executivos, o que nos parece excessivo;*-----

----- (vi) *Em matéria de ilegalidade da proposta, não pode deixar de se apontar o artigo 20.º, n.º 2 da mesma, na medida em que faz depender da Câmara Municipal de Lisboa a sua alteração por aumento de capital social, visto que se traduz numa alteração aos estatutos e esta cabe, nos termos do artigo 22.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto na sua redação atual;*-----

----- (vii) *De igual forma, e considerando os eventuais efeitos do endividamento da Carris na dívida total do Município, designadamente nas situações prevista no artigo 54.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, não nos parece aceitável que a Carris se possa endividar sem a anuência desta Assembleia Municipal, designadamente por recurso à faculdade prevista no artigo 20.º, n.º 5 do projeto de estatutos em apreciação;* -----

----- (viii) *Por último, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda tem considerado inconveniente que a designação do fiscal único das entidades do sector empresarial local seja feita por livre proposta da Câmara Municipal, em procedimentos de ajuste direto;*-----

----- (ix) *Sendo certo que esta é uma faculdade prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a mesma não assegura a necessária independência e transparência, pelo que sem melhor solução legal, entendemos que a designação do fiscal único deve ser precedida de concurso público.*-----

----- *Assim, as deputadas e os deputados municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram votar contra os pontos A) e B) da parte deliberativa da Proposta n.º 245/CM/2017 - “Projeto de alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A. (Carris), e a designação do fiscal único e do fiscal único suplente”.---*  
----- *Lisboa, 23 de Maio de 2017. As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- Senhores Deputados ultrapassámos este Ponto, eu penso que os Pontos seguintes da Ordem de Trabalhos são relativamente pacíficos por isso eu gostaria de os escutar, embora já estejamos todos um pouco cansados, porque, para a semana, temos Declarações Políticas, temos Petições, temos uma agenda carregada e não queria deixar coisas atrasadas, se fosse possível.-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 492/CM/2016 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DE DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 189.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS, ACRESCIDA DE 6 MINUTOS ADICIONAIS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA; PARECER DA 3.ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 1/142 (3ª CP) SOBRE A PROPOSTA 492/CM/2016** -----

----- (A Proposta nº 492/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente relativa à Proposta 492/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação nº 1/142 relativa à Proposta 492/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- Não temos inscrições sequer para o Ponto seguinte. Não temos inscrições, portanto, a Proposta seguinte é Proposta 492/CM/2016 que já cá está há bastante tempo, já desde o ano passado e elas esteve pendente, porque é uma apreciação de um Relatório do Orçamento do Estado do Território de Lisboa e este relatório vem cá porque a lei obriga a que se dê conhecimento à Assembleia Municipal, mas não é habito a Assembleia Municipal aprovar Relatórios, nós aprovamos Propostas em concreto ou planos, não aprovamos Relatórios, mas de qualquer maneira apreciamos, portanto, o que acontece é que a 3ª Comissão fez, realmente, a análise do relatório esteve a ouvir os serviços e a apresentação da Câmara sobre esta matéria. -----

----- Portanto, o que eu ia perguntar agora era ao Senhor Vereador se quer fazer uma apresentação sucinta do relatório? O Senhor Vereador dispensa essa apresentação. -----

----- O Senhor Deputado Relator é o Senhor Deputado Miguel Gama, que fez o parecer? Também dispensa a apresentação do Parecer. -----

----- Então, nesse caso, o que nós temos para votar, então sim, é uma Recomendação, é uma Recomendação que resulta do Parecer aprovado por unanimidade na 3ª Comissão e que, basicamente, o que solicita é que estes Relatórios sejam regularmente assegurados, que haja um sistema municipal de informação transversal que permita também acompanhar todas estas matérias e que sejam feitas ações para aproveitar as oportunidades e diminuir as ameaças identificadas na análise SWOT e que também não estejam só em consideração indicadores económicos, mas que sejam tidos em conta, nomeadamente, indicadores de pobreza e estratégias para a sua mitigação. -----

----- Embora, naturalmente, o combate à pobreza não seja matéria do relatório do ordenamento, mas convém que estes indicadores sejam territorializados, é este o espírito da Recomendação para se perceber melhor como é que ela se espalha na cidade e como é que isto tudo ocorre.-----

----- Posto isto há uma inscrição, Senhor Secretário tem mesmo o dever de chamar.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas funcionárias, funcionários. -----

----- É sobejamente conhecido que ‘Os Verdes’ manifestaram o seu desacordo com a negociata feita entre PS e PSD em torno da reforma administrativa. Por um lado, por ter implicado a criação de 24 mini-Câmaras, a quem foram atribuídas algumas competências que deveriam ter sido mantidas na esfera do Município de Lisboa, como a manutenção do património arbóreo ou a gestão de equipamentos desportivos e culturais; por terem sido pouco explícitos os critérios de afetação de recursos financeiros para as novas Juntas de Freguesia no ano de 2015, nos termos da Lei nº

56/2012, de 8 de Novembro, ou mesmo por ter delimitado o Município a sul/nascente, por um dos talvegues do rio Tejo e não pela margem, como acontecia anteriormente. --

----- Lisboa é uma cidade envelhecida, sendo o Município com maior índice de envelhecimento no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, continuando a registar perda de população residente desde 1981, não sendo de negligenciar o seu decréscimo, entre 2012 e 2013, que representa menos 38.421 habitantes, segundo a nota que consta em rodapé na página 148 do REOT. Este é um aspeto que, associado a um saldo fisiológico negativo, é bastante preocupante por conduzir, a prazo, a um maior envelhecimento, aliás como vimos à bocadinha na apresentação do Senhor Vereador sobre o Plano de Desenvolvimento Social, maior envelhecimento da população residente e colocar em causa o 1º objetivo do PDM, que consistia no aumento da população e o seu desejável rejuvenescimento. -----

----- Na cidade de Lisboa havia mais de 50 mil alojamentos vagos em 2011, correspondendo a 15,6% do total dos existentes no Município. O decréscimo global da oferta de fogos para arrendamento foi de 83% entre 2012 e 2014, associado ao aumento elevadíssimo do alojamento local entre 2010 e 2015, quer em número de estabelecimentos, quer em capacidade de alojamento. Naquele período, o número de estabelecimentos passou de 57 para 2.057 e a oferta de camas de 1.678 para 11.661. O alojamento local terá mesmo contribuído para a diminuição da população residente. ---

----- Por outro lado, constata-se a substituição e diminuição do número de estabelecimentos de comércio a retalho (e tradicional) por estabelecimentos de maior dimensão (centros comerciais e hipermercados) ou por outras atividades económicas, nomeadamente do sector terciário. Também não é mencionado no REOT que, das 300 lojas que compunham o programa "Lojas com história", cerca de 120 encerraram durante o ano de 2015. -----

----- O valor dos espaços verdes destinados à utilização pelos cidadãos no PDM é de 29,40 m<sup>2</sup>/habitante, muito aquém dos padrões referenciados pela Direção Geral do Território que recomenda 40 m<sup>2</sup>/habitante. Existe uma baixa cobertura de espaços verdes de proximidade em Lisboa, com maior incidência no Centro Histórico e Centro da Cidade, onde, respetivamente, apenas 48% e 55,8% da população vive a menos de 300 metros de um espaço verde. Dai que não seja de estranhar a expressão e a insistência na apresentação de projetos relacionados com a criação de espaços verdes, no âmbito do Orçamento Participativo, por parte dos munícipes. -----

----- Quanto à qualidade do ar, observam-se concentrações elevadas de dióxido de azoto, acima do valor limite anual recomendado, no período ente 2009 e 2014, como na Avenida da Liberdade que, assim, continua a ter problemas relacionados com a qualidade do ar. Por outro lado, registou-se uma forte e preocupante redução da procura de transportes públicos, como consequência do aumento dos passes e diminuição da oferta de serviços no Metro, Carris e Transtejo. -----

----- A Estratégia Energética e Ambiental fixou em 2008 a meta de reutilização de águas residuais tratadas em 3,1 m<sup>3</sup>/habitante, a alcançar em 2013. Contudo, nesse ano a utilização de águas utilizadas per capita foi de 2,78 m<sup>3</sup>/habitante, ficando abaixo da meta estabelecida.-----

----- Encontra-se ausente neste relatório informação que a CML dispõe sobre a localização e as áreas de intervenção dos Quartéis e Postos do Regimento de Sapadores Bombeiros, bem como relativamente aos tempos corretos de resposta em minutos. -----

----- Entre 2008 e 2013, ocorreu uma diminuição do número de hospitais que fazem parte da rede pública, com diminuição de quase 1.000 camas e do número de recursos humanos (médicos e enfermeiros). -----

----- Das reuniões descentralizadas importaria desagregar...”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhores Deputados estamos novamente no limite do quórum. Vejo um Senhor Deputado sentado fora do sítio, vejo um Senhor Deputado que acabou de sair, ficamos sem quórum novamente, eu pedia desculpa, estamos no final dos nossos trabalhos e era uma pena não terminarmos a nossa Ordem de Trabalhos porque as pessoas não podem esperar um bocadinho mais.” -----

----- O Senhor Deputado desculpe.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Com certeza, Senhora Presidente, obrigado.-----

----- Das reuniões descentralizadas importaria desagregar de entre as participações referentes ao espaço público, por exemplo, qual a percentagem de queixas relacionadas com espaços verdes e coberto arbóreo. -----

----- Do total das participações recebidas nos Planos de Pormenor e de Urbanização objeto de discussão pública, 47% tiveram parecer desfavorável (p. 370), não se debruçando o relatório sobre as principais razões que conduziram à emissão de pareceres desfavoráveis. A baixa taxa de execução de investimento público previsto em termos de equipamentos, espaço público e infraestruturas nos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, com exceção do Planos de Pormenor do Parque Mayer e da Baixa Pombalina. Importa frisar que alguns desses planos preveem uma forte ocupação de áreas suscetíveis a inundações, como a área designada por “Triângulo Dourado”, no Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- Em 2011, persistiam ainda mais de 200 alojamentos, vulgarmente conhecidos por ‘barracas’, que urge dar resposta pela autarquia na prossecução da garantia do direito a uma habitação condigna, prevista no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa. -----

----- O REOT é omissivo quanto ao número de frações municipais que se encontram devolutas, sendo que tem sido veiculada a existência de 1.600 casas fechadas, por atribuir, só nos bairros municipais em Lisboa, apesar de existirem tantas famílias à espera de uma habitação condigna, como aqui repetidamente ouvimos no PAOD. Regista-se a ausência no relatório da desagregação dos espaços não habitacionais vagos, em edifícios habitacionais geridos pela GEBALIS, em função da sua tipologia, ou seja lojas, arrecadações, garagens e armazéns. -----

----- Assim, em conclusão, por existirem alguns elementos ou informação relevante que não se encontram no REOT, como a perda de identidade de que a cidade vem padecendo, ‘Os Verdes’ entendem que o conteúdo de futuros relatórios deverá ser substancialmente melhorado. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito Obrigado Senhor Deputado nós estamos, neste momento, com quórum, portanto, tranquilamente, terminou a sua intervenção, não há mais ninguém inscrito. Senhor Vereador Manuel Salgado, uso da palavra, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, eu única coisa nota que queria fazer com todo o respeito pelo Senhor Deputado que, aliás, costuma ser extremamente rigoroso, eu tenho a impressão de deve ter lido outro REOT e não aquele que agente distribuiu porque faz referências, de facto, a temas que nem sequer são abordados, nomeadamente, as lojas históricas não há nenhuma menção a lojas históricas e, de facto, faz uma leitura diferente.-----

----- A 2ª nota queria dar é que quanto à Recomendação, nomeadamente, ao Ponto 2 da Recomendação da Assembleia, que isto está a ser feito na medida em que estamos a utilizar o COI, o Centro Operacional Integrado Lisboa, que está em montagem como exatamente a estrutura que fará toda a integração da informação recolhida na Câmara e que é muita e, portanto, o seu tratamento integrado.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. O facto de estar a ser feito não impede que a Assembleia o recomende e, portanto, a Recomendação da Comissão está em condições, neste momento, de ser posta à vossa votação.-----

----- Voto da **Recomendação nº 1/142** – Relatório Estado do Ordenamento do Território de Lisboa’. A Recomendação nº 1/142 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, com as abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, 6IND.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 248/CM/2017 – ADENDA AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º E DOS ARTIGOS 116.º E SEGUINTE, TODOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1.ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- (A Proposta nº 248/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 742/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:  
----- “Temos agora uma Proposta relacionada com contrato DE Delegação de Competências entre o Município e a Junta de Freguesia de Benfica.-----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar a Proposta? Dispensa a apresentação.-----

----- Senhores Relatores Sofia Oliveira Dias, Magalhães Pereira querem apresentar o relatório? Dispensam a apresentação.-----

----- Não temos ninguém inscrito, estamos em condições de pôr à votação a Proposta 248/CM/2017.-----

----- Voto da Proposta nº 248/CM/2017 – Relatório Estado do Ordenamento do Território de Lisboa’. A Proposta nº 248/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, com as abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **PONTO 9 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 261/CM/2017 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO A ALTERAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC) PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta nº 261/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “E finalmente e para concluirmos temos uma alteração de uma repartição de encargos, bem como alteração de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para aquisição de gás natural comprimido para veículos da frota municipal.-----

----- Voto da Proposta nº 261CM/2017 – Relatório Estado do Ordenamento do Território de Lisboa’. A Proposta nº 261/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, com as abstenções do BE, CDS-PP votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos, desculpem a pressão da Mesa...-----

---- Há uma Declaração de Voto? Peço desculpa, há aqui uma chamada para a Mesa, a Mesa tem que estar atenta, saber se alguma declaração de voto.-----

----- É uma correção de votação do PEV relativamente à Recomendação, que votam favoravelmente, muito bem.-----

----- Senhores Deputados, para a semana, teremos as Declarações Políticas e teremos as Propostas que houver e teremos Petições que estiverem prontas. -----

----- Eu peço aos Senhores Deputados das Comissões que têm Petições pendentes para acelerarem esse processo. Temos algumas Petições há muito tempo à espera dos vossos pareceres e a Mesa queria fechar essa matéria. -----

---- Obrigada a todos e uma boa tarde.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e trinta minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----